

# A alternativa que o País precisa

É indispensável que o PCP pese mais ao nível do Poder. Não apenas porque objectivamente isso corresponde a uma necessidade, mas porque afirmá-lo contribui para que essa ideia ganhe corpo na consciência, disposição e vontade de muitos portugueses que aspiram sinceramente a uma mudança.



■ Jorge Cordeiro Pág. 10

# Baldios Um espaço para o desenvolvimento integrado

■ Vasco Paiva Pág. 15

# Pinochetismo sem Pinochet (1)

# O Chile actual cobaia da globalização

Segundo o Governo, o modelo funciona. No pinochetismo sem Pinochet, o apagamento do passado é empreendido com a cumplicidade de partidos democráticos. Entre eles figura o Partido Socialista, que foi o partido de Salvador Allende.

■ Miguel Urbano Rodrigues Págs. 16 e 17

# Última entrevista com Virgínia Moura



Virgínia Moura visitou Cuba pela primeira vez aos 82 anos, pouco antes da sua morte. Entrevistada na ocasião por Marta Gonzalez Sojo para a revista "Bohemia", nunca chegaria a saber o impacto causado na pequena ilha que tanto a encantou.

Pág. 18

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 13 de Agosto de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1289 • Director: José Casanova

# JCP critica iniciativas internacionais sobre a temática da Juventude

# OPORTUNIDADE PERDIDA

Um significativo conjunto de eventos internacionais sobre a temática da Juventude teve lugar nestas últimas semanas no nosso país. Na sua maioria ignorados, o único que mereceu destaque foi o Festival Mundial da Juventude, na Caparica, entretanto apresentado como um enorme campo de férias.

Pág. 5

Neste número



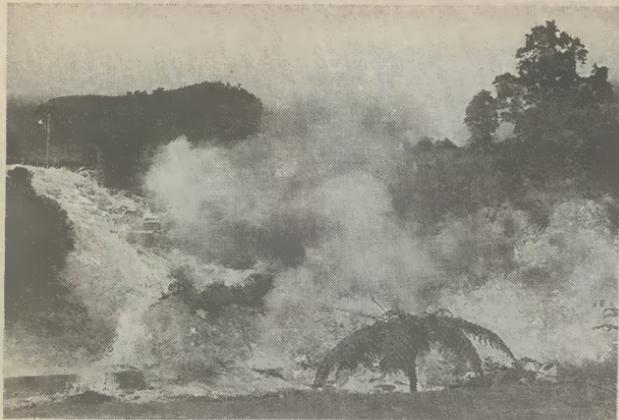
F E S T A

4.5.6 Setembro 98



de CANÇÕES  
atalaia

Págs. 11 a 14



Fogos florestais

## RESUMO

5  
Quarta-feira

Jorge Sampaio marca para dia 8 de Novembro o referendo sobre a regionalização ■ Termina em Nova Iorque a ronda de negociações entre Portugal e a Indonésia sobre Timor-Leste, tendo as respectivas delegações acordado na troca de secções de interesses entre os dois países ■ Os pilotos da barra terminam o processo de luta que os levou à greve depois de obterem do Governo a satisfação das suas principais reivindicações ■ O PCP revela em conferência de imprensa o seu primeiro cartaz de campanha em favor da regionalização onde se pode ler "Desenvolvimento, Democracia, Descentralização; Portugal fica a ganhar; Sim às Regiões!" ■ O Comando Coordenador Operacional Nacional afirma que cerca de 2500 bombeiros com 500 viaturas combatem 65 incêndios de Norte a Sul do País ■ As Forças Armadas Congoleesas afirmam ter terminado com a subvelação em Kinshasa dos soldados banyamulenges ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros do Iraque acusa a comissão especial das Nações Unidas encarregue do desarmamento do país de "inventar crises" para prolongar o embargo e anuncia a suspensão da cooperação ■ Missão da União Europeia desmente a existência de valas comuns no Kosovo ■ As praças financeiras de todo o mundo sofrem um forte abanão depois do comportamento da bolsa de Wall Street registado na véspera.

6  
Quinta-feira

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, inicia uma visita de seis dias ao nosso país ■ A CGTP-IN considera que a proposta de lei do Governo sobre trabalho a tempo parcial implica uma perda de 270 milhões de contos em receitas para a Segurança Social ao longo de dez anos ■ Um acidente de trabalho na refinaria da Petrogal, em Leça da Palmeira, provoca a morte de um operário ■ O Presidente da República atribui a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade ao bispo de Dili, D. Ximenes Belo ■ Hanane Ashraui demite-se do gabinete de Yasser Arafat ■ O Iraque afirma não temer uma confrontação com os Estados Unidos ■ Monica Lewinsky depõe à porta fechada sobre o seu alegado relacionamento sexual com o presidente dos EUA.

7  
Sexta-feira

Trabalhadores portuários anunciam que podem entrar em greve se o Governo não responder aos seus receios de perderem os postos de trabalho ■ Forças policiais informam ter detido cinco suspeitos de fogo posto ■ Inicia-se a primeira ronda de negociações de paz na Guiné-Bissau entre o Governo e a Junta Militar ■ Atentados contra as embaixadas dos EUA em Nairobi (capital da Quênia) e Dar-es-Salam (capital da Tanzânia) provocam dezenas de mortes e centenas de feridos ■ Rebeldes congolese tomam a cidade de Moanda.

8  
Sábado

Um estudo do Observatório do Emprego e Formação Profissional revela que o desemprego atinge mais as mulheres ■ A administração da Portugal Telecom reata as negociações de revisão do acordo de empresa com a Frente Comum de Sindicatos ■ Tem início em Lisboa a 1ª Conferência Mundial de Ministros da Juventude das Nações Unidas ■ Jacarta retira mais 600 soldados de Timor-Leste ■ Uma organização islâmica até agora desconhecida assume a autoria dos atentados contra embaixadas dos EUA nas capitais africanas de Nairobi e Dar-es-Salam ■ Milícias Taliban afirmam ter entrado na estratégica cidade de Mazar-e-Sharif.

9  
Domingo

Estudo de António Barreto e Pinto Barbosa afirma que as desigualdades sociais estão a agravar-se no nosso País, aumentando o fosso entre ricos e pobres ■ Kofi Annan visita a Expo 98 no dia das Nações Unidas ■ Parte para o Canadá o navio-escola Creoula, em viagem destinada a assinalar os 500 anos da chegada dos marinheiros portugueses àquele país ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros britânico afirma que a NATO está pronta para uma intervenção no Kosovo ■ A Força dos Voluntários Lealistas do Ulster, grupo armado pró-britânico, anuncia ter posto fim à sua campanha de violência ■ A China decide rebenotar diques que continham as águas do rio Yangtsé para tentar evitar inundações nas principais cidades daquela área.

10  
Segunda-feira

Detectada burla de cerca de um milhão de contos na Parque Expo ■ Kofi Annan defende participação de Xanana Gusmão nas negociações sobre Timor-Leste ■ Camiónes com a ajuda humanitária portuguesa à Guiné-Bissau são retidos por tropas senegalesas ■ Israel bombardeia base do Hesbollah em território libanês.

11  
Terça-feira

Reagindo às notícias sobre a existência de um desfalque na Expo, o PCP emite um comunicado exigindo um «completo apuramento da verdade e total identificação de responsabilidades»; sobre o mesmo assunto, o ex-comissário-geral Cardoso e Cunha recusa-se a fazer comentários, limitando-se a afirmar, sem especificar, que «já se passaram coisas piores» e não quebrou o silêncio ■ O Iraque critica o chefe da Uncom, Richard Butler, acusando-o de se comportar como um «polícia americano» no respeitante às investigações sobre o desarmamento iraquiano imposto pelo Conselho de Segurança ■ A queda do iene, no Japão, provoca uma «terça-feira negra» nas bolsas de todo o mundo.

## EDITORIAL

## Um país dividido

Um dos argumentos utilizados pelos adversários da Regionalização é o de que esse processo conduzirá à divisão do País. Segundo eles, a descentralização do Poder através da eleição de um órgão intermédio entre o Poder Central e o Poder Local... divide o País; a democratização do Poder de que esse processo é clara e ineludível expressão ... divide o País. Vá lá a gente entender tal conceito de "divisão"...

É óbvio que o argumento da "divisão" - misto de terrorismo e de disparate - vai constituir a trave mestra da campanha contra a Regionalização. É óbvio também que a defesa da Regionalização vai exigir, aos que a assumirem, a concretização de uma ampla campanha de desmistificação desse argumento e de esclarecimento sério, sereno, responsável sobre os objectivos e consequências da Regionalização. No que respeita ao PCP, cá estamos, como sempre, disponíveis para intervir activamente nessa campanha no total respeito pelos compromissos assumidos com o Povo e o País. Mas hoje falaremos de uma outra divisão do País - esta, sim, real e vivida e sofrida todos os dias pela maioria dos portugueses e portuguesas.

Se era preciso confirmar-se, está confirmado: em Portugal, aumenta o fosso entre ricos e pobres. Com a particularidade de o nosso país ser, no âmbito da União Europeia, aquele em que esse fosso é maior. Estas são algumas das conclusões de um estudo da autoria de António Barreto e de Pinto Barbosa recentemente divulgado - conclusões que parecem ter surpreendido os autores do estudo; coisa que, a confirmar-se, só pode ter explicação numa monumental distração dos ditos em relação ao que qualquer cidadão minimamente atento, e sem necessidade de qualquer estudo, já tinha concluído. Aliás, tudo indica que os autores do estudo estão apostados em reincidir nessa distração: ao concluírem que a redução desse fosso se verificará dentro de 20 a 30 anos, têm como coisa certa que: 1º - a política responsável por essa situação se vai manter eternamente; 2º - que, mantendo-se essa política, será ela - que vive e se alimenta das injustiças e desigualdades - que irá pôr termo... às injustiças e desigualdades. Ingenuidade? Cegueira crónica? - Entre as duas hipóteses venha o diabo e escolha.

Um país dividido? Sem dúvida. Mas por uma injusta repartição da riqueza que acumula num reduzidíssimo número de privilegiados a maior parte de bolo, deixando para a esmagadora maioria dos portugueses uma minúscula fatia. Tudo isto em consequência da política

de direita que PSD e PS, alternadamente e sempre com o apoio do PP, têm vindo a praticar - uma política marcadamente de classe, ao serviço dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros e sempre, sempre contra os interesses e direitos dos trabalhadores; uma política que, em nome da "modernidade", proclama vistosos índices de "desenvolvimento" e se vangloria todos os dias com os enormes "éxitos" obtidos em matéria de "solidariedade", de "empregabilidade" e de "combate à pobreza e à exclusão social"; uma política que se orgulha com o facto de um dos seus principais beneficiados ocupar o 154º lugar na lista dos homens mais ricos do mundo e que finge desconhecer que a contrapartida desse "orgulho nacional" se traduz em muitos milhares de portugueses ocupando lugares cimeiros na caudalosa lista dos pobres, dos explorados, dos excluídos, dos marginalizados.

*Um país dividido? Sem dúvida. Mas por uma injusta repartição da riqueza que acumula num reduzidíssimo número de privilegiados a maior parte de bolo, deixando para a esmagadora maioria dos portugueses uma minúscula fatia.*

Tão escandalosa como esta política que divide, de facto, o País é a forma como os responsáveis por ela a glorificam e inventam cenários e descobrem "oásis" ou "paraísos" só deles e de meia dúzia de amigos conhecidos. Há pouco mais de dois meses, a pretexto da abertura da Expo98, o Primeiro-Ministro, António Guterres produziu um hilariante texto que vem a propósito recordar. Para além da inevitável e bafienta referência ao "orgulho nacional",

convidava-nos o senhor Primeiro-Ministro a "confirmar o novo Portugal", ou seja, o Portugal onde, segundo ele, todos nós vivemos. E que Portugal é esse? O engenheiro Guterres, cicerone encartado e credenciado, apresento-no-lo. Assim: "moderno, desenvolvido, solidário, mais justo e mais dialogante, determinado em vencer os desafios, internacionalmente reconhecido e respeitado, aberto ao Mundo e ao progresso". Nem mais.

Há-de dar gosto viver em tal país. E assim será, sem dúvida, para todos aqueles que se identificam com a visão do Primeiro-Ministro e que com ele compartilham as responsabilidades da existência desse outro Portugal - "país com a maior clivagem entre ricos e pobres e onde as desigualdades estão a agravar-se" - sem o qual não existiria o Portugal de Guterres ou, melhor dizendo, o Portugal dos donos dos grandes grupos económicos e financeiros.

Aliás, e bem vistas as coisas, estes dois países complementam-se, são indissociáveis um do outro. E o engenheiro Guterres, com a sua formação católica e o seu humaníssimo conceito de solidariedade, sabe isso melhor do que ninguém. Não é por acaso que a política do seu Governo segue à risca o piedoso princípio segundo o qual é preciso que os ricos sejam cada vez mais ricos para poderem dar maiores esmolas aos pobres.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socorro Pereira Gomes  
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7ª-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,  
1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Cupa Rota — Linbó — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua E L. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ª-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_  
Telef. \_\_\_\_\_  
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## Orgulho quê?

“Orgulho nacional” foi a expressão utilizada pelo Primeiro-ministro perante a grandiosidade de uma Expo acabada a tempo e horas e entusiasmado com os previstos - mais do que previstos, garantidos - 15 milhões de visitantes. Houve também quem falasse em “recuperação da nossa auto-estima” (o dr. Mário Soares se a memória me não falha), cuja teríamos perdido não se sabe bem como, nem quando, nem porquê.

Assim, com o “orgulho nacional” no pingo e a “auto-estima” ali mesmo ao lado, abriram-se as portas da Expo, exibindo os “novos mundos” que mais uma vez, por sina e vocação, achámos por bem dar ao Mundo. Os visitantes começaram por não ser muitos: em vez dos 100 mil garantidos vinha apenas metade. E aí o “orgulho nacional” estremeceu. E a “auto-estima” hesitou. Mas logo nos tranquilizaram com o exemplo de Sevilha e a esperança renasceu. Um mês depois da abertura, Mega Ferreira garantiu solenemente que, como sempre dissera, iriam por lá passar 15 milhões, que os números até então verificados estavam nas suas previsões

e que essas previsões apontavam para 120 e 150 mil presenças diárias nos meses de Julho e Agosto. O pior é que chegou Julho e quais 120 mil, e Agosto vai por aí fora e dos 150 mil nem metade...

Apercebendo-se que os espectáculos nocturnos eram um importante pólo de atracção, resolveram multiplicá-los: emissários vários partiram pelas sete partidas do Mundo à procura de artistas de renome capazes de, a dois contos a entrada, atraírem à Expo as multidões necessárias ao “orgulho nacional” e à recém-recuperada “auto-estima”.

A coisa melhorou um pouco. É certo que a Expo98 transformou-se numa sucessão de espectáculos realizados num espaço onde há também uns pavilhões e umas coisas assim... mas, repito, a coisa melhorou e houve dois ou três dias em que o número de visitantes quase atingiu os 100 mil. E para que os “garantidos” 15 milhões se cumpram basta apenas que, daqui até ao encerramento, passem por lá todos os dias para aí uns 200 mil visitantes, ou até um pouco menos.

Com tudo isto, abanou e ficou em risco de desabar o “orgulho nacional”, ameaçando arrastar consigo a sua prima “auto-estima”. Isto digo eu, é claro, mas nada indica que a minha opinião seja minimamente partilhada por quem de direito, ou seja, por todos os que, eles lá sabem porquê, resolveram ligar a realização da Expo98 ao nosso “orgulho nacional” e à nossa “auto-estima”.

Estavam as coisas neste pé, eis senão quando: “Burla gigante”; “Fraude de 1 milhão na Expo”; “Tesoureiro preso”; “Director financeiro suspenso”; “Investigação pode atingir mais responsáveis” - e por aí fora. Adeus, “orgulho nacional”, adeus re-perdida “auto-estima” - adeus que vos ides à vela.

Resta-nos agora esperar que um telejornal destes, nos entre em casa o Primeiro-Ministro dizendo - com aquele ar compungido que só ele sabe representar e ajeitando duas ou três vezes a madeixa que não precisa ser ajeitada - que tudo isto é uma autêntica “vergonha nacional”.

■ José Casanova

## Os distraídos

É certo que já houve quem escrevesse que a memória política é, hoje em dia, ou uma coisa rara ou, quando muito, uma coisa que abrange para aí uma ou duas semanas.

Mas este facto de que o comum dos cidadãos dificilmente pode escapar, indefeso como está perante o culto do efémero e do superficial induzido pela maior parte dos «media» e dos agentes políticos, não pode entretanto absolver pessoas que, pelas suas responsabilidades ou intervenção públicas, têm o dever de uma melhor memória ou, na falta dela, têm pelo menos o dever de procurar informação rigorosa que os poupe a dislates e a fantásticas «descobertas».

Esta lenga-lenga pouco inspirada é suscitada pela avalanche de artigos e comentários a propósito da regionalização e do respectivo referendo onde, para além de muitas sonegações de factos essenciais, abundam sobretudo as referências a «complicações», a «absurdos» e a «trapalhadas».

A questão está em que, mesmo não dispondo do espaço que seria necessário para fazer uma demonstração exemplificada, não é possível deixar de dizer que muita desta gente andou positivamente a dormir na forma dois anos inteiros, preconceituosamente não ligou nenhuma às atempadas denúncias que o PCP fez precisamente das «complicações», «absurdos» e «trapalhadas» criados pelos entendimentos entre PS, PSD e PP nesta matéria e, por isso, foi objectivamente cúmplice de tudo aquilo de que agora tardia mas inflamadamente se queixa.

Porque, entre muitos outros lembretes, é preciso dizer, por exemplo, a estas legiões de distraídos que, se é verdade que as perguntas

deste referendo só foram formalmente votadas em 31 de Julho deste ano (e foram-no pelo PS, pelo PSD e pelo PP), a verdade é que elas já estavam configuradas em 13 de Maio de 96 por um acordo bilateral, feito em sede de revisão constitucional, entre PS e PP e a que o PSD depois aderiu pacificamente.

É também preciso dizer que, se as perguntas e o sistema deste referendo são o que são, é mais coisa menos coisa por causa precisamente das alterações acordadas mais uma vez entre PS, PSD e PP na revisão da Constituição praticamente fechada em Julho de 97 e nomeadamente nos artigos respeitantes à regionalização.

E, como única referência concreta a um grande distraído, é igualmente preciso dizer que o Prof. Vital Moreira teve mais de 15 meses para descobrir que não concordava com o mapa das oito regiões e só o descobriu tarde de mais e que esteve vários meses na Comissão de Revisão Constitucional e, infelizmente, nunca o vimos piar publicamente sobre os «absurdos» deste referendo. Mais, temos à nossa frente, recolhido do CD-ROM do insuspeito José Magalhães, o documento, datado de Março de 97, em que Vital Moreira transmitiu ao Grupo Parlamentar do PS os seus «pontos de discordância» quanto à revisão ensinada e, quanto à regionalização e ao seu referendo, nada, zero, nicles!

É exactamente porque nos esfalfámos a denunciar quase tudo o que outros demoraram dois anos a descobrir que temos agora autoridade para defender que pelas «trapalhadas» devem pagar os seus autores em qualquer altura mas não deve pagar a regionalização enquanto necessária e útil reforma democrática.

■ Vítor Dias

## NO FIO DA NAVALHA

Já lá vai um ano que rebentou a crise no Sudeste Asiático. Primeiro na Tailândia, logo se propagou a toda a região. Continua a grassar. E a expandir-se desde logo ao Japão. Mas também repercutiu nos EUA, na Europa, para não falar já do Leste europeu e da América Latina. A própria China, apesar de trunfos específicos, é afectada. As primeiras “explicações” (ainda prevalecentes) davam ênfase à componente monetária e financeiro-especulativa. O que sem dúvida esteve e está presente. Mas outros analistas (e estamos com eles) acentuam que tal tipo de crises (cada vez mais frequentes) não são compreensíveis se não se entrar em linha de conta com a atonia persistente da economia real, sobre a qual parasita a finança especulativa, ou seja: que existe uma situação latente de sobreprodução, agravada por algumas das consequências mais brutais das políticas neoliberais. Há que considerar igualmente os nefastos efeitos da supremacia imperial de um dólar artificialmente sobrevalorizado. De qualquer modo, as maiores vítimas são os trabalhadores e os povos, porque os grandes tubarões financeiros são rápidos a esquivar-se e ávidos a abocanhar grossas postas, nestas águas ensanguentadas. É nestas ocasiões que mais engordam...

O Japão, agora oficialmente em recessão, foi quem mais se ressentiu e está ressentindo com a crise nesta região, a que estava e está profundamente ligado. Mas mesmo antes desta crise já o crescimento económico japonês estava a patinar. A reabsorção do estouro da enorme “bolha” financeira dos anos 80, inchada especialmente pela especulação imobiliária, revelou-se extremamente difícil e morosa, potenciando a crise dum sistema bancário corroído pelos créditos “malparados”. Porém, tal como nos parece erróneo fazer já o funeral irreversível dos “tigres” e “dragões” asiáticos, assim pensamos que se estão a subestimar os recursos da 2ª potência económica mundial. A sua indústria continua a ser líder mundial em diversos sectores. Se o crédito bancário “malparado” ascende a 77.000 milhares de milhões de yens, o montante da poupança japonesa sobe a 120.000 milhares de milhões. E o Japão continua a ser o maior financiador da enorme dívida externa dos EUA. O gigante japonês está em sérias dificuldades, mas de modo nenhum KO. E será bom que os EUA não o forcem de mais, ou condenar-se-ia ao suicídio conjunto...

Porque se alguns nos EUA se riram das dificuldades do rival, o riso está virando amarelo e já mal esconde o receio. A sobrevalorização do dólar não tem medida sustentável com o tão decantado “boom” económico norte-americano. São cada vez mais notórios os seus pés de barro. O enorme endividamento, interno e externo. A grande dependência dos capitais estrangeiros. A desconcomunal “inflação” dos “valores” bolsistas, sem qualquer relação com as realidades económicas. A produção está já claramente a retrair-se. O défice comercial a manter-se e a engrossar... E muito mais, que não permite aos EUA continuar a cantar de galo. Pelo contrário: cada vez lá se recordam mais os “sustos” das crises de 80-82 e de 90-91, e o crack bolsista de 1987, cuja repetição terá agora bem mais profundas dimensões. E a Europa, a braços com o parto do Euro e as implicações depressivas das políticas de Maastricht/Amsterdão, também não pode tirar as suas castanhas do lume, nem lavar as mãos como Pilatos: é parte inteira do imbróglio.

Notas breves apenas, estes apontamentos não substituem um estudo devidamente analítico e fundamentado. Mas serão bastantes para sublinhar a ideia de que, no plano económico, este mundo “triádico” que nos comanda está claramente a viver no fio da navalha. A cancerosa sobreacumulação do capital financeiro, a sua continuada sucção do valor criado na economia produtiva, está a agravar a instabilidade e incerteza financeira, económica, social e política. É insustentável. Daí a acrescida importância de todas as lutas que, pelo mundo inteiro, se opõem ao predatório, parasitário e genocidário curso das políticas neoliberais. Lutas cuja convergência num poderoso movimento social é indispensável para concretizar alternativas políticas que sirvam os trabalhadores e os povos. A imensa maioria da Humanidade.

■ Carlos Aboim Inglês



Foto: Jorge Caria

## SEMANA

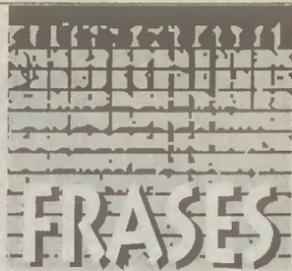


## Oceanário premiado

Nem tudo poderá ser buracos na Expo, nem por eles todos se verá meter água. Apesar da água, ou por causa dela, o Oceanário, verdadeiro *ex libris* da Expo, acaba de ser distinguido com um prémio internacional, recebendo em Itália o título de «mais moderno aquário da Euro-

pa». O mais visitado de todos os pavilhões do certame, que no passado fim de semana recebeu a visita ilustre de quase todas as crianças que participaram num soberbo filme publicitário anunciando o evento, vê agora reconhecida a qualidade de todos quantos ali trabalhando

criaram este espaço onde «convivem» numerosas espécies de animais marinhos. Depois das declarações de Jean-Michel Cousteau, que terá afirmado ser este Oceanário «uma mentira», vale-lhe agora a distinção que teve lugar na Riviera de Chiara, em Nápoles.



“Numa Europa claramente regionalista, ainda sobressaem dois países que nunca regionalizaram e marcham alegremente na cauda do pelotão - Portugal e a Grécia.”

(Daniel Amaral - «Visão», 6.8.98)

“Marcelo tem pesadelos. Dorme mal com o cavaquismo.”

(António Ribeiro Ferreira - «Diário de Notícias»)

“Esta direita liderada por Marcelo e Portas define, hoje, no limiar do século XXI, um campo inorgânico do antimoderno e da resistência ao desenvolvimento.”

(Leonel Moura - «A Capital», 10.8.98)

“Este Governo já demonstrou ser suficientemente aberto ao mercado para reclamar o direito de ter uma filosofia de intervenção oposta à dos partidos da direita.”

(Sousa Franco, Ministro das Finanças - «Semanário», 8.8.98)

“Portas e Marcelo deviam ir rapidamente para férias. Só depois poderão ser alternativa. Caso contrário, ainda se convencem de que já tomaram o poder. E que formaram um governo provisório para o que resta do mês de Agosto.”

(Carlos Magno - «Diário de Notícias», 8.8.98)

“O ministro da Cultura, com esta obsessão em querer “ganhar” o Porto, um dia ainda acabará por “perder” o Norte...”

(Alexandre Parafita - «O Comércio do Porto», 5.8.98)

“É precisamente da transformação da política numa realidade de tal forma condicionada por holofotes e gravadores que se corre o risco de que qualquer dia as eleições sejam disputadas entre João Baião e Teresa Guilherme, com Herman José a liderar um pequeno partido com maior rigor elitista e, naturalmente, menos votos e Henrique Mendes a admitir que talvez tenha uma oportunidade de ser primeiro-ministro de um governo de coligação.”

(José Miguel Júdice - «O Independente», 7.8.98)

## Expoburla

A notícia mais retumbante da semana será, sem dúvida, a «burla gigante» que a imprensa trouxe a lume anteontem, com destaque para o «Diário de Notícias». Um desvio nestas coisas grandes é costume usar de uma linguagem discreta - operado nas contas milionárias da Expo terá atingido quase um milhão de contos. Na sexta-feira é preso um tesoureiro que disfrutava um concerto em que actuava Cesária Évora. O director de informática, entretanto suspenso, é ouvido pela Polícia Judiciária. O secretário-geral suspende funções. Parece que

a coisa não vai ficar por aqui e que a Polícia Judiciária anda num afã a investigar. A Parque Expo é que terá dado pela falta e mais três funcionários são suspensos, enquanto se admite que mais responsáveis por departamentos venham a ser averiguados. O tesoureiro, João Caldeira, preso preventivamente, era ainda vice-presidente da Expo-Urbe, a cooperativa de habitação cuja contabilidade também sofreu auditoria. Este funcionário foi acusado de peculato, falsificação, abuso de confiança e desvio de fundos da cooperativa.

## Senegal retém ajuda

As realidades e os factos parecem apostados em desmentir as declarações dos mais destacados artífices dos processos de paz. Enquanto Kofi Annan sublinhava em Portugal os «progressos» verificados na Guiné-Bissau quanto à ajuda humanitária, as notícias provenientes daquele país faziam eco dos impedimentos, agora por parte das forças senegalesas

que apoiam Nino Vieira, ao escoamento da ajuda alimentar portuguesa que entretanto fora desembarcada na capital. Três camiões, disponibilizados por um português e conduzidos por voluntários, carregados com 30 toneladas de arroz, não conseguiram sair de Bissau no domingo passado, impedido o seu percurso pelas barreiras militares senegalesas. Apesar das autoriza-

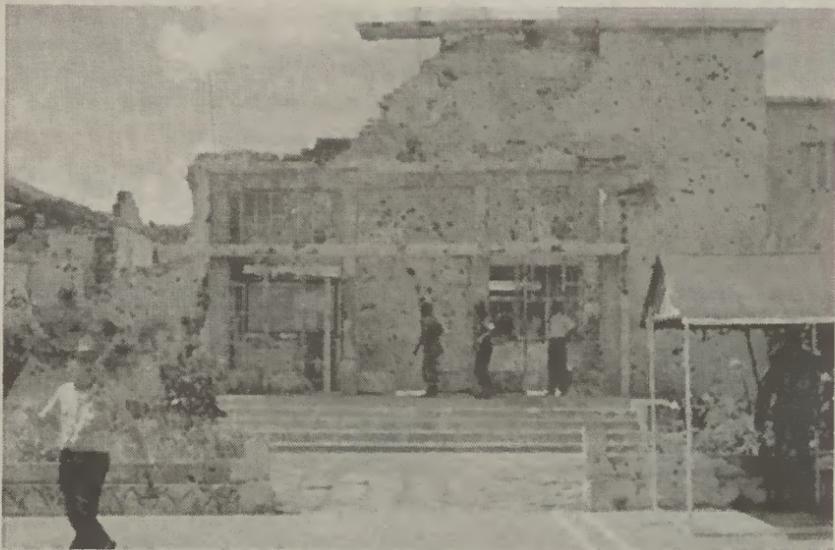
ções concedidas por Nino Vieira e pelo chefe da rebelião, Ansumane Mané, e de os camiões seguirem escoltados por viaturas da Cruz Vermelha, os ocupantes senegaleses não os deixaram seguir viagem para Biombo-Quinhame e tiveram de recolher aos armazéns do Programa Alimentar Mundial onde ficaram a aguardar o desbloqueamento da situação.



## Angola

Kofi Annan, secretário-geral da ONU, também visitou a Expo, onde recebeu não um, mas dois golfinhos de presente. Mas não será por isso que a sua passagem por Portugal se considerará notícia. Embora durante a sua visita à Expo, o público lhe tenha lembrado a atenção que no País é dada ao problema de Timor, as preocupações manifestadas por Annan voltaram-se desta vez para Angola. Enquanto as notícias anunciam mais massacres perpetrados pela Unita, cujas acções militares estive-

ram há dias na origem da morte de três portugueses, o secretário-geral da ONU, que manteve conversações com Jaime Gama, advertiu que a ONU pode vir a mandar retirar as suas forças de Angola, responsabilizando tanto o governo legítimo do país como a Unita por tal decisão, se esta vier a concretizar-se. No que respeita à Guiné-Bissau, Annan referiu os «grandes progressos» registados, nomeadamente no que toca à «ajuda humanitária e a aspectos militares».



## As vueltas da Volta

A Volta a Portugal já começou, em pleno calor como manda a tradição. A tradição não manda, porém, que a Volta siga pelos caminhos que esta encetou. Ao que parece, começou mal... acompanhada. Ou melhor, sem companhia nenhuma. Com efeito, a Volta, que arrancou em Sevilha e não



em terras lusas - como vem sendo moda para europeizar estas coisas - iniciou-se com uma valente confusão originada pelos

batedores da polícia espanhola, que enviou o pelotão dos corredores para um lado e a companhia dos acompanhantes para outro.

Cortada em duas, durante uma centena de quilómetros, a Volta lá chegou ao final da primeira etapa, ganha ao *sprint* pelo checo Svorada, «grande conhecedor da prova portuguesa», como assinala a imprensa, e certamente grande conhecedor das *vueltas* que a Volta dá.

## Ricos e pobres

Um mistério ensombra a apresentação de um estudo, esta semana, pelo Ministério das Finanças. Da autoria de António Barreto e Pinto Barbosa, este estudo, denominado «O Impacto do Euro na Economia Portuguesa», revela o que já muita gente sabe - que os ricos, em Portugal, estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. O documento adverte ainda para o eclodir de problemas sociais com o eventual «abrandamento da economia» e António Barreto vai mais longe, admitindo um cenário preocupante com «o surgimento de uma crise económica, com o fim das privatizações e os efeitos das taxas de juro na dívida pública, repercutindo-se no défice orçamental». Sugere o ex-ministro o reforço ao financiamento da política social por via fiscal ou por via de maior contenção orçamental, isto é, com grandes cortes na despesa pública. O mistério maior destas contas é que os seus autores prevêem a «diminuição do fosso» entre ricos e pobres para daqui a 20 ou 30 anos. Mas quem vai acreditar, com o prosseguimento das mesmas políticas de direita?

mento de uma crise económica, com o fim das privatizações e os efeitos das taxas de juro na dívida pública, repercutindo-se no défice orçamental». Sugere o ex-ministro o reforço ao financiamento da política social por via fiscal ou por via de maior contenção orçamental, isto é, com grandes cortes na despesa pública. O mistério maior destas contas é que os seus autores prevêem a «diminuição do fosso» entre ricos e pobres para daqui a 20 ou 30 anos. Mas quem vai acreditar, com o prosseguimento das mesmas políticas de direita?

JCP comenta  
acontecimentos  
internacionais

# Uma oportunidade perdida

Um significativo conjunto de eventos internacionais sobre a temática da Juventude teve lugar nestas últimas semanas no nosso país. Na sua maioria ignorados, o único que mereceu destaque foi o Festival Mundial da Juventude, na Caparica, entretanto apresentado como um enorme campo de férias. É sobre estes factos que a JCP decidiu tomar posição, em documento divulgado à imprensa, segunda-feira, dia 10, e de que aqui reproduzimos o essencial.

A JCP «participou activa e empenhadamente» em todas estas iniciativas, começa por referir o documento distribuído na conferência de imprensa. No Forum Mundial da Juventude do sistema das Nações Unidas, do sistema da Coordenadora da Juventude Democrática (CJD) e a Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), organização com estatuto consultivo junto da ONU. Nas Conferências da CPLP, Ibero-Americana e Mundial de Ministros da Juventude esteve como observadora. No Festival Mundial da Juventude, a JCP manteve uma delegação.

## Jovens excluídos, oportunidade perdida

No quadro desta participação, a JCP começa por salientar, como «primeira e fundamental consideração», o facto de que «o Movimento Juvenil Português se viu excluído destes eventos. Porque essa foi a filosofia que presidiu à sua organização».

Uma filosofia que vai ao arrepio da posição da JCP que, «desde a primeira hora», considerou que «a realização de tantos e tão importantes eventos exigia um envolvimento muito grande do movimento juvenil português. Teria sido importante que aí fossem expressas as suas opiniões, que eles contribuíssem para o seu fortalecimento e potenciasssem os seus contactos, nomeadamente internacionais». Não foi essa a posição do governo português, que decidiu a sua realização sem qualquer auscultação prévia, tal como «decidiu voltar a não ouvir o movimento juvenil sobre as posições que tomou nas conferências».

Entretanto, as conclusões do Forum, das Conferências da CPLP e Ibero-Americana e o projecto em discussão na Conferência Mundial de Ministros, contêm um conjunto de declarações de intenção que a JCP refere como «globalmente positivas, embora fiquem aquém do que os reais problemas exigem». Cabe agora aos governos, e em particular ao governo português, dar os passos necessários



Jovens portuguesas ficaram à margem da organização dos eventos internacionais que decorreram nestes dias no nosso país

à sua implementação. Até porque, sublinha o comunicado de imprensa, «eles e a sua política de exploração dos trabalhadores e dos povos são os principais responsáveis pelo desemprego, pela desigualdade no acesso à educação, pelas más condições de vida dos jovens».

Os jovens comunistas referem, como nota negativa, a não aprovação de um projecto de Carta dos Direitos da Juventude. Uma oportunidade perdida que coloca a necessidade dos jovens intervir, batendo-se pela concretização de uma conclusão já acordada na 2ª Sessão do Forum em 96, em Viena.

## Críticas ao Festival

«Ao juntar cerca de 7000 jovens de todo o mundo, cumprindo o objectivo revisto dos organizadores (o inicialmente anunciado era de 25 000), o Festival teria condições para ser um marco importante na vida do movimento juvenil, e nem as inúmeras deficiências técnicas e organizativas, nem o facto de o Festival ter sido apresentado como um enorme campo de férias, deveriam ensombrar esta realidade», considera a JCP, que dirige sérias críticas à forma como decorreu esta iniciativa.

«O Festival da Caparica acaba por funcionar contra a corrente do resto dos eventos. Os espaços de discussão foram orientados não para encontrar soluções para mudar o mundo, mas para ouvir especialistas a apresentar remédios para gerir os problemas que hoje existem. E nem a leitura de uma declaração que nenhum dos jovens presentes conheceria ou discutiu apaga esta marca», afirma-se no documento.

Os jovens comunistas denunciam: «quiseram apresentá-lo como um Festival apolítico, mas esta foi uma iniciativa profundamente ideológica, onde se procuraram veicular os valores do sistema, vender as ideias do pensamento único e do fim da História, com a ideia de que os jovens os devem aceitar de forma conformista».

## A importância da solidariedade

A JCP «considera de grande importância as iniciativas de solidariedade realizadas neste período, particularmente a Conferência Internacional de Solidariedade com o Povo e a Juventude Saharaui, bem como as moções de solidariedade aprovadas no Forum, particularmente com Timor-Leste e Cuba».

Na sequência deste conjunto de iniciativas, os jovens comunistas consideram fundamental «que o governo venha agora esclarecer quanto custou este festival, e quanto da verba inscrita no Orçamento de Estado para apoio ao Associativismo serviu para o financiar».

A nota de imprensa destaca ainda que, «com a participação em todos os eventos, a JCP procurou transmitir a todos os presentes a realidade dos jovens portugueses, as suas dificuldades e aspirações». E sublinha, como exemplo, que «os cinco novos militantes que se inscreveram durante o festival são o espelho da receptividade à nossa participação».

A concluir, a JCP afirma que, «apresentando soluções e propostas de carácter imediato», pretendeu «deixar bem claro que o caminho para um mundo não só melhor mas sobretudo diferente passa por mudanças na actual estrutura social e económica. Passa por pôr em causa o sistema capitalista».



Jovens contra a hipocrisia

## JCP promove campanha pela educação sexual

As questões ligadas à sexualidade e à reprodução sempre foram encaradas de uma forma retrógrada e hipócrita, especialmente em relação às mulheres, que não tinham qualquer informação ou ouviam a célebre história da cegonha. Só que quando esta fazia uma visita inesperada, uma das soluções era fazer um desmancho ora com um *chazinho*, ora nas mãos de uma parteira que nem sempre fazia o serviço bem feito e que muitas vezes resultava numa visita ao hospital mais próximo.

Actualmente, embora não se conte, tão frequentemente, a história da cegonha, o desmancho ou o aborto continua a ser feito em condições desumanas tendo por vezes o mesmo desfecho. Isto porque algumas entidades no nosso país, entre os quais o governo PS, continuam com a mesma mentalidade hipócrita do século passado. Os sucessivos projectos de lei do PCP reprovados na Assembleia da República, a posição do Primeiro-Ministro e a campanha terrorista feita para o referendo, que acabou na vitória tangencial do Não, são a evidência nítida dos preconceitos que pretendem manter.

Mas a luta continua e nunca os comunistas baixarão os braços, enquanto não se resolver este problema de saúde pública e também de mentalidades. A prova é o facto de as mesas em que votaram jovens ter vencido o Sim e terem a menor taxa de abstenção. É disso exemplo o concelho de Sintra, na freguesia de Aqualva-Cacém, em que a abstenção foi menos 7,5% em relação à geral; o concelho da Amadora, na freguesia da Reboleira, com menos 8,2%, o concelho de Vila Nova de Gaia, na freguesia da Afurada, com menos 15%, o concelho de Almada e freguesia de Almada com menos 20%, mostrando assim que a juventude tem uma posição progressista e sem os preconceitos que hoje tendem a persistir na nossa sociedade.

A JCP, tal como os jovens, defende que para minimizar este flagelo são necessárias a efectivação do planeamento familiar e a regulamentação da Lei da Educação Sexual, pois não é inventando medos que os problemas se resolvem.

As doenças sexualmente transmissíveis e o facto de o aborto clandestino ser a primeira causa de morte materna na adolescência são razões mais que suficientes para que seja regulamentada e implementada nas escolas a educação sexual.

Até porque a juventude já não se contenta com a velha história da cegonha!

Assim, a JCP vai lançar no início do ano lectivo uma campanha pela educação sexual nas escolas, com a realização de debates e a saída de alguns materiais.

A educação sexual e o planeamento que defendemos não é uma forma para fugir à luta pela despenalização da interrupção voluntária da gravidez como alguns pretendem, mas para que os jovens possam assumir a sua sexualidade de uma forma saudável e feliz.

Em 15 de Setembro, os países membros da ONU, da qual faz parte Portugal, aprovaram a Declaração de Pequim que declara «O reconhecimento explícito e a reafirmação do direito de todas as mulheres controlarem todos os aspectos da sua saúde, em particular a sua própria fertilidade, são condições básicas para a sua autonomia», e apesar de o governo português ter lá estado, parece que se esqueceu do que votou, mas cabe à juventude e à JCP lembrá-lo e exigir que sejam implementadas medidas para a efectivação de direitos que permitam uma vida mais digna aos jovens e particularmente às mulheres.

■ Susana Silvestre

Membro da Direcção Nacional da JCP

# Fogo já dizimou muitos hectares de floresta

O fogo continua a lavar pelo Norte e Centro do País. Uma situação que se arrasta e repete dia a dia, mercê das elevadas temperaturas que se vêm a registar, num quadro em que a falta de ordenamento florestal e nomeadamente da limpeza das matas se faz sentir de forma decisiva.

Na madrugada de terça-feira, registavam-se doze incêndios florestais nas regiões de Norte e Centro. No Norte, lavravam quatro fogos nos concelhos de Arcos, Moncorvo, Valpaços e Montalegre. No Centro, o fogo atingia os concelhos de Seia, Sabugal, Meda, Guarda, Castro Daire, Viseu e Vila Nova de Paiva. Esta seria, entretanto, nas previsões do Centro de Coordenação Operacional Nacional dos Bombeiros, uma «noite calma».

Na verdade, nem uma relativa descida de temperatura nem o aumento do índice da humidade atmosférica foram suficientes para pôr cobro ao infundável rosário de focos de incêndios, de que já resultaram feridos três homens da corporação de voluntários de Fornos de Algodres, Guarda.

Os concelhos de Castro Daire e Seia têm sido os mais afectados. A região de Viseu sofreu o maior incêndio deste ano. O Parque Natural da Serra da Estrela tem sido particularmente devastado, com incên-

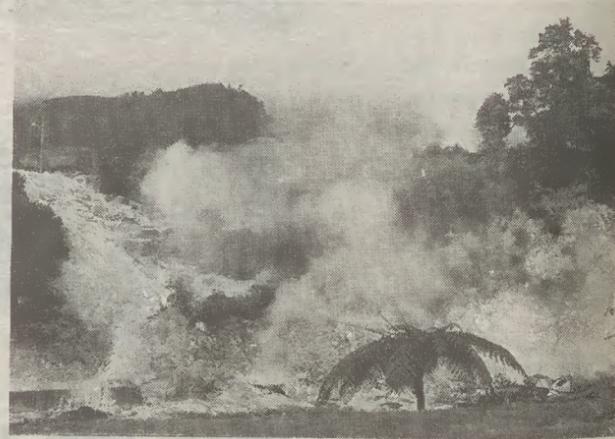
dios que se arrastam ao longo de vários dias.

De par de factores naturais, como os ventos fortes ou as neblinas (que dificultam ou impedem a acção dos meios aéreos), as maiores dificuldades de que os bombeiros se queixam dizem respeito à falta de limpeza das matas e más acessibilidades.

Segundo os números da Direcção-Geral das Florestas, na época em curso foram dizimados, desde Março, uns quatro mil hectares de áreas povoadas por espécies arbóreas. Números provisórios que, para já, são inferiores aos de anos anteriores, mas nem por isso menos significativos. O Norte é de novo a região mais afectada, seguindo-se o Centro do país. No Algarve, de que apenas um oitavo está florestado, a zona mais vulnerável continua a ser a serra de Monchique.

### «Deixa arder que é mato»

Os comandantes operacionais «têm que ter consciência



Incêndios florestais continuam a atingir vastas regiões

de que há certo tipo de incêndios, onde não está nada de vital em perigo, em que devem deixar arder, porque, se não for agora, esses terrenos ardem em Setembro». Surpreendentes palavras do secretário de Estado da Administração Interna, que a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP), estrutura sindical representativa dos Guardas Florestais e dos Guardas e Vigilantes da Natureza, justamente denuncia.

Em comunicado de imprensa, a FNSFP lembra que «os matos também são necessários para o equilíbrio ecológico, nomeadamente enquanto habitat de muitas espécies cinegéticas» e que os matos a arder são, muitas vezes, «o rastilho para fogos florestais incontrolá-

veis».

A FNSFP continua entretanto a lutar «pela aplicação urgente e integral das medidas contidas na Lei de Bases da Política Florestal, designadamente das que prevêem a implementação de um verdadeiro plano de ordenamento florestal, de intervenção dos organismos estatais vocacionados para o fomento e protecção florestal em toda a área pública e privada, sempre que estejam em causa os interesses económicos, sociais e culturais nacionais; de reforço efectivo dos meios humanos do Corpo Nacional da Guarda Florestal e de Guardas e Vigilantes da Natureza; e de implementação de um verdadeiro corpo de sapedores florestais dependentes da Direcção Geral das Flores-

## 53 anos depois

# «Os Verdes» lembram Hiroshima

«Há aniversários negros na história da Humanidade. Hoje é um deles», afirmam «Os Verdes» em nota à imprensa de 6 de Agosto, em que lembram o lançamento da primeira bomba atómica sobre Hiroshima, há 53 anos, matando milhares de pessoas. Um crime que os EUA iriam repetir três dias depois sobre Nagasaki.

53 anos depois, não só «as consequências das radiações nucleares ainda se fazem sentir no local, sobre populações vitimadas pelos rebentamentos, sobre os seus descendentes e ainda sobre o meio-ambiente», como a corrida às armas nucleares não parou, como o testemunham os ensaios realizados há poucos meses. Na verdade, «a afirmação e controlo do poder no mundo continua a passar pela ameaça e chantagem nuclear, contrariando os tratados assinados e as inúmeras promessas dos governantes», considera o Partido Ecologista.

Nesta data, «Os Verdes» «reafirmam o seu protesto, não só face aos ensaios e à prolifera-

ção de armas nucleares, como ainda a todo e qualquer tipo de experiências nucleares, as quais têm em si claramente um fim essencialmente bélico ameaçando a paz no mundo». Reafirmam ainda a necessidade de «cumprir o Tratado de Não Proliferação Nuclear e o

Tratado de Proibição de Armas e Ensaios Nucleares».

Neste Ano Internacional dos Oceanos, o Partido Ecologista defende que «os nossos mares não podem continuar a ser um espaço permanente de «guerra à vida» com a imersão de resíduos nucleares que afectam os

ecossistemas, com o transporte de plutónio e outros produtos radioactivos por navios e esconderijo de submarinos nucleares» e reafirma o seu protesto «face à acostagem de submarinos nucleares nos nossos estuários e nos nossos portos».

## Resíduos industriais Ecologistas defendem consulta pública

O projecto de co-incineração de resíduos industriais nas cimenteiras e o processo de avaliação do seu impacte ambiental é questionado em requerimento dirigido ao Ministério do Ambiente pelo Partido Ecologista «Os Verdes».

No requerimento, a deputada Carmem Francisco apela a que o período de consulta pública sobre este projecto não decorra no mês de Agosto, como referem notícias vindas a público, por se tratar de período de férias e levanta algumas questões, nomeadamente sobre o início e duração do período de consulta, a eventual realização de sessões públicas de apresentação do projecto

nos diversos locais, campanhas de informação e de apelo à participação.

«Os Verdes» lembram que todo este processo, «ao contrário do abandonado projecto para a construção de uma incineradora de resíduos industriais, não foi alvo de uma preocupação com a «informação» dos cidadãos que permita e incentive uma grande participação neste período de consulta pública» e sublinham que «esta participação é essencial para a nossa democracia, em que se pretende uma proximidade dos níveis de decisão às pessoas, nomeadamente em questões de evidente interesse nacional».

## TRABALHADORES

Projecto do CDS/PP sobre lei de bases da segurança social

**CGTP-IN rejeita subversão do sistema**

A CGTP-IN teceu duras críticas ao projecto de lei de bases de segurança social apresentado pelo CDS/PP, considerando-o "uma subversão completa de todos os conceitos que presidem ao sistema actual". Em parecer divulgado sexta-feira passada, na véspera de terminar o prazo de discussão pública do diploma, a Intersindical deu a conhecer as razões que a levam a rejeitá-lo, sublinhando que "ao consagrar princípios fundamentais e um modelo de protecção social inteiramente diferente, acaba por subverter toda a filosofia de base do sistema actual".

Maria do Carmo Tavares, em conferência de imprensa realizada faz amanhã oito dias, chamou a atenção em primeiro lugar para o facto de o diploma, agora em sede de Comissão Parlamentar na Assembleia da República, reduzir de "forma substancial o sistema público de segurança social, e em particular o subsistema providencial que abrange os trabalhadores por conta de outrem, em favor do sistema complementar, isto é, de uma lógica de mercado".

Ao preconizar a instituição da complementaridade, obrigatória ou facultativa, como parte integrante do sistema nacional de segurança social, o diploma vem fazendo-o perder esta mesma natureza de complementaridade, para o "transformar num verdadeiro sistema alternativo e, em certos casos, substitutivo, do sistema público de protecção social", explicou aquela dirigente da Intersindical.

Ainda em sua opinião, esta redução do sistema público é feita sobretudo "à custa do chamado subsistema providencial (o actual regime dos trabalhadores por conta de outrem e dos independentes), mediante a introdução do princípio do plafonamento", ou seja, através da "fixação de limites superiores contributivos",

acompanhada, acrescentou, "da instituição de regimes complementares que visam cobrir eventualidades ou atribuir prestações que deixarão de ser asseguradas pelo sistema público".

Deixado por Maria do Carmo Tavares foi ainda o alerta para "possibilidade de «opting-out» prevista igualmente no projecto de lei, isto é, «a possibilidade de os beneficiários abandonarem voluntariamente o sistema público em favor do sistema complementar, o que constitui mais uma forma de redução daquele sistema»".

**Pendor assistencialista**

Contestado pela CGTP-IN, noutra plano, é o facto de o projecto consagrar uma série de novos princípios orientadores do sistema de segurança social - equidade, diferencialidade, subsidiariedade, reinserção e coesão social - que, no seu conjunto, como assinalou Maria do Carmo Tavares, "acentuam o carácter assistencialista que se pretende imprimir ao sistema".

"Este carácter assistencialista resulta, quando se passa à análise do modelo de protecção social



proposto, do especial relevo atribuído ao subsistema de solidariedade e da introdução de princípios de selectividade e discriminação positiva no âmbito do sistema providencial", esclareceu a dirigente da Intersindical, que fez também notar ser esta tendência assistencialista do sistema igualmente redutora do subsistema providencial público na medida em que, enfatizou, "privilegia os cidadãos mais carenciados, mesmo em sede dos regimes contributivos, tradicionalmente baseados numa relação sinalagmática directa entre contribuições e benefícios".

Também o novo relevo dado à acção social, no entender da CGTP-IN, "segue a linha assistencialista", uma vez que, segundo Maria do Carmo Tavares, "visa, sobretudo, completar o subsistema de solidariedade na sua

função de apoio aos cidadãos mais carenciados e a grupos sociais especialmente vulneráveis".

Por si destacada, ainda a este propósito, é a orientação presente no diploma no sentido de as empresas serem estimuladas, mediante a concessão de incentivos fiscais e a canalização de recursos dos fundos estruturais europeus, para desenvolverem equipamentos e serviços de acção social destinados aos seus trabalhadores. "Desta forma - concluiu

-, o Estado seria substituído pelas empresas nas suas funções de realização dos direitos sociais dos cidadãos (e em particular dos trabalhadores)."

Não menos duras foram as críticas de Maria do Carmo Tavares aos projectos do Governo de revisão das leis laborais. Numa análise sumária ao conjunto dos diplomas - trabalho a tempo parcial; questão da lay-off; novo conceito de retribuição; fundo de garantia salarial; reforma compulsiva,

entre outros -, para além de verberar o seu conteúdo no plano laboral, afirmou que eles "visam a descapitalização da segurança social", em valores que podem atingir, nos próximos anos, as centenas de milhões de contos.

A este respeito, Maria do Carmo Tavares lançou um desafio ao Governo no sentido de este revelar qual o montante previsto de perda de receitas em resultado da aplicação dos projectos de alteração das leis laborais.

**Em plenário nacional****Administração local renova reivindicações**

Reunidos em plenário nacional, no passado dia 7, em frente à residência oficial de António Guterres, os dirigentes, delegados e activistas dos Sindicatos dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) e dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML) aprovaram uma resolução na qual tomam posição sobre o "acordo de 1996", o suplemento de risco e as carreiras profissionais.

Para além da resolução, aprovada por unanimidade e aclamada pelos mais de 250 sindicalistas presentes, o plenário decidiu igualmente dar a conhecer ao Governo e à opinião pública a sua "insatisfação" pela actual situação social, expressando simultaneamente o seu repúdio pela forma como o Executivo "desrespeita os trabalhadores, os seus compromissos e a própria Lei".

Depois de analisar a evolução do acordo celebrado em 1996,

em relação ao qual consideraram ter havido um claro afastamento aos princípios e termos nele definidos, aquelas estruturas sindicais reiteram a exigência da consagração de mecanismos que permitam a todos os trabalhadores uma revalorização mínima de 10 pontos, bem como a institucionalização do módulo de três anos para promoção de todos os trabalhadores.

Exigida, ainda neste plano, é a uniformização do tempo necessário para a mudança de escalões em três anos e, bem assim, uma verdadeira reestruturação das carreiras profissionais, tendo em conta as evoluções e as novas realidades das autarquias.

Quanto ao suplemento de risco, na perspectiva do que consideram ser o "integral cumprimento da lei", os sindicatos entendem que deverá proceder-se à "regulamentação das matéria em negociação assumida pela tutela, ouvindo pre-

viamente as autarquias", regulamentação essa que "vinculará automaticamente as autarquias ao seu integral cumprimento".

No que se refere aos salários, a posição dos sindicatos vai no sentido de equiparar o índice 100 (salário mínimo da Função Pública) ao salário mínimo nacional. Esta exigência, quando for concretizada, influenciará toda a escala salarial da administração pública, reduzindo o fosso hoje existente entre o salário médio nacional e aquele que é praticado no sector (cerca de 16.000 escudos).

Decidido pelos participantes foi, entretanto, agendar já para a segunda quinzena de Setembro um novo plenário nacional das estruturas representativas dos trabalhadores de todo o País, bem como continuar a desenvolver esforços no sentido do esclarecimento da opinião pública durante este mês e o próximo.



As atitudes e intenções reveladas pelo presidente socialista da Câmara da Amadora estão a ser alvo de forte contestação

**Na Câmara da Amadora****Actuação do PS gera preocupação e repúdio**

Os métodos adoptados pela PS no plano da gestão do Município da Amadora estão a suscitar o vivo repúdio dos trabalhadores da autarquia e motivaram já um tomada de posição do STAL na qual se afirma que o presidente da Câmara agiu por vingança ao decidir privatizar o sector de portaria e vigilância nos Paços do Concelho.

As razões que motivaram esta tomada de posição de Joaquim Raposo contam-se em poucas palavras. Segundo o STAL, o presidente da Câmara da Amadora terá ficado "deveras incomodado com a forte adesão dos trabalhadores da autarquia à greve do passado dia 6 de Julho, nomeadamente a registada no sector da portaria e vigilância a desempenhar funções no edifício dos Paços do Concelho".

A resposta, como observa o STAL, não se fez esperar: na última reunião de Câmara, o PS propõe

a entrega daquele sector a uma empresa privada, proposta esta aprovada com os seus votos e os do PSD e os votos contra da CDU.

Repudiando esta medida, que interpreta como de "pura vingança, nada democrática e denotadora de um claro desrespeito pelo direito à greve", o STAL manifesta-se solidário com os trabalhadores visados e exige que a proposta aprovada seja "urgentemente anulada".

No seu comunicado, o STAL pronuncia-se ainda sobre a intenção já revelada pelo PS de privatizar os sectores de Água e Resíduos Sólidos, afirmando a sua frontal oposição a um tal objectivo por entender que o mesmo põe em causa não apenas os "direitos e a segurança no emprego" dos trabalhadores como também a "qualidade do próprio serviço prestado à população".

## Regionalização

Campanha pelo SIM  
arranca na Festa

Em conferência de imprensa realizada na semana passada, Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP, anunciou que a Campanha pelo SIM à regionalização arranca já nos próximos dias 4, 5 e 6 de Setembro, durante a Festa do «Avante!».

Na sua declaração (de que demos breve notícia na última edição e que agora tratamos de forma mais desenvolvida), Luís Sá deixou claro que «a criação das regiões administrativas em Portugal Continental é uma obrigação constitucional, e como tal não é referendável. O que vai ser sujeito a referendo é a instituição em concreto e não o haver ou não regiões».

Sublinhando que «este é, desde sempre, o entendimento que o PCP tem desta matéria» com o qual o recente acórdão do Tribunal Constitucional é coincidente, o dirigente comunista criticou aqueles que procuram distorcer o sentido do acórdão e explicou:

«A resposta dos portugueses à primeira pergunta do referendo “Concorda com a instituição em concreto das Regiões Administrativas?” refere-se, evidentemente, a uma (certa) lei concreta e a uma regionalização concreta. Ao contrário do que a direita pretendia, a última revisão constitucional continua a não permitir referendar normas constitucionais. O PSD parece que só agora descobriu que não é haver ou não regiões que está em causa. Mas se assim é, desafiamos o Presidente do PSD a que diga em que termos pretende cumprir a Constituição. Se não é adepto destas regiões, é preciso que diga que regiões defende.

(...)  
Contudo, é bom que não esqueçamos que, tendo sido consultadas todas as assembleias municipais do Continente em devido tempo, a direcção do PSD deu orientação às autarquias em que tinha maioria para que não se pronunciassem. Os limites de regiões foram altera-

das em diversos casos porque as assembleias municipais se pronunciaram nesse sentido. Noutros casos também o teriam sido se o PSD não tivesse boicotado a consulta.

As regiões actualmente definidas na Lei de Criação de Regiões não são fruto de qualquer negociação de bastidores. Resultam directamente dessa consulta às assembleias municipais.

O próprio Grupo Parlamentar do PSD também nunca apresentou qualquer proposta de demarcação de regiões administrativas na Assembleia da República.

Agora, se o “Sim” na primeira pergunta obtiver a maioria, está aberto o caminho para que a regionalização do Continente avance em todas as regiões em que o “Sim” vença também na segunda questão. Nas outras, haverá os reajustes futuros que o debate vier a aconselhar.

Como a história da evolução da divisão administrativa do País bem revela, haverá sempre a possibilidade futura de reajustamentos na definição territorial das regiões.

Será com a instituição em concreto das regiões, de todas ou de parte, no caso de o “Sim” à segunda questão não triunfar em todas, que novas soluções poderão vir a surgir no futuro.

(...)  
Quem defende as regiões como órgãos democraticamente eleitos tem uma boa opção a tomar: votar “Sim”, no próximo referendo. Ao votarem “Sim” os eleitores irão abrir caminho para que, no seu quotidiano, a existência das regiões possa trazer vantagens e se criem condições políticas para os eventuais futu-

ros reajustamentos que se vierem a revelar necessários».

(...)

Evidenciar  
assimetrias

«A regionalização proposta, tal como se afirma recentemente num jornal diário, não cria pobreza. Limita-se a explicitar claramente a pobreza do interior do País que já existe, em especial a que estava disfarçada com os indicadores de rendimento do Litoral Norte e Centro. Mesmo nestes, aliás, as médias de rendimento ou o PIB per capita escondem grandes e intoleráveis manchas de pobreza e de exclusão social que não podem ser esquecidas.

Por outras palavras, torna mais explícitas as assimetrias da distribuição regional do rendimento. Mostra que as cantilenas sobre o *pelotão da frente* pretendem esconder problemas a que se devia prestar grande atenção.

Se Trás-os-Montes e Alto Douro e também a Beira Interior se pronunciarem no sentido de serem futuras regiões isso significará que optam por romper com a lógica centralista das CCR que escondeu os problemas e a desertificação destes territórios.

Este facto vem ao mesmo tempo evidenciar uma realidade que temos repetido: já há regiões em Portugal. Houve essencialmente seis de 1299 a 1832. Houve diversas outras regiões, com nomes diferentes desde então. Mas quase sempre houve regiões em Portugal. Uma vez foram eleitas, em algumas fases do período liberal. A grande diferença é que actualmente existem dezenas de divisões regionais diferentes: 20 serviços regionais agrupando distritos, 13 segundo a área das cinco CCR's, 15 segundo a área dos distritos e 26 segundo diversas áreas. Na

falta de uma definição, há décadas que se somam divisões diferentes para efeito de criar serviços regionais. No conjunto, temos aqui centenas de “jobs” e uma administração periférica que fica cara, que é descoordenada e caótica. É uma realidade que os eleitos locais e as populações sobretudo de certas áreas do País bem conhecem.

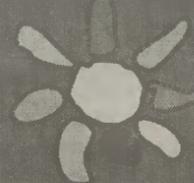
Para a União Europeia, Portugal tem hoje e desde a sua integração cinco “regiões” no Continente (coincidindo com as Comissões de Coordenação Regionais) e duas regiões autónomas — Açores e Madeira.

O simples facto de entre as oito regiões do Continente agora propostas figurarem quatro das cinco regiões mais pobres da Europa, apenas clarifica a triste posição do nosso país. Mas também cria condições objectivas para que possamos receber apoios comunitários durante mais tempo. Ou seja, para que venhamos a receber mais dinheiro para ser aplicado numa outra perspectiva de desenvolvimento regional, como defendemos.

Mesmo para o caso da região de Lisboa e Setúbal, em que o PIB por habitante em paridades do poder de compra já é próximo da média europeia, deverão o Governo, a futura região e todas as nossas entidades com intervenção na União Europeia lutar tenazmente para que não venham a ser retirados os apoios comunitários essenciais à melhoria das condições de vida das respectivas populações. Importa sobretudo sublinhar a necessidade de intervenção em relação aos grandes problemas

Desenvolvimento  
Democracia  
Descentralização

Portugal  
fica a ganhar



Sim às Regiões!

PCP

sociais acumulados, que as médias de rendimento disfarçam nas estatísticas mas não apagam da vida.

A alteração da área dos serviços periféricos dos ministérios e em particular das CCR's pode não resolver o problema perante a União Europeia. Esta terá que aceitar, para efeitos de acesso aos fundos comunitários, a área de regiões com legitimidade democrática; mas pode não aceitar uma mera mudança da área de serviços periféricos da Administração Central com o objectivo de conseguir verbas da União Europeia durante mais tempo.

(...)  
Mas o que está em causa é: — ou continuarmos como o Estado mais centralista, mais burocraticamente ineficaz, que mais longe está dos interesses e intervenção dos cidadãos;

— ou, ao inverso, procurarmos construir um Estado que possa vir a ser um sólido contributo para o desenvolvimento, para a democracia e para a descentralização da administração do nosso país».

## Portugal fica a ganhar

Para os comunistas, Portugal fica a ganhar com as regiões. Esta é a mensagem do primeiro cartaz da campanha nacional do PCP, cujo arranque está marcado para a Festa do Avante!.

Para além da intervenção do Secretário-Geral do PCP no comício de domingo, dia 6, as regiões administrativas serão tema em destaque nos pavilhões regionais, da responsabilidade das Organizações Regionais e na programação central, designadamente no colóquio e na exposição política.

A campanha Nacional do PCP pelo “Sim” à regionalização marcará também presença na decoração política do recinto.

Simultaneamente, está disponível na Internet um dossier de perguntas e respostas sobre as regiões, bem como os projectos de atribuições e competências e finanças regionais, apresentados pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, o primeiro dos quais já aprovado na generalidade em 2 de Maio de 1996.

## CAMARADAS FALECIDOS

## António Casanova

Faleceu, no Hospital Pulido Valente, no passado sábado, dia 8, o camarada António Casanova. Natural do Couço, era membro do PCP desde 1961 e pertencia à direcção do CESL, desde 1986, tendo sido eleito na Junta de Freguesia do Lumiar, até ao último mandato. Integrava o organismo de direcção da Zona Norte de Lisboa e a Comissão de Freguesia do Lumiar do PCP. Era igualmente presidente do Conselho Fiscal da Frente Anti-racista. O camarada, que esteve exilado na Bélgica desde meados dos anos 60 até ao 25 de Abril, exerceu aí uma activa participação na vida partidária, intervindo também nas actividades associativas da emigração, onde deixou muitos amigos, e nas lutas contra a guerra colonial e de apoio e solidariedade para com os muitos desertores que ali encontraram refúgio político. O funeral de António Casanova teve lugar ontem no cemitério do Lumiar, acompanhado por familiares, camaradas e amigos. António Casanova era irmão de José Casanova, Director do nosso jornal, a quem a Redacção apresenta as mais sentidas condolências, assim como à restante família.

## Dulcino Caiano Pereira

Faleceu, no passado dia 7, Dulcino Caiano Pereira, um dos fundadores da Intersindical, radicado há já alguns anos na cidade de Maputo, em Moçambique. Nascido no concelho da Figueira da Foz, em 1936, fez a sua formação inicial nos meios da Juventude Operária Católica. Empe-

nhou-se no sindicalismo e integrou no movimento que levou à fundação da Intersindical, em 1 de Outubro de 1970, e integrou a comissão executiva da CDE, participando na campanha eleitoral de 1973, nas listas de Lisboa. Depois do 25 de Abril entra para o PCP, de que se manteve militante, mesmo quando foi para Moçambique. O seu corpo será trasladado para Portugal para ser enterrado em Marinha das Ondas, sua terra natal.

## Adelino Borges

Faleceu, no passado dia 20 de Julho, Adelino Borges, actualmente organizado na Freguesia de Almedina, no concelho de Coimbra. Adelino Borges foi membro da Federação das Juventudes Comunistas, nos anos 30, e na reorganização do partido em 1941, foi dos primeiros militantes de Coimbra a ser reintegrado na actividade partidária. Pertenceu ao Comité Local de Coimbra do PCP e foi preso pela PIDE em 1944 e em 1948, tendo integrado o então chamado «Processo dos 108».

## João Dias

Faleceu, recentemente, com 83 anos, João Dias, militante do PCP desde 1974, organizado na Concelhia de S. Brás de Alportel do PCP.

## José Mirador Pisco

Faleceu, no passado dia 24 de Julho, com 61 anos, José Mirador

Pisco. Era aposentado do Arsenal do Alfeite e estava organizado na Comissão Local de Pia/Raposo (Caparica).

## José Lino Carvalho

Faleceu, com 76 anos de idade, José Lino Carvalho, natural e residente em Monchique. Destacado militante do Partido, desempenhou como eleito da APU as funções de vereador da Câmara Municipal de Monchique e pertencia à Comissão Concelhia do PCP.

## António Luís Cordeiro

Faleceu, no passado dia 28, com 50 anos, António Luís Carvalho Cordeiro. Esta organizado em S. Domingos de Rana e pertencia ao grupo Coral do Bairro Além das Vinhas.

## América Dias Calais

Faleceu, com 76 anos, América Dias Mendes Calais. Reformada da Função Pública, foi grande lutadora pelos direitos dos trabalhadores e fazia actualmente aparte da Célula dos Reformados da Freguesia de S. Domingos de Rana.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## Atentados no Quênia e na Tanzânia

## Afinal, quem fomenta o terrorismo?

O terrorismo «pode deixar edifícios em ruínas e transformar sorrisos em lágrimas, mas nunca, nunca, desviará a América do seu objectivo nem da sua presença no mundo». As palavras são de Madeleine Albright, a responsável pela diplomacia norte-americana, ao anunciar segunda-feira o prémio de dois milhões de dólares a quem fornecer informações que permitam a captura dos responsáveis pelos atentados bombistas de sexta-feira no Quênia e na Tanzânia, que provocaram mais de 200 mortos e 5000 feridos.

A destruição das embaixadas americanas em Nairobi e Dar-es-Salam deixaram os EUA em estado de choque e fizeram reacender os receios de novas vagas de atentados contra interesses norte-americanos. Com doze mortos para lamentar - como sempre em actos deste tipo, a maioria das vítimas e os maiores danos materiais foram dos países onde se registaram os atentados -, os EUA sentem que o que está em causa é sobretudo a sua imagem de superpotência, que desejariam intocável. Por isso mesmo, Albright, a exemplo de outros responsáveis políticos, não perdeu

tempo a vir a público afirmar que a prisão dos terroristas será apenas uma questão de tempo, «porque a memória dos Estados Unidos é muito grande e os nossos meios vão muito longe». Uma afirmação que, não sendo gratuita, peca por demasiado simplista.

De facto, o horror do atentado - a todos os títulos condenável - tende a fazer esquecer as causas profundas do terrorismo e as responsabilidades que nesta matéria cabem aos EUA.

## Memória curta

Atente-se, por exemplo, no facto de desde o primeiro

momento o «suspeito número um» ser o multimilionário saudita Osama bin Laden, apontado vulgarmente como o «banqueiro da guerra santa».

Quem é Laden? Formado em Ciências Económicas pela Universidade Abdul Aziz, em Jidá, de 41 anos, fundamentalista islâmico, Laden terá começado a apoiar os grupos extremistas (mujahedin) no Afeganistão, em 1980. Os mesmíssimos mujahedin apoiados pela CIA e forças de outros países da região na guerra que então se travava para derrubar o regime afegão apoiado pelos soviéticos. Laden era então considerado «amigo», e durante muito tempo os países árabes aliados de Washington fecharam os olhos ao apoio que prestava a diversos grupos fundamentalistas, incluindo egípcios e argelinos.

Em boa verdade, Laden só terá passado para a «lista negra» quando entrou em rota de colisão com os interesses norte-americanos, por ocasião da guerra do Golfo, e passou a defender a expulsão dos americanos de todo o mundo muçulmano.

Se tais factos não legitimam o recurso ao terrorismo, colocam pelo menos a questão de saber até que ponto a política externa norte-americana é responsável pelo seu desenvolvimento. Vale a pena lembrar, a propósito, o que diz um antigo responsável da administração Clinton e actual director-geral da 'Kissinger Associates', David Rothkopf, num artigo publicado o ano passado na revista *Foreign Policy* a propósito do novo «século da informação», ou seja, do «século americano»: «Para os Estados Unidos, o objectivo central de uma política externa da era da informação deve ser ganhar a batalha dos fluxos de informação mundial, dominando as ondas, tal como outrora a Grã-Bretanha dominou os mares.»

Para que não restem dúvidas sobre o significado da anterior afirmação, David Rothkopf prossegue: «É do interesse económico e político dos Estados Unidos velar para que, se o mundo adoptar uma linguagem comum, seja o inglês; que, caso se oriente para normas comuns em

matéria de telecomunicações, de segurança e de qualidade, essas normas sejam americanas; que, se as suas diferentes partes forem ligadas pela televisão, a rádio e a música, os programas sejam americanos; e que, a criarem-se valores comuns, sejam valores em que os Americanos se reconheçam».

Visões tão hegemónicas e imperialistas como estas reúnem largo consenso nos EUA e estão já a fazer o seu caminho à escala mundial. O problema é que ignoram, entre muitas outras coisas, que num mundo com mais de três mil milhões de pessoas a viverem abaixo do nível de pobreza os fundamentalismos de todas as espécies têm terreno fértil para se desenvolverem.

Bem pode David Rothkopf afirmar que «de todas as nações na história do mundo», é a americana «a mais justa, a mais tolerante, a mais desejosa de se questionar e de se melhorar constantemente, e o melhor modelo para o futuro». Os povos, todos os outros povos, vão querer ter uma palavra a dizer.

## Inundações na China

As autoridades chinesas decidiram destruir os últimos e mais importantes diques nos afluentes do rio Yangtsé na província central de Hubei, a mais afectada das 12 regiões pelas piores inundações na China desde 1954.

A medida, que obrigou à deslocação de cerca de 500 mil pessoas, permitirá diminuir o volume das águas do Yangtsé à sua passagem por Wuhan, capital económica do centro da China, explicou a imprensa chinesa. No ano passado, à sua passagem por Xangai, o Yangtsé destruiu 524 diques e sete importantes comportas. Então, o seu caudal era inferior ao que se espera para os próximos dias. No total, 240 milhões de chineses, um quarto da população, estão ser afectados pelas inundações em 12 províncias do país, a maioria das quais no centro-leste e sul.

## Eleições em Malta...

O primeiro-ministro maltês, Alfred Sant, anunciou domingo, em conferência de imprensa, a realização de eleições gerais na ilha em 5 de Setembro. As últimas eleições gerais realizaram-se em 26 de Outubro de 1996 e foram ganhas pelo partido trabalhista, com uma maioria de 50,72 por cento dos votos, que assim puseram termo a quase uma década de governação do partido nacionalista, no poder desde 1987.

Cinco meses depois das gerais, a direita venceu, em Março de 1997, as eleições municipais parciais.

## ... e na Macedónia

As eleições para o Parlamento da Macedónia (120 lugares) realizam-se em 18 de Outubro, anunciou o presidente do parlamento, Tito Petkovski. A data do escrutínio, o terceiro desde que o Estado se separou da antiga Jugoslávia em 1992, teve o acordo de todos os partidos políticos. As anteriores eleições legislativas na Macedónia, ganhas pelos social-democratas no poder, realizaram-se em Novembro de 1994 e foram boicotadas pela maioria dos partidos da oposição, que alegaram ter havido fraude eleitoral. A Macedónia conta com cerca de 1,5 milhão de eleitores.

## Nova crise no Iraque

Richard Butler, chefe dos inspetores da ONU encarregados do desarmamento iraquiano, garante que o Iraque ainda «não regularizou o 'dossier' dos misseis, nem o 'dossier' químico, e que as informações sobre o 'dossier' biológico continuam a ser inverificáveis e não credíveis», pelo que considera não estarem reunidas as condições para satisfazer a pretensão iraquiana no respeitante ao levantamento das sanções impostas após a guerra do Golfo.

O vice-primeiro-ministro iraquiano, Tarek Aziz, terá instado Butler a informar o Conselho de Segurança de que o Iraque já não possui armas nucleares, biológicas ou químicas nem misseis de alcance superior a 150 quilómetros, mas o inspector da ONU recusou, insistindo que o país deve desembrasar-se de todo o seu armamento de destruição maciça. Segundo Butler, «a crise opõe, agora, o Iraque ao Conselho de Segurança».

## Brasil

## Privatização da Telebras provoca protestos

O processo de privatização da Telebras - a empresa de telecomunicações brasileira - pode ter representado um bom negócio para a Telecom, mas é vista no Brasil como mais um passo na alienação da soberania nacional. Um manifesto assinado por diversas personalidades acusa o governo de Fernando Henrique Cardoso de estar a entregar um sector estratégico do país a grandes grupos multinacionais, de atentar contra os direitos dos consumidores e de liquidar um sistema eficiente e lucrativo.

De acordo com o documento, recentemente divulgado, é de esperar que sejam abandonadas «as metas de garantir aos brasileiros mais pobres o acesso ao serviço telefónico», dado que as «as compradoras não trarão recursos próprios suficientes e só investirão à custa de reajustes de tarifas». Por outro lado, referem os signatários do manifesto, a privatização da Telebras representa a «liquidação de um sistema eficiente e lucrativo que investiu quase R\$ 33 bilhões de 95 em diante e que hoje instala um terminal fixo a cada 15 segundos, um acesso celular a cada 20 segundos e um telefone público a cada quatro minutos».

O manifesto alerta igualmente para o facto de a privatização do Sistema Telebras e a sua fragmentação em 12 empresas representar «não só a renúncia a milhares de empregos qualificados num momento em que o desemprego, sobretudo entre os jovens, atinge quase 20 por cento», como ainda a «liquidação da única empresa nacional capaz de fazer frente às grandes operadoras multinacionais do sector e colocar as telecomunicações como base para políticas públicas de educação, saúde e desenvolvimento tecnológico ao serviço da população». Teme-se também que a privatização represente «a liquidação do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Telebras, um dos cinco mais importantes e avançados do mundo».

Os subscritores do manifesto não deixam de se interrogar sobre os motivos que levam o governo brasileiro a «entregar a Telebras por menos de metade do valor previsto inicialmente», tanto mais que o país se encontra em vésperas de eleições. «Que garantias tem a sociedade brasileira de que a lisura do processo eleitoral não será ferida por um acto de tamanhas consequências?» - interrogam.



Pelo menos 900.000 crianças com menos de 14 anos vivem em Espanha em situação de pobreza (foto de arquivo)

Espanha  
Pobreza infantil

Os avanços políticos e económicos registados em Espanha nos três últimos decénios não conseguiram que as taxas de pobreza da população infantil, no seu conjunto, se alterassem de forma significativa. Esta é a principal conclusão de um relatório financiado pela UNICEF, segundo o qual pelo menos 900.000 crianças com menos de 14 anos vivem em Espanha em situação de pobreza.

Elaborado pelas economistas espanholas Olga Cantó e Magda Mercader-Prats, o estudo reporta-se a crianças vivendo em agregados onde os rendimentos são 40 por cento inferiores aos da média familiar, calculada em aproximadamente 11.000 dólares anuais.

Mais de metade das crianças naquelas condições, que o relatório designa como «pobres», pertence a famílias com três ou mais filhos, pais subempregados ou sem trabalho, e a famílias monoparentais.

Segundo Mercader-Prats, professora de economia aplicada da Universidade Autónoma de Barcelona, o relatório recolhe os últimos dados conhecidos (de 1990) e recua até 1970 com o objectivo de estudar a evolução da pobreza infantil em Espanha, país onde os sindicatos calculam haver 250.000 crianças a trabalhar.

O relatório avalia a pobreza infantil a partir de inquéritos sobre os rendimentos familiares levados a cabo pelo instituto nacional de estatística no período de tempo referido, mas as próprias investigadoras admitem que os números reais poderão ser «muito superiores», já que o relatório exclui as crianças que vivem na rua e as que pernoitam em instituições ou centros de acolhimento.

De acordo com Mercader-Prats, situando a faixa de precariedade em menores de 18 anos, o número de pobres sobe para um milhão e 200 mil.

■ **JORGE CORDEIRO**  
Membro  
da Comissão Política

# A alternativa que o País precisa

**O TRABALHO de dinamização da actividade partidária, de reforço orgânico e de iniciativa política tem em vista contribuir para a afirmação do Partido, das suas propostas e projecto. E, assim, dar mais força a quem pode decisivamente contribuir para abrir caminho a uma nova e diferente política para Portugal.**

A alternativa que o País precisa para imprimir um novo rumo à política nacional é inseparável do reforço da influência do Partido e da sua expressão eleitoral capazes de assegurar, também, um maior peso ali onde se decidem as políticas que marcam a vida de Portugal e dos portugueses.

Não há que ter receio de o afirmar. É indispensável que o PCP pese mais ao nível do Poder. Não apenas porque objectivamente isso corresponde a uma necessidade mas porque afirmá-lo contribui para que essa ideia ganhe corpo na consciência, disposição e vontade de muitos portugueses que aspiram sinceramente a uma mudança.

A vida tem demonstrado que não basta ter uma política alternativa justa, oposta à que há anos vem sendo desenvolvida.

É necessário afirmá-la, dar-lhe força material, concentrar nela o apoio de mais portugueses e portuguesas. Em suma, transformá-la em alternativa política.

Só assim será possível interromper o ciclo de políticas de direita promovidas, à vez, ora pela mão do PS ora pela do PSD.

Trata-se naturalmente de uma tarefa exigente e de um desafio premente que o Partido está disposto a enfrentar.

Ninguém ignora a inegável influência social que o PCP disfruta e o largo reconhecimento de amplos e diversificados sectores da sociedade portuguesa pelo papel desempenhado na defesa dos seus interesses e direitos.

Uma influência e reconhecimento que persiste em não encontrar correspondência na hora da opção eleitoral, momento no qual muitos acabam por hipotecar a possibilidade de mudança e de conquista de uma política capaz de dar corpo àquilo pelo qual tantas e tantas vezes muitos deles se bateram.

É esta situação que há que procurar inverter. Pelo nosso próprio trabalho, iniciativa e determinação. É isso que devemos e estamos a fazer.

Não porque aceitemos a ideia de que as coisas assim se passam por razão exclusiva de erros da nossa acção. Mas porque objectivamente é necessário alterar a situação e ninguém, mais que nós próprios, comunistas, temos de o fazer para o conseguir.

Não recusamos a ideia de que há razões inerentes à nossa própria actividade, a deficiências e dificuldades aliás inventariadas e corajosamente assumidas, que explicam parte da situação. Sem dúvida que sim.

Mas também não ignoramos e recusamos calar, com igual coragem, aquelas outras razões que nos são impostas do exterior pelos critérios dominantes que prevalecem na informação à opinião pública, dos interesses de classe que prosseguem e pela orientação política que promovem e defendem. Mesmo que afirmá-lo signifique despertar novos e mais azeitos comentários.

Não observar o contraste entre as dificuldades em fazer passar uma ideia e uma propos-

ta do Partido e a facilidade com que é vendida e alimentada a mensagem e promessas de outros, que são as mais das vezes invariavelmente a negação das sua própria prática política e daquilo que tencionam fazer, conduziria igualmente a conclusões erradas.

Ninguém verdadeiramente atento pode ignorar o persistente silenciamento que é

imposto à intensa actividade do PCP e o eco dado à de outros mesmo quando mais limitadas em objectivo e conteúdo; o "esquecimento" mediático a que são votadas propostas e iniciativas políticas do PCP de impacto social inegável e a projecção dada a qualquer declaração, "facto" ou intriga de bastidores gerada pela acção de outros; a auréola de novidade e de grande descoberta com que são apresentadas posições, avaliações ou iniciativas de outros mesmo quando apresentadas e repetidamente afirmadas pelo PCP há semanas ou meses.

Bastaria apenas olhar para o passado recente para encontrar múltiplos exemplos que justificam estas afirmações. Das propostas sobre aumento de reformas às apreciações sobre a trapalhada dos referendos passando pelo quase completo ignorar que em regra foi dado à intensa actividade das organizações, da Direcção e do Grupo Parlamentar.

Assume assim particular significado e importância o trabalho de reforço da organização, acção e iniciativa política.

Um Partido com um projecto transformador da sociedade e não acomodado à situação não pode prescindir de ver na sua organização, na sua ligação aos militantes e na acção do colectivo partidário o instrumento essencial para reagir à imposição de injustiças e à promoção das desigualdades e para dar combate à política de direita e lutar por uma nova política.

É na organização que encontra o meio mais seguro

de contacto com as massas, de comunicação e informação, de relacionamento com os problemas e com quem os enfrenta. É dela e da ligação que daí resulta aos trabalhadores e ao povo que se pode gerar a mais sólida e duradoura base de influência necessária às múltiplas batalhas políticas que o Partido tem para travar.

Quanto mais e melhor organizado estiver o Partido, quanto mais amplo for o número de militantes a dar o seu contributo, quanto mais actantes forem as organizações, mais capaz será de influir social e politicamente.

É na acção política diária, na presença junto dos trabalhadores na luta pelas suas pequenas e grandes causas, no combate assumido às velhas e novas formas de exploração e na afirmação das suas propostas e na luta por as concretizar que o Partido pode aproximar decisivamente todos quantos rejeitam as orientações dominantes de uma política destinada a promover o capital e a desfavorecer os trabalhadores.

A intensa actividade partidária em curso, o contacto directo com milhares de trabalhadores resultantes da campanha nacional e das múltiplas lutas que um pouco por todo o lado se desenvolvem, a intervenção junto da população sobre proble-

mas locais, a intervenção nas grandes causas sociais não são um esforço feito em vão. São desde logo um dever e responsabilidade de um Partido revolucionário mas também um capital que, mais ou menos a prazo, acabará por traduzir-se em apoio a quem se não limita a despertar de quatro em quatro anos para as pessoas, os seus interesses e direitos.

Não são de esperar facilidades. Os poderosos interesses instalados reconhecem no PCP aquilo que pode verdadeiramente fazê-los perigar. É contra a força desses interesses que lutamos. Com consciência das dificuldades mas com a convicção de quem acredita na justeza das causas e ideais que defende. Mesmo sabendo que conjuntamente possa ter de o fazer contra a corrente.

A acção e iniciativa políticas; a afirmação dos nossos valores e propostas, a declarada e comprovada disponibilidade para seriamente contribuir para alargar a base política capaz de dar suporte a uma alternativa são a confirmação de que o PCP não abdica de fazer tudo para garantir uma nova política e de desempenhar nela o papel a que tem direito. Com os trabalhadores, com as camadas e sectores mais atingidos pela política de direita, com todos quantos se revelem dispostos a dar a Portugal a oportunidade de conhecer uma política nova, diferente, de esquerda. Em que o PCP não pode deixar de contar.

**Quanto mais e melhor organizado estiver o Partido, quanto mais amplo for o número de militantes a dar o seu contributo, quanto mais actantes forem as organizações, mais capaz será de influir social e politicamente.**



a **EP**  
**Entrada**  
**Permanente**  
**Já está à venda!**  
**3 dias de Festa**  
**só por**  
**2 mil escudos**

# da festa!

**AMORA-SEIXAL** **4, 5 e 6 SETEMBRO**

## Dez notas para

**1.** Um pouco por todo o mundo a especial capacidade da música popular para servir de suporte à narrativa da História e dos acontecimentos do quotidiano tem vindo crescentemente a ser reconhecida. Há já algumas décadas foi publicado em França uma obra pioneira, «Histoire de la France Par Les Chansons» e ainda recentemente surgiu na Net um trabalho idêntico, mas sobre os Estados Unidos. Este facto não tem aliás deixado de merecer alguns amargos comentários aos músicos e musicólogos desta área que, com justeza, sublinham que a música popular é, antes de tudo o mais, **música**, enquanto acaba por ser objecto de estudo mais de sociólogos,

antropólogos e historiadores do que propriamente de interessados e especialistas do fenómeno musical. É evidente que o século XX introduziu no campo dos sons modificações profundas, nomeadamente ao permitir que a música ultrapassasse uma limitação que a acompanhara desde a sua nascença: o tempo. Na realidade, até que a técnica permitiu a gravação, a música propriamente dita esgotava-se nos breves instantes da sua execução. A passagem à pauta permitida pelas sucessivas notações constituía um **indício**, uma **indicação** sobre o som, mas não era de forma alguma o som propriamente dito. Se ampliou enormemente a presença da música no quotidiano das

sociedades contemporâneas, a gravação tornou igualmente possível um formidável processo de aculturação sonora para o qual se não vislumbra um fim possível. A gravação permitiu recolher composições que possivelmente de outra forma se teriam perdido mas, sobretudo, permitiu que **todos ouvissem tudo**. Dentro dos próprios países as sonoridades regionais diferentes foram-se entrelaçando e esse processo alarga-se à escala do planeta e dos mais variados universos culturais.

## de CANÇÕES

# ataalaia

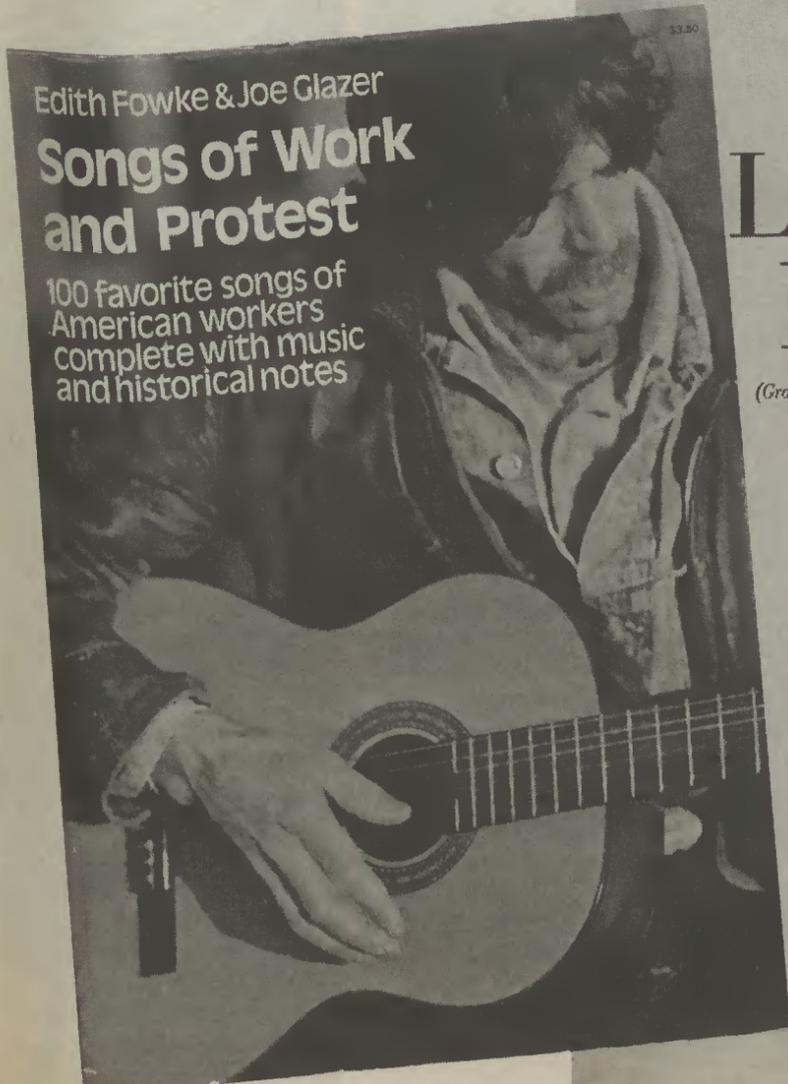
**2.** A ligação das canções da música popular ao quotidiano e à História relevam das mais variadas razões. Convém no entanto sublinhar que há uma funcionalidade ancestral que desde sempre fortemente a

forjou: o papel de **cancioneiro**, de **instrumento narrativo e de circulação de informação e experiências**. Perdem-se nos horizontes da Antiguidade as situações em que a música constituía essencialmente um

apoio às palavras de uma narrativa, desempenhando simultaneamente o papel de elemento memorizador e de factor de fascínio à audição. Batalhas, catástrofes, milagres, descobertas, mitos, paixões propagaram-se em todas as

civilizações através da sua ligação à música e à poesia. E não é difícil imaginar a relevância deste papel pensando quão poucos séculos tem a escrita e quão poucas centenas de anos têm a tipografia e a possibilidade de

reproduzir a palavra escrita nas grandes quantidades de livros e jornais. Mas, mesmo com a concorrência dos novos suportes da informação, a música popular não perdeu nunca essa função, seja pela forma como



ROBERT BRÉCY

## Autour de LA MUSE ROUGE

(Groupe de poètes et chansonniers révolutionnaires)

1901 - 1939



ÉDITIONS CHRISTIAN PIROT



## Marchas, Danças e Canções

PRÓPRIAS PARA GRUPOS VOCAIS OU INSTRUMENTAIS POPULARES  
 MÚSICA DE FERNANDO LOPES GRAÇA

VERSOS INÉDITOS DE

ARMINDO RODRIGUES, ARQUIMÉDES DA SILVA SANTOS,  
 CARLOS DE OLIVEIRA, EDMUNDO BETTENCOURT, JOÃO  
 JOSÉ COCHFEL, JOAQUIM NAMORADO, JOSÉ FERREIRA  
 MONTE, JOSÉ GOMES FERREIRA E MÁRIO DIONÍSIO

COM UM PREFÁCIO DE FERNANDO LOPES GRAÇA  
 2.ª EDIÇÃO

EDIÇÕES  
 1 DE OUTUBRO

# Dez notas para de CANÇÕES atalaia

ultrapassa um ainda gigantesco analfabetismo, seja pela componente de beleza, de sentimento, de fascínio que, com as suas melodias e harmonias, acrescenta às palavras.

**3.** Em 1976 e em 1975 editaram-se em Portugal, ambas no mês de Novembro, duas obras que, apesar do muito que as ligava, se apresentavam em fórmulas literárias bem diversas: A **Revolução Portuguesa - O Passado e o Futuro**, relatório apresentado por Álvaro Cunhal ao

VIII Congresso do PCP, em Novembro de 76, e **As Portas Que Abril Abriu**, o extenso poema em que José Carlos Ary dos Santos narrou o 25 de Abril e a Revolução em tempos de dúvidas e inquietações. Ao longo de 1976 **As Portas Que Abril Abriu**, declamado pela voz trovejante do autor em comícios e sessões ou ouvido no pequeno disco que o registara, entrou definitivamente no universo sonoro do Portugal de Abril, afirmando-se não apenas o verso, a poesia ou a rima, mas uma **narração, uma visão** do que sucedera ali e exaustivamente revelado com claras palavras e conceitos aqui, tudo se encontrava, tudo confluía numa comum visão da História, da História que havíamos construído. Entretanto, a canção

da década de 60 e de antes mesmo, a leitura do relatório de Álvaro Cunhal, das suas 400 páginas de factos, análises, revelações e propostas, despertaram uma curiosa sensação. No fundo, aquele exaustivo documento político parecia quase como uma **outra forma** de contar a mesma história que Ary vertera um ano antes nos seus versos! A Reforma Agrária, as Nacionalizações, o 11 de Março e o 28 de Setembro, a Aliança Povo-MFA, enfim, rimado num lado e analisado no outro, cantado com versos vibrantes e concisos ali e exaustivamente revelado com claras palavras e conceitos aqui, tudo se encontrava, tudo confluía numa comum visão da História, da História que havíamos construído. Entretanto, a canção

cumprira ao longo desses anos o seu remoto papel de cancionero. Cantores de todas as tendências, semana a semana, dia a dia, acontecimento a acontecimento, narravam a história quotidiana nos palcos de Norte a Sul e faziam no vinyl um compêndio que registava os factos, os anseios, os projectos. Cantou-se a Reforma Agrária, criticaram-se políticos, saudaram-se os Capitães de Abril, denunciou-se a intervenção estrangeira, apelou-se à luta, redescobriu-se o folclore que o povo carinhosamente preservava. É do enlace de um relatório com um poema, ouvindo as vozes do Canto Livre e escutando as emissoras de rádio tão profundamente ligadas às transformações do País nasceu a ideia de um... espectáculo!

Um espectáculo que contasse essa História que era afinal o eixo de dois livros e o tema de canções. Com Ary, Luís Filipe Costa, João Paulo Guerra, Rui Pedro, Fernando Tordo e Adriano Correia de Oliveira foi-se fazendo o cruzamento daqueles versos, daquelas ideias, daqueles factos, daqueles sons, daquelas músicas, daquelas vozes. O maestro Sílvio Pleno orquestrou, Augusto Sobral fez a encenação, utilizaram-se pela primeira vez diaporamas que Ivone Dias Lourenço montou — e durante cinco noites, em Lisboa e no Porto, encheram-se o Pavilhão e o Coliseu com as **25 Canções de Abril**.

**4.** A experiência não era, já se vê, nova. Em teatros da Broadway nova yorkina, no West End londrino, no cabaret berlinense dos anos 30, no espectáculo «Bella Ciao» que marcou uma época em Itália, no outro lado do Atlântico com Augusto Boal levando o Teatro Arena a contar Zumbi e Tiradentes, muitas outras histórias haviam sido narradas com canções, com luzes e teatro, com palavras e versos, actores e cantores. Mas as **25 Canções de Abril** tiveram a importância de consagrar não apenas a vital importância da música na Revolução de Abril (uma Revolução que começou com uma música!), mas de

revelar também a sua qualidade musical e a sua ligação à realidade e indicaram um caminho que enriqueceu a apresentação cénica da música, gerou hábitos e forneceu pistas de trabalho. Depois delas muitos outros espectáculos se fizeram e trilhos semelhantes foram seguidos com experiências as mais diversas, desde o **Lisboa, Cidade Abril**, também no Pavilhão dos Desportos, até essa pedra angular da música e do teatro português que é **«Por Esse Rio Acima»** de Fausto e da Barraca. Alguns projectos ficaram pelo caminho, um que chegou a ganhar algum corpo, muito ligado à divulgação do compositor português Carlos Seixas e, especialmente do seu

trabalho de composição para cravo: o **Concerto para Cravos, Orquestra e Cantores** chegou a delinear-se, no jogo semântico e musical fascinante entre o cravo flor e o cravo instrumento e a particular empatia que muitos músicos descobriam entre as guitarras, violas, percussões da música popular essencialmente acústica e a deslumbrante sonoridade do cravo.

**5.** Quinze anos passados, muitos dos que tinham passado pela oficina das **25 Canções de Abril**, lançaram-se noutro projecto, desta feita uma rádio local, a «Telefonia de Lisboa». Inequivocamente, escolheu-se para indicativo um tema de Zeca Afonso a quem pedimos autorização para fazer uma montagem: João Lucas, a partir do próprio original, dividiu a canção e orquestrou-a de forma a dar o tema de abertura e o de encerramento. Durante três anos a «Telefonia» ergueu um projecto sério de informação e

divulgação cultural que, evidentemente, o cavaquismo minou e o guturrismo hoje ignora, apesar das sentenças do STA contra as decisões de não atribuição de frequência. Um dos mais longevos programas da «Telefonia» foi uma pequena rubrica de Ruben de Carvalho, os **Panfletos** que quotidianamente Rui Pedro, primeiro, e Cândido Mota depois, leram antes do fecho da emissão. Durante todo esse tempo contou-se por dia a história de uma canção, que depois se escutava, e que por qualquer razão estivesse ligada a um acontecimento relevante

da vida da Humanidade. Fosse ele político, social, económico ou, por vezes, até puramente anedótico. Os **Panfletos** revelaram a dimensão gigantesca de uma realidade que já se conhecia: é de facto possível fazer a História do mundo contemporâneo através de canções! Os sons das grandes batalhas revolucionárias e do movimento operário, as lutas pelas independências, as grandes figuras de 200 anos que transformaram o planeta, os episódios determinantes de tantas transformações, enfim, tudo se cantou, sobre tudo há uma canção e uma história.

**6.** Entretanto, este inestimável património recebera uma atenção musical de particular valor e criatividade. Em Abril de 1969, dois músicos de jazz de primeira linha, o contrabaixista Charlie Haden e a pianista Carla Bley constituíram a **Liberation Music Orchestra** a qual ligaram mais uma dezena de músicos entre os que mais se destacavam pelo seu posicionamento político à esquerda: Paul Motian, Andrew Cyrille, Gato Barbieri, Dewey Redman, etc. A **Liberation Music Orchestra** fez o seu

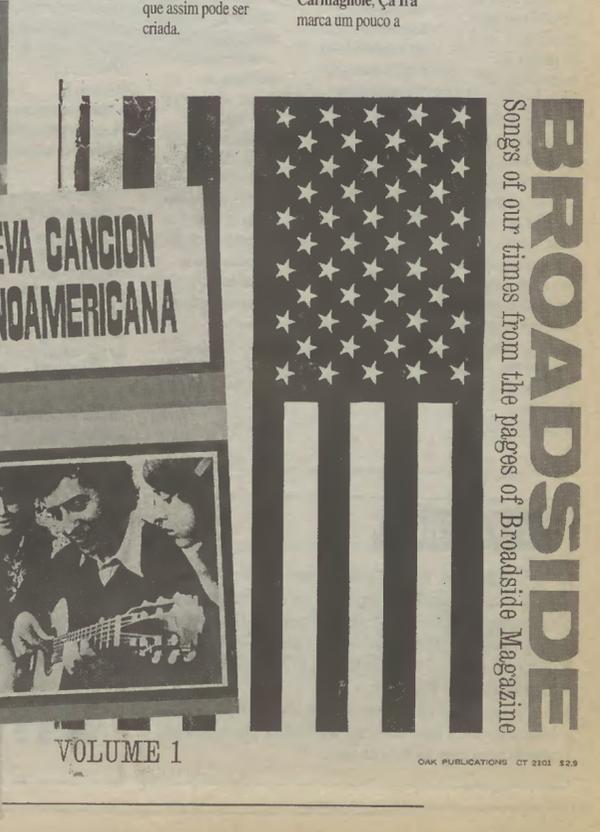
primeiro trabalho inspirando-se essencialmente em temas do cancionero antifascista da Guerra de Espanha a que se juntaria um «Song for Che» de Haden que o autor, no Festival de Jazz de Cascais de 1973, dedicaria à Frelimo, o que lhe valeu a prisão pela PIDE e expulsão do País. Os sons que pareciam algo sepultados em

discos de memórias ou que se viam substituídos pela grandiosa produção das décadas de 60 e 70 da **protest song**, ganharam nova vida, surgiram de novo, revelaram harmonias e ligações que a continuação do trabalho da **Liberation** garantiria (e no qual se viria a incluir a própria «Grândola» da madrugada de Abril).

A apresentação da Orquestra Metropolitana de Lisboa no Palco «25 de Abril» em 1996 gerou uma realidade nova na Festa do «Avante!». Revelou-se que era tecnicamente possível levar ao grande palco formações musicais de características diferentes das dos grupos de música popular e verificou-se existir um público interessado na música que assim pode ser criada.

Mas o repertório para uma orquestra sinfónica tocar ao ar livre correspondendo às exigências por ele colocadas não é, como se compreende, muito grande. E há já dois anos começou a germinar a ideia de fazer um encontro entre música popular e a maior exigência de composição e execução que é requerida pela música erudita. Verdi tem aliás uma curiosa peça onde se podem escutar acordes de «A Marselhesa» e «A Internacional», mas é uma breve composição de poucos minutos. Começou então a fazer-se o que seria uma seleção das mais significativas canções revolucionárias e operárias dos últimos dois séculos. Na verdade, a Revolução Francesa com A Marselhesa, La Carmagnole, Ça Ira marca um pouco a

abertura do papel da canção na rua e nas barricadas. Foi-se andando, pela Europa, pelas Américas, seguindo os grandes marcos da História tentando conciliar três critérios nem sempre de fácil conjugação: ligação a um episódio relevante, duradoura popularidade e qualidade musical. No princípio deste ano estavam escolhidas cerca de 300 canções de 54 nacionalidades!



habla y canta  
VICTOR JARA

CHICO BUARQUE  
LETRA E MÚSICA 2

Hundert  
proletarische  
Balladen  
1842 - 1945

Verlag Neues Leben

# 25 CANÇÕES DE ABRIL

Coliseu do Porto - 16 e 17 de Abril - 1977



7.

a cura di Leoncarlo Settimelli e Laura Falavolti

canti socialisti e comunisti

De Leoncarlo Settimelli e Laura Falavolti  
In appendice i testi musicali dei canti più significativi



BROADSIDE  
Songs of our times from the pages of Broadside Magazine

# Dez notas para de CANÇÕES ataalaia

**8.** Passou-se depois à decisão sobre o que, musicalmente, se iria fazer. Duas hipóteses extremas foram admitidas e postas de parte.

A primeira, elaborar uma peça para uma orquestra sinfónica. Revelou-se materialmente impossível, mas havia também alguma incoerência. Os temas musicais que estão na origem do projecto têm uma estrutura, uma coerência, requerem uma abordagem e um desenvolvimento que não tem a lógica formal de um instrumento como uma orquestra sinfónica. A segunda foi a de fazer uma peça para 2, 3 ou eventualmente 4 pianos. Estimulados pelos excelentes concertistas de piano do actual panorama musical português, a dimensão do palco e do público fez contudo hesitar. Admitiu-se apoiar os pianos com uma pequena formação de cordas. Mas, entretanto, começara também a fazer-se a selecção dos temas onde, aos três critérios iniciais, havia a acrescentar um quarto: tratava-se de compor uma **peça musical** e não de escrever um compêndio de História... Significava isto que,

para além da importância dos factos e canções e da sua qualidade, tornava-se igualmente necessário que se seleccionasse de forma a que entre elas se harmonizassem e dessem unidade e coerência à peça. Nesta altura, já se havia escolhido o compositor: **José Eduardo**, um músico que reúne uma sólida formação clássica com uma profunda ligação à música popular. Com a ajuda de Manuel Jorge Veloso, há seis meses procedia-se à selecção final de cerca de 50 temas. Procuraram-se as letras de todos eles, pautas e gravações. Gravaram-se cassettes com todas as gravações a que se teve acesso, havendo temas com cinco e seis diferentes versões em diferentes línguas e nacionalidades!. Pediram-se pautas em Londres, Paris, Berlim, Nova York, compararam-se poemas e letras, aprofundaram-se histórias muitas vezes controversas sobre origens e autores. No final, as próprias canções tinham-se encarregue de resolver um problema, aliás, dois.



**9.** O primeiro era que se tornava absolutamente indispensável a presença da voz. Sem excepção, estas canções constituíram antes de tudo o mais o eficaz suporte de palavras que, mesmo se esquecidas, as marcaram no significado e papel. A solução da **Liberation Music Orchestra** é correcta e consistente, mas exclusivamente do ponto de vista jazzístico — e não era por aí que se pretendia ir. Desejava-se manter o ambiente, a sonoridade popular dos temas, mas na diversidade das suas origens nacionais e, sobretudo, na

importância decisiva do canto. Decidida a existência de vozes, imediatamente se revelou a absoluta necessidade da sua variedade. Pelas suas origens nacionais, pelas épocas em que nasceram, pelas influências que revelam ou desenvolvimentos que permitem, as três dezenas de canções finalmente seleccionadas requeriam vários tipos de vozes. Optou-se assim por duas vozes líricas (um soprano, **Helena Afonso**, e um barítono, **Jorge Vaz de Carvalho**), por uma voz feminina muito ligada a música tradicional — **Amélia Muge** —,

uma terceira voz feminina que garantisse a ligação ao cantar em castelhano (língua sempre problemática para os portugueses) e trouxe-se uma das grandes vozes da Catalunha, **Carme Canela**, com a polivalência de ter já cantado *salsa* com Bernardo Sassetti, canções da Guerra de Espanha com Pi de la Serra e *blues* com Marc Miralta e os Fura dels Baus, e, finalmente, um dos mais talentosos e certamente o mais versátil dos cantores e compositores portugueses, **Jorge**

**Palma**, ele próprio um viajante desse universo infindo da música popular de todo o mundo.

E a partir daqui se constituiu a orquestra, 22 músicos de quatro nacionalidades com uma formação onde de imediato se detecta a correspondência à organização sonora dos vários universos da música popular.

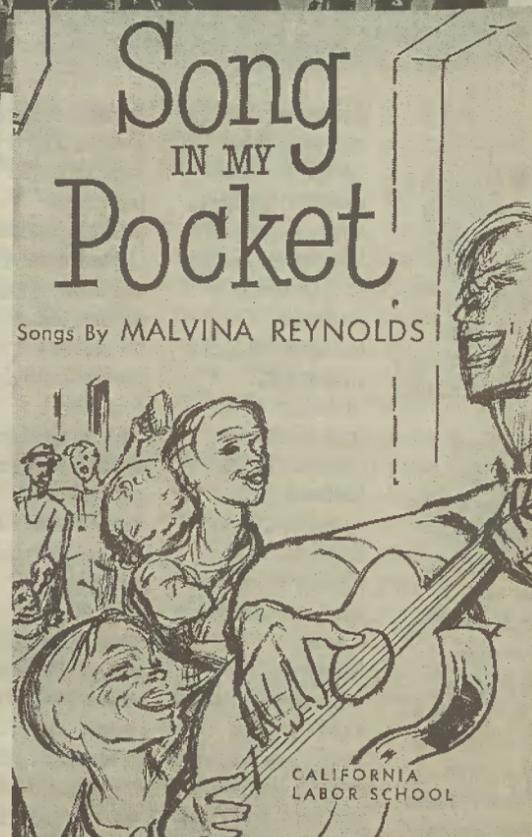
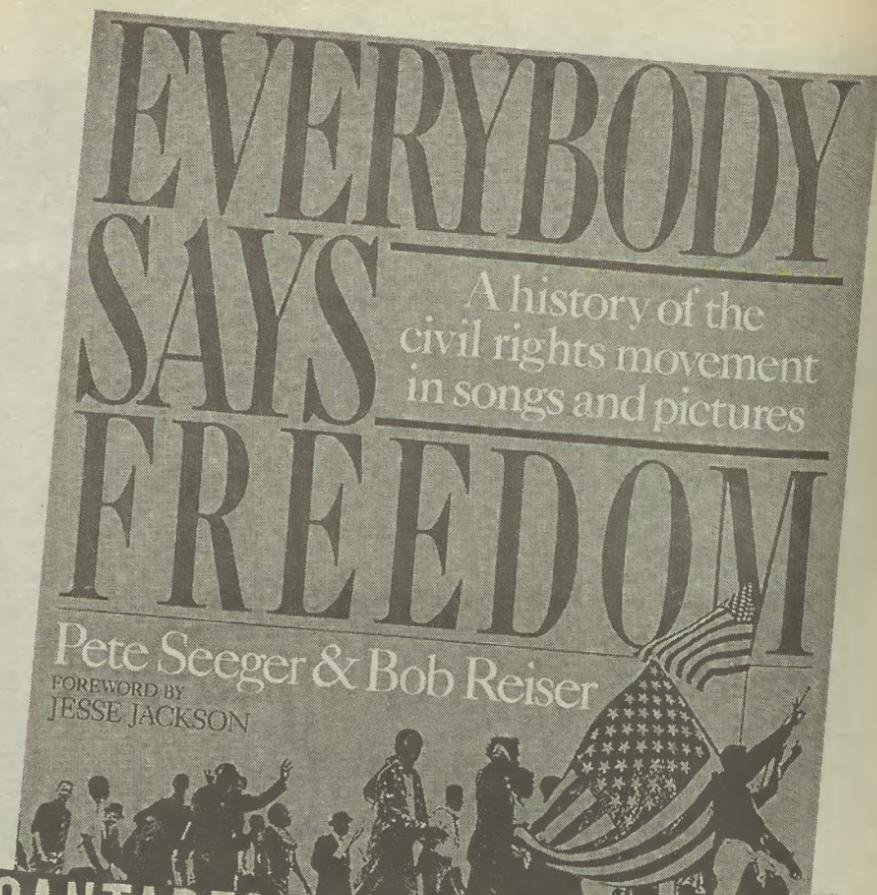
**10.** Os problemas, claro, não acabaram. Não se conseguiu arranjar a pauta de «Volver a los 17», uma canção de Violeta Parra a incluir. José Eduardo procurou na net e encontrou um músico chileno do outro lado: pelo e-mail veio a melodia de Violeta, em midi... Algumas pautas foi preciso ir encontrá-las numa loja no Oregon e houve preciosos conselhos de Harriet Wingreen,

a pianista que frequentemente acompanhou Paul Robeson, hoje toca na Filarmónica de Nova York e onde chegámos mais uma vez graças à rede...

Em audições de gravações ouvidas centenas de vezes acabámos a ouvir pequenos e decisivos pormenores por que jamais se havia dado. Descobriram-se igualdades em canções nascidas a milhares de quilómetros de distância, tanto quanto se verificou a deslumbrante

compatibilidade de uma melodia e de um instrumento que jamais possivelmente se terão encontrado. E, finalmente, chamámo-lhes **Canções de Atalaia**. Porque foi olhando para a realidade, do alto de atentas atalaias sobre a Vida e os Homens que elas foram compostas. E será na **Quinta da Atalaia**, lá onde os comunistas erguem firmemente a Festa do Portugal de Abril, que elas serão, de novo, cantadas.

■ R.C.



## Rectificação

No suplemento especial sobre a Festa do Avante! publicado, na semana passada, detectámos duas incorrecções. A primeira refere-se a uma legenda de um desenho de Oscar Niemeyer, erradamente identificado como *A Casa do Baille, em Belo Horizonte, no Brasil*. Na verdade, trata-se da *Igreja de S. Francisco de Assis, na Pampulha*.

Na mesma edição, o poema *Vermelho*, interpretado por Márcia Freire, é indevidamente atribuído a Chico Buarque, quando o seu autor é Chico da Silva.

## EP à venda

# Compra já e obtém um desconto de 20%

■ Vasco  
Paiva

# Baldios Um espaço para o desenvolvimento integrado

Os baldios continuam a constituir espaços comunitários de grande importância para o desenvolvimento local e regional. Situando-se fundamentalmente no Norte e Centro, a sua maior expressão está localizada nas regiões do Barroso, Tâmega, Nordeste Transmontano, Beira Alta e Lousã/Estrela.

Após décadas de usurpação pelo Estado fascista, o 25 de Abril trouxe a devolução dos baldios aos povos e a promessa de uma participação activa nos seus destinos e de serem um elemento fundamental para o desenvolvimento. As sucessivas tentativas de destruição da Lei dos Baldios, a sistemática oposição de órgãos da Administração Pública a uma participação activa das comunidades, associadas a uma crescente desertificação do Interior têm levado a que esses espaços agro-silvopastoris não têm tido o correcto aproveitamento.

Assim, verificou-se que, em muitos locais, os Conselhos Directivos de Baldios deixaram de existir transferindo essa responsabilidade de gestão para as Juntas de Freguesia. Por outro lado, não poucas vezes foram efectuados investimentos em áreas baldias com gestão mista Compartes/Estado e os compartes não participaram, nem sequer foram informados desses projectos.

É de espantar que, por exemplo em Trás-os-Montes onde se situa 25% da área comunitária, desde o princípio da execução do PAMAF – medida 3, vulgarmente conhecido por PDF, apesar de estarem disponíveis apoios comunitários, financiamentos a 100%, desde 1974 até à data não tenha sido investido um único tostão em acções de florestação ou manutenção de espaços florestais nos baldios que se encontram nessa modalidade mista de gestão e que são a maior parte.

Não surpreende assim que prossigam os fogos florestais, porque não há sítio “onde possam ser agarrados”, isto, é, mantêm-se grandes áreas contínuas de pinheiro bravo, sem introdução de espécies ripícolas nas linhas de água, sem linhas de cortafogo, sem espaços abertos, proliferando uma regeneração natural que necessita de ser conduzida.

Na maior parte dos casos, nos últimos anos, o aproveitamento dos baldios pelas populações limitou-se à utilização das receitas do material lenhoso para obras de infra-estruturas locais, melhoramentos que, embora importantes, não podem ser a única forma de ver a utilização e aproveitamento dos baldios.

## Abandono

Choca percorrer áreas baldias e ver pastagens ao abandono, indigna ver que áreas que poderiam ser altamente produtivas estão subaproveitadas com pinhal de baixa qualidade e fracos crescimentos. É como se estivéssemos a viver numa qualquer abundância e delapidação de recursos, filhos de papás ricos a quem não interessa o presente e muito menos o futuro.

A própria administração pública tem tido um comportamento semelhante, não reinvestindo na área florestal as receitas aí produzidas.

Infelizmente, tem-se verificado que as áreas comunitárias têm vindo a diminuir na sua área, porque a usurpação por particulares prossegue e não poucas vezes vemos surgirem eucaliptais privados encaixados em áreas baldias, porque se promovem pseudoparques industriais que rapidamente se transformam em desertos de armazéns vazios, porque continua a olhar-se para as serras sem se atender às suas potencialidades intrínsecas.

Uma certa perspectiva de áreas protegidas tende a afastar as populações das decisões nessas áreas e tende a transformá-las em jardins zoológicos da Natureza ignorando ou evitando a presença humana, esquecendo que a presença humana é indispensável na Natureza e que o principal objectivo dessas áreas deverá ser um desenvolvimento sustentado.

Os baldios têm condições para serem o motor do desenvolvimento local, estimulando outras actividades económicas associadas a esses espaços, promovendo o emprego e a riqueza local. Não podem ser uma fonte inesgotável apenas para outras actividades que em boa verdade caberiam à área das finanças locais.

Nos baldios pode-se e deve-se promover a pastorícia. Os gados são úteis nos povoamentos adultos. Com os gados, deveria aparecer a certificação das carnes, dos leites, dos queijos e dos enchidos. No momento em que proliferam doenças nos animais,

frequentemente transmissíveis aos humanos, os baldios oferecem a possibilidade de isolamento que impeça essa proliferação de doenças e garanta sanidade animal e qualidade dos produtos. As áreas de montanha necessitam de um turismo florestal adequado. Nestas áreas podia-se ainda promover o aproveitamento de plantas aromáticas com imensas aplicações desde a perfumaria, aos chás, podia-se fomentar a produção de frutos silvestres que podiam ser comercializados e consumidos frescos ou em compotas.

Os exemplos podiam multiplicar-se, haja imaginação, capacidade técnica e vontade política.

## Promover o desenvolvimento

Com estes e outros elementos próprios de uma silvicultura integrada será possível promover o desenvolvimento sustentado, promover emprego e a fixação das populações.

Aquilo que se exige é uma visão dinâmica destes espaços comunitários. É não ficarmos numa discussão redutora sobre perigos ou pseudoperigos, mas verificarmos que sempre a nossa posição foi de uma administração democrática e participativa que não tem existido, porque se tem limitado a gerir a aplicação

demagogias e populismos fáceis, debruçemo-nos sobre algumas dessas questões.

A primeira questão é se estamos ou não perante uma ameaça de privatização. A empresa pública terá 100% de capitais do Estado. A propriedade da terra não passará para a Empresa, as Matas Nacionais permanecerão na posse do Estado, as áreas comunitárias na posse das populações. Aliás, se alguma vez essa hipótese fosse encarada traria tamanhos encargos de sisa que inviabilizaria a referida Empresa. As declarações dos responsáveis, nomeadamente da DGF, são claras a este respeito: “a natureza jurídica dos baldios está salvaguardada por uma Lei aprovada pela Assembleia da República, e que por isso só pode ser alterada pela mesma Assembleia e nunca pelo governo”; e mais adiante esse documento afirma: “não existe qualquer intenção de alterar a Lei dos Baldios nem o seu estatuto jurídico”.

## Participar e decidir

A segunda questão é sobre a administração dos baldios, e insisto, não apenas na administração democrática formal mas participativa. Pela primeira vez, os compartes dos baldios vão poder participar e decidir não apenas sobre a aplicação das receitas mas também sobre o aproveitamento dos espaços baldios. Cada baldio pode ou não aderir às formas contratuais previstas, ninguém é obrigado a aceitar esta ou aquela modalidade de co-gestão, as Assembleias serão soberanas. Retomo as afirmações contidas nos documentos que já referi, transcrevendo-as:

• “para cada baldio será assinado um contrato, definindo os direitos e obrigações das partes envolvidas (Direcção Geral das Florestas, Conselho Directivo, empresa pública e, nas áreas protegidas, o Instituto para a Conservação da Natureza);

• para cada baldio, independentemente da sua dimensão, será obrigatoriamente elaborado um Plano de Gestão, onde são definidos os objectivos de gestão, a utilização do solo e as regras de exploração, sendo esses planos aprovados pela Autoridade Florestal Nacional;

• os planos de gestão devem merecer a concordância dos Compartes, ficando a empresa pública de gestão dos espaços florestais obrigada a prestação de contas, ao Estado e aos Compartes.”

Por último, coloca-se a questão do “lucro”. Sempre foi opinião consensual que as empresas devem visar a sua viabilidade económica até como garantia de prossecução da sua actividade, de não ficarem penduradas no Orçamento do Estado e como expressão da sua eficiência. Eu defendo que os espaços comunitários são viáveis economicamente e que não o são apenas numa perspectiva de mera sobrevivência, a multiplicidade de usos que proporcionam, se bem aproveitados, podem e devem ser um motor do desenvolvimento local. É este o desafio.

O texto vai longo, retenho para mim que o nosso Partido necessita de apresentar alternativas na sua actividade e para a sociedade. É esta postura que prestigiou e prestigia o Partido, ligado às massas, conhecedor dos problemas e das realidades, apresentando alternativas credíveis. É essa a experiência das inúmeras conferências e reflexões económicas e sociais que temos vindo a produzir, com mais intensidade, desde o 25 de Abril.

Não embarcamos na crítica pela crítica, no esquerdismo verbalista, nem no populismo fácil. Não poucas vezes custou-nos “isolamentos” temporários ou até a perda de votos, mas não é nosso costume virarmos a cara e sempre procuramos uma política de seriedade e de rigor, é também isso que nos distingue. Temos sabido criticar e combater o que está errado e apoiar o que está certo e é dos interesses das populações e do nosso povo, venha de onde vier.

Mantendo uma situação de alerta permanente e de vigilância, parece ser de saudar e apoiar que a nova forma de gestão dos espaços florestais públicos e comunitários se traduza em mais eficácia, mais transparência, maior nível de participação dos compartes dos baldios e mais rendimentos.



de receitas, porque não tem sido permitido aos compartes decidir de facto sobre os destinos e a multiplicidade de possibilidade que os espaços comunitários encerram.

A situação actual é boa para certos empreiteiros e madeiros que jogam na ignorância e na ausência de regras, mas não serve os povos nem o País. Tem servido infelizmente para alguns caciques locais em jogos do poder, como trampolim para conquistarem notoriedade pública, lugares nas autarquias locais ou negociatas económicas.

Portugal é o país da Europa com menor área florestal pública ou comunitária, cerca de 12% quando a Espanha, a França, a Grécia, a Alemanha, a Irlanda, a Áustria e a maior parte dos países europeus têm áreas florestais públicas e comunitárias em proporção muito superiores.

Interessa assim de uma vez por todas encarar as áreas comunitárias com maior sentido de responsabilidade e pô-las de facto, e não apenas em palavras e teoria, ao serviço das populações, potenciando o desenvolvimento local.

Nos últimos tempos, tem-se falado na constituição de uma Empresa Pública para gestão dos espaços florestais públicos e dos comunitários e surgiram legítimas preocupações sobre quais os seus objectivos e qual o seu estatuto.

Conforme os documentos já vindos a público, nomeadamente o estudo de viabilidade económica, o despacho ministerial de constituição da sua comissão insaladora, e um documento recentemente enviado pela DGF aos Conselhos Directivos dos Baldios, algumas dessas preocupações têm sido esclarecidas e legítimas dúvidas são clarificadas.

Com o sentido de responsabilidade que sempre caracteriza o nosso Partido e que nunca aceita de ânimo leve embarcar em

## Pinochetismo sem Pinochet



1

# O Chile actual – cabaia da globalização



■ Miguel Urbano Rodrigues

**O**s teóricos do pensamento único costumam citar o Chile como exemplo dos benefícios do neoliberalismo. Na última década, a economia apresentou um crescimento médio da ordem dos 6 por cento. O governo de Eduardo Frei repete monotonamente que o país está prestes a entrar no Primeiro Mundo, distanciando-se da América Latina. Uma semana em Santiago permitiu-me, em Maio, o reencontro com o Chile que havia visto pela última vez em 1988 quando acompanhei ali a derrota eleitoral do candidato de Pinochet.

Foi um reencontro marcado pela amargura. Talvez nenhuma outra sociedade se tenha submetido tão completamente como o Chile ao movimento selvagem dos mercados como cabaia da globalização imperial. Resultado: a repartição da riqueza é hoje ali uma das mais injustas da América Latina. O Chile apareceu-me como um país sem memória e o seu povo perdeu a alegria de viver.

Segundo o Governo, o modelo funciona. No pinochetismo sem Pinochet, o apagamento do passado é empreendido com a cumplicidade de partidos democráticos. Entre eles figura o Partido Socialista, que foi o partido de Salvador Allende.

«Chile, jaguar da América», «Chile, país do Primeiro Mundo». Expressões como essas surgem com frequência em programas da televisão chilena. Não é apenas a direita que as utiliza. Amplos sectores da classe média cultivam a hipóbole patrioteira. Um orgulho postiço, herdado da ditadura, percorre em Santiago os meios de comunicação social. Analistas que proclamam o seu distanciamento das ideologias recordam que o Chile precedeu a Grã-Bretanha e os EUA na aplicação das fórmulas do neoliberalismo ortodoxo. Não mentem. Mas não confessam que, ao ser utilizado como cabaia de experiências do capitalismo, empreendidas durante uma ditadura sanguinária, o Chile perdeu muito da sua identidade. A sociedade civil tornou-se irreconhecível.

A primeira surpresa para o visitante é a coincidência, no fundamental, do discurso oficial e do discurso dos epígonos de Pinochet.

\*

\* \*

Para se compreender minimamente o Chile gerado pela ditadura é indispensável estabelecer a ponte entre o presente e passado. O Chile actual é a culminação, triunfante e dramática, daquilo a que o sociólogo Tomás Moulian chama o «transformismo».

«Chamo “transformismo” – transcrevo a sua definição – ao longo processo de preparação, durante a ditadura, de uma saída da ditadura destinada a permitir a continuidade das suas estruturas básicas sob outras roupagens políticas, as vestes democráticas. O objectivo é o leopordismo, mudar para permanecer. Chamo “transformismo” às operações que no Chile actual se realizam para garantir a reprodução da infra-estrutura criada durante a ditadura, despojada das formas incómodas, das brutais, e das superestruturas de então. O “transformismo” consiste numa alucinante operação de perpetuação que se realizou através da mudança do Estado. Este modificou-se em vários sentidos muito importantes, mas mantendo inalterado um aspecto substancial.» (1)

As estruturas repressivas da ditadura desapareceram, mas o modelo económico persistiu. Iniciado em 1977, o «transformismo» prosseguiu com a aprovação por plebiscito da Constituição de 1980 e ficou concluído em 1988 com a aceitação pela oposição do «centro-esquerda» das regras do jogo impostas por Pinochet em nome do regime, regras legalizadas pela lei magna.

\* \*

Em Setembro de 1973, a Democracia Cristã, que não estava comprometida no golpe mas o recebeu com satisfação, não percebeu inicialmente o sentido dos acontecimentos. Os seus mais destacados dirigentes esperavam que os militares fizessem o trabalho sujo para, depois, posta a casa «em ordem», entregarem o poder aos políticos do centro-direita.

Somente transcorridos alguns meses, começou a ficar claro o significado da brutal intervenção das Forças Armadas. O terror não foi um objectivo; apenas o instrumento de um projecto ambicioso.

Sabe-se hoje que o bombardeamento de La Moneda e os fuzilamentos maciços das primeiras semanas não eram indispensáveis ao êxito militar do golpe. A crueldade que assinalou a instalação da ditadura militar não foi o desfecho circunstancial de impulsos sádicos de militares brancos. Pinochet não pertence à família dos tradicionais gorilas latino-americanos. No Chile, o terror inseriu-se num projecto científico, numa estratégia que atribuiu ao medo um papel primordial no funcionamento do novo regime. O projecto, do qual Augusto Pinochet seria o executor, precisava, para se concretizar, de um poder absoluto, de longa duração, sem limites morais ou legais.

É um erro comum qualificar de fascista a ditadura militar chilena. Ela não o foi. Falavam ao regime dois elementos definidores do fascismo clássico. Contrariamente ao que ocorreu na Alemanha e na Itália, nunca contou com uma base de massas. O nacionalismo exacerbado de Hitler e Mussolini não se manifestou também no Chile. Pinochet não favoreceu a indústria nacional: escancarou as portas ao capital internacional.

O neoliberalismo foi no Chile acompanhado da apologia entusiástica do capitalismo transnacional, o que não aconteceu na Alemanha nazi, nem na Itália, sequer no Portugal de Salazar. Não é por capricho que a direita chilena reivindica a paternidade daquilo a que chama «uma ditadura revolucionária capitalista».

Diferentemente dos fascismos europeus, a ditadura chilena não escondeu na primeira fase os seus crimes. Ocultava o nome dos esbirros, mas tornava públicos os actos de terror.

Orgulhava-se deles e apresentava-os como imprescindíveis à construção do futuro, à «refundação do Chile». O elogio da barbárie apareceu na proclamação oficial como exigência de defesa da civilização cristã (tese rejeitada pela Igreja Católica).

A famosa ameaça do almirante Toribio Marino de fazer de Santiago uma nova Jacarta se isso fosse necessário é elucidativo do espírito de repressão assumido pela Junta.

A difusão do terror contribuiu decisivamente para desencorajar a resistência popular. O terror não era, porém, contrariamente ao que ocorreu no Reich alemão, nem gratuito nem irracional. Estava ao serviço de um projecto inédito, como componente indispensável. Os militares acreditavam ser detentores de um saber que respondia ao momento histórico, o único saber que poderia ser parteiro da nova sociedade. Estavam convictos de que somente o capitalismo pode gerar o progresso e trazer respostas positivas aos problemas da humanidade. As equipas de tecnocratas que desde o início funcionaram como assessores da Junta eram constituídas por jovens formados nos dogmas da Escola de Chicago, discípulos de Milton Friedman e Herberger. Tinham uma concepção quase religiosa da economia e da necessidade de varrer todos os obstáculos que estorvavam o predomínio absoluto do mercado. Comportaram-se como empresa liquidatária do Estado. Entendiam que a tarefa precípua deste seria a de guardião do mercado, cabendo-lhe travar a tendência, sempre latente nos homens, para se rebelarem contra a «ordem» existente, no caso a «ordem» imposta por Pinochet.

A Junta tinha consciência de que a ditadura não podia prolongar-se excessivamente sem mudanças de fachada e também de discurso político. A partir de 1977, o regime mascarou-se de



## EM FOCO

«Nova Democracia»; passou a autodefinir-se como uma «democracia autoritária, tecnicada, integradora e de participação social».

O profeta austríaco Friedrich Hayek, pai do neoliberalismo ortodoxo, ficou entusiasmado com o que viu ao visitar o Chile no final de 1977. O autor de «O Caminho da Servidão» aproveitou a oportunidade para criticar a democracia e repetir que a livre empresa é a única opção para o progresso humano. Hayek não previu então que o modelo chileno, antes de atingir as metas fixadas, iria sofrer um complexo e grave acidente de percurso. Após um quinquénio de crescimento acelerado, a economia entrou em crise em 1981-82. O PNB caiu 14%. O desemprego, na Grande Santiago, aumentou de 11,1% para 22,2%. Centenas de empresas, incluindo grandes grupos, fecharam as portas e o governo teve de intervir na banca para evitar falências em cadeia.

Pela primeira vez desde a fase do terror maciço, o descontentamento popular desembocou em greves e manifestações de protesto. O povo começou a sair às ruas, de início timidamente, depois com mais determinação. Algumas concentrações mobilizaram centenas de milhares de pessoas.

Preocupada com a sua péssima imagem no exterior, a ditadura não optou pela repressão indiscriminada; actuou com brutalidade mas de maneira selectiva.

Durante dois anos, a resposta às reivindicações populares formuladas por organizações ilegais criadas *ad hoc*, a Alianza Democrática e o Comando Nacional de Trabajadores, foi estudada caso a caso, de acordo com a importância e o significado das manifestações e paralisações do trabalho. Finalmente, a 6 de Novembro de 1984, o governo decretou o estado de sítio e submeteu a censura prévia todas as revistas de oposição.

A escolha da data não foi casual. O regime já tinha a «solução» para a crise; simultaneamente, sabia que as massas, sem uma direcção política estruturada e unida, haviam perdido muito da combatividade anterior. O impulso contestador apresentava sinais de esgotamento. A estratégia de contenção popular foi acompanhada de uma estratégia de rearticulação do modelo. No choque de tendências entre os duros e os brandos, o general Leigh, um dos membros fundadores da Junta, foi afastado e com ele os tecnocratas que atribuíam ao refluxo da economia ao maximalismo neoliberal.

A conclusão de Pinochet favoreceu os ultras. Agindo como árbitro, optou por uma radicalização do modelo. O desmantelamento do sector empresarial do Estado foi considerado insuficiente. Duas reformas foram decisivas: a segurança social foi privatizada, o ensino público severamente golpeado e destruídas as últimas barreiras que impediam o controlo absoluto da força de trabalho.

A nova equipa de tecnocratas compreendeu que, sem uma política de «flexibilização do trabalho» irrestrita, os ajustes graduais do mercado eram invisíveis, comprometendo o funcionamento do modelo.

A privatização da segurança social debilitou drasticamente a capacidade financeira directa do Estado, transferindo para o sector privado uma massa colossal de fundos.

O regime concluiu que a crise resultara da timidez na criação de condições para o funcionamento óptimo do modelo e não da inviabilidade deste.

A negociação com as forças da oposição – o Partido Comunista e o MIR não participaram obviamente desse diálogo – foi o complemento natural da nova estratégia na frente económico-financeira. O Chile actual é o resultado desses compromissos espúrios que abriram o caminho ao «transformismo», isto é, a mudanças na área política que ficaram a assinalar a transição, garantindo a continuidade do modelo de neoliberalismo ortodoxo e a tutela das Forças Armadas sobre os futuros governos.



Não cabe no âmbito deste artigo a abordagem analítica desses problemas. Mas é útil sublinhar que os acordos entre a ditadura e a Concertación Democrática – integrada pelo Partido Socialista, o Partido por la Democracia, o Partido Radical e a Democracia Cristã, além de pequenas organizações – implicaram a renúncia a opções e princípios democráticos que marcaram a evolução do Estado chileno desde os anos 30.

O pinochetismo não impôs apenas um modelo ultraliberal: arrasou as estruturas do Estado pré-existente para edificar sobre as suas ruínas um país novo. Foi uma operação muito diferente das empreendidas no Brasil e na Argentina pelas respectivas ditaduras militares.

A galopada para a direita de antigos intelectuais de esquerda desempenhou um papel que não deve ser subestimado. O fenómeno contribuiu para o êxito da operação cosmética do «transformismo».

Muitos dos ministros do actual governo de Eduardo Frei definiam-se como marxistas na época da Unidade Popular. A metamorfose foi rápida. Quando Pinochet passou a faixa presidencial a Patricio Aylwyn, os ideólogos do modelo chileno já estavam tranquilizados quanto aos seus principais interlocutores na Concertación. A «transição» foi discutida exaustivamente. Os partidos da nova aliança, opositoristas, ainda falavam de «democracia avançada», mas o projecto que se haviam comprometido a *respeitar* não era compatível com as promessas feitas ao povo. Na prática, iriam dar continuidade à modernização neoliberal, tal como a ditadura a concebia. Pinochet, as transnacionais e os grandes grupos chilenos estavam seguros de que a oposição não se afastaria, no fundamental, da sua política económica. Não se enganou; a Concertación, em muitos aspectos, foi mais longe.

O discurso político da Concertación Democrática reflecte bem o *aggiornamento*. O Partido Socialista (continuador da fracção de Clodomiro Almeyda) comporta-se na prática como neoliberal. O Partido por la Democracia é um filhote do «transformismo». O taticismo demagógico de Ricardo Lago (o seu líder mais destacado e o candidato mais forte à sucessão de Frei) retrata bem a política camaleónica da Concertación. Paradoxalmente, a Democracia Cristã é talvez o menos farisaico dos partidos do governo. Ainda mantém um discurso formalmente humanista, mas a sua defesa da justiça social é incompatível na prática com a aceitação do capitalismo globalizado.

Os factos confirmam, no dia-a-dia, que a antiga oposição do centro-esquerda, ao assumir as insígnias de um governo esvaziado de poder real, se acomodou docilmente à fórmula das Forças Armadas segundo a qual a política deve permanecer subordinada à economia.

Paradoxalmente, Pinochet foi favorecido ao perder o plebiscito de 1988 e, portanto, a possibilidade de se tornar presidente constitucional; e afortunado, também, quando o seu candidato, Büchi – o zeloso executor do liberalismo selvagem –, perdeu para Aylwyn.

A Concertación aceita como axiomática a tese neoliberal de que o mercado não deve ser estorvado pela acção do Estado nem pela pressão dos trabalhadores. As relações entre o capital e os trabalhadores passaram a ser, na prática, relações entre o patronato e indivíduos. Os assalariados perderam durante os anos da ditadura a sua voz como colectivo; e não a recuperaram. Os sindicatos foram esvaziados da sua função social.

O consenso Pinochet-Oposição, viabilizado antes da transferência das insígnias do poder, permitiu a domesticação dos partidos da Concertación. Estes justificaram as concessões feitas e a renúncia a princípios implícitos na sua capitulação com o argumento de que o país precisava sair de um pesadelo. Os resultados da teoria do mal menor estão à vista: são decepcionantes.

A Concertación permanece amarrada pelos seus compromissos. Mesmo que quisesse empreender reformas económicas e sociais – e ela não pretende isso –, encontraria obstáculos insuperáveis na Constituição de 80 e na composição do Congresso.

Pinochet preparou com infinita cautela a sua sucessão. É um facto que no Chile actual são respeitados alguns direitos e liberdades fundamentais. Mas os limites da democracia política foram claramente traçados por uma Constituição que faz das Forças Armadas o tutor do regime. A ditadura forjou uma *democracia tutelada* que apresenta a peculiaridade inédita de ter senadores designados, quatro dos quais representam as Forças Armadas, e um senador vitalício.

O alarido feito em torno da contestação à posse de Pinochet criou na opinião pública mundial ilusões sobre o funcionamento do regime chileno. A revista «Encuentro XXI», de Santiago, coloca o dedo na ferida ao afirmar que a cadeira vitalícia de Pinochet no Senado não é um dado secundário da conjuntura mas sim o símbolo daquilo a que chama «a vitória do ditador». Este conseguiu que «nada de essencial mudasse nestes oito anos de governo de Concertación». (2)

A retórica de Eduardo Frei e dos dirigentes da Concertación não consegue esconder a evidência: um governo de partidos democráticos administra o projecto implantado por uma ditadura sanguinária.

(1) Tomás Moutian, «Chile Actual – Anatomia de un Mito». Ed. Arcis Universidad, 19ª edição, Santiago, 1997, pág. 145.

(2) Revista Encuentro XXI, «La dictadura militar, un balance necesario», n.º 11, Santiago, 1998, pág. 8.

**Virgínia Moura**

# Esperança à lusitana

**E**sta senhora tem algo de especial. Talvez esse toque de que falam os filósofos do quotidiano, esse dom que não se apaga com os anos, nem sequer com as amarguras que vão marcando as pessoas através do tempo. Uma beleza que flui do interior e faz brilhar quem a possui.

Carismática? Sem dúvida. Esta portuguesa de 82 anos impressiona desde que começa a conversar, não só pelo que diz mas também pela forma como envolve as suas palavras com doçura cheia de paixão.

Diz um amigo que lhe é próximo que na sua juventude foi uma mulher muito bela, que chocava com a burguesia do começo dos anos 30 porque violava padrões pela sua forma de pensar e agir. Vestia calças, na altura, o que era pouco usual para as mulheres naquela época. Graduou-se em engenharia civil, sendo a primeira mulher a obter esse título universitário, tanto no Porto, sua terra natal, como no seu país.

E acrescenta ainda o amigo: foi uma destacada militante antifascista e anticolonialista; há 60 anos que luta pela paz, pela emancipação da mulher. E diz a concluir: é um símbolo da combatividade e da dignidade da mulher portuguesa.

Agora de visita a Cuba pela primeira vez, deixar passar a oportunidade de conhecer Virgínia Moura seria imperdoável. As suas opiniões, ditas com esse calor que se sente até aos ossos, ensinam-nos que os pensamentos nunca adormecem... nem tão-pouco o coração.

— Desde muito jovem, quando era estudante, comecei a preocupar-me com os problemas do meu país. Militei numa organização chamada 'Socorro Vermelho', em solidariedade com os espanhóis vítimas de Franco.

«Quando Portugal era governado por um fascista, Salazar, os estudantes reagiram contra essa política e lutaram com todas as suas forças; também nessa luta estive presente.»

## Casamento de ideais

Qualquer coisa lhe ilumina o rosto e exprime-se num sorriso de satisfação:

— Aos 18 anos encontrei um homem chamado Lobão Vital. Foi especial para mim esse estudante de arquitectura de então, tinha os mesmos ideais que eu. Amámo-nos profundamente, formámos um par com identidade de sentimentos, foi um duplo casamento. O lamentável é que não tivesse havido filhos, porque os perdia, como estava sempre de um lado para o outro tive vários abortos espontâneos. Infelizmente, após 42 anos de união, o meu companheiro morreu de um enfarte, há cerca de vinte anos. Foi doloroso para mim, mas era preciso continuar.

«Juntos tivemos uma participação muito activa na vida portuguesa. Essa nossa posição tornava quase impossível conseguirmos obter trabalho, já depois de licenciados, em qualquer sector profissional relacionado com o Estado. A PIDE (polícia política portuguesa) seguia-nos constantemente para tentar descobrir o que fazíamos no terreno político.

«A nossa luta desenrolava-se dentro dos limites permitidos pela Constituição que, apesar de fascista, tinha de simular um mínimo de respeito pelas liberdades. Para o governo, era difícil manter-nos presos por muito tempo, mas mesmo assim sofremos nas prisões da ditadura. O nosso compromisso era com o povo, com as suas aspirações à liberdade e ao progresso.

«Fizemos o que era possível até ao triunfo revolucionário do 25 de Abril de 1974. Nesse dia vimos concretizada de alguma forma a primeira etapa da nossa luta. Foi um dia de grande felicidade.»

## Virgínia prossegue, lembrando épocas anteriores:

— O colonialismo foi uma vergonha para os portugueses conscientes. A luta pela libertação das colónias portuguesas teve uma importância muito grande na tomada de consciência, sobretudo nos militares, no corpo de oficiais, na criação de condições para o processo de ruptura que levou à Revolução de Abril.

«Acabaram por ser os militares, incluindo alguns que não queriam ir para a guerra, que tornaram mais fácil a Revolução através de uma vanguarda militar progressista (o Movimento das Forças Armadas, MFA). O clamor do povo português ao iniciar-se a Revolução dos Cravos expressou-se numa exigência popular: fim à guerra colonial.

«Enquanto foi primeiro-ministro o general Vasco Gonçalves fizeram-se coisas muito belas. Portugal assumiu uma posição de que nos podemos orgulhar. Os grandes capitalistas e latifundiários fugiram para o Brasil, mas infelizmente todos regressaram depois. Desde então perdemos com a contra-revolução de direita muitas das conquistas do 25 de Abril.

«Para tirar e destruir o que nos resta já viraram várias vezes a Constituição, que era muito progressista. A onda de privatizações, a destruição da reforma agrária e de outras conquistas feriram-nos muito. Todo o conjunto de êxitos revolucionários foi muito abalado.

«Apesar de tudo, continuamos a ter uma forte representação comu-



nista no Parlamento e muitos municípios são governados por comunistas, camaradas nossos, incluindo a maior parte da metade Sul do País. A nossa influência continua muito importante, e afirmo, sem estar a exagerar, que a nossa actuação partidária foi e é um modelo de dignidade, coerência e resistência.»

## Momentos de impacto

— Para muitos intelectuais portugueses, a chamada queda do Muro de Berlim foi recebida como uma prova de que o socialismo não era possível. Inicialmente houve desorientação. Havia uma experiência socialista e o derrubamento dessa experiência provocou muitos problemas. Houve quem se confundisse e alguns saíram do Partido Comunista. Também houve oportunismo. Os que eram sérios acabaram por compreender e regressar. O Partido desenvolveu uma política que me pareceu adequada. Foi uma altura em que eu, apesar de reformada, trabalhei muito. Era necessário participar activamente, intervir, demonstrar que Portugal era Portugal e a União Soviética uma realidade muito diferente.

«A propósito, verifico com alegria que em Cuba o socialismo não é uma utopia. Constrói-se aqui um socialismo que não está destinado a acabar, mas sim a aperfeiçoar-se com a criação de melhores condições de vida para o povo.»



Os dirigentes do MND, José Morgado, Ruy Luís Gomes, Lobão Vital e Virgínia Moura, depois da brutal agressão da PSP à saída da sessão de propaganda eleitoral no Cine-Vitória de Rio Tinto (Porto)



Fotos da ficha da Pide

**Virgínia Moura visitou Cuba pela primeira vez aos 82 anos, pouco antes da sua morte. Entrevistada na ocasião por Marta Gonzalez Sojo para a revista 'Bohemia', nunca chegaria a saber do impacto causado na pequena ilha que tanto a encantou. A morte ceifou-a uma semana antes da publicação da entrevista. É esse testemunho que aqui deixamos, numa sentida homenagem póstuma a Virgínia Moura, a mulher que se transformou num símbolo de combatividade e dignidade da mulher portuguesa.**

## Sobre alguns temas da actualidade europeia Virgínia refere:

— Há algum tempo, delineou-se o que é conhecido como o Tratado de Maastricht, o qual, na minha opinião, é prejudicial para países como Portugal. Tínhamos uma grande produção de vinhos de qualidade e a União Europeia (UE) está a pagar aos agricultores para arrancarem as vinhas, de forma a poderem vender em Portugal vinhos franceses ou italianos. Não estou contra a cooperação com outros países no âmbito da UE, mas estas políticas do governo do primeiro-ministro Guterres são desastrosas. Respeitamos os tratados, não queremos isolar-nos, mas gostaríamos que os nossos interesses tivessem sido defendidos. A prática demonstra que nos fundimos numa dependência.

## E acrescenta, em relação a outros problemas sociais:

— Estão a suceder muitas coisas desagradáveis. Persistem os fenómenos sociais como a droga, a xenofobia, a miséria, a violência, as despesas absurdas em múltiplos sectores deixam as pessoas assustadas e apreensivas.

«O problema da prostituição, por exemplo, e não me refiro já à prostituição de adultos, mas a essa coisa terrível que leva alguns a procurar crianças nas ruas ou a levá-las para os seus automóveis e, a troco de 10 ou 15 dólares, as destroem. Essa onda de pedofilia a que se assiste é horrível. É também terrível verificar como a xenofobia ataca o mundo contemporâneo.

«Por outro lado, a sociedade de consumo actual angustia muito as pessoas e tem as suas particularidades. Por exemplo, o telefone celular é útil para muita gente, mas não serve para os que não necessitam dele e que apesar disso querem comprá-lo porque se tornou num instrumento de estatuto social. Isto é um exemplo da confusão que se instala na cabeça de certas pessoas. São questões complexas.

«Apesar de tudo o que nos rodeia, espero muito da juventude consciente. Confio em que, com o tempo, triunfará o que é positivo e que acabem por se impor os que pensam e vêem as coisas de maneira diferente, porque os males do capitalismo, este mundo de ricos muito ricos e de pobres muito pobres, não pode manter-se indefinidamente, não é possível. Sempre desejei o que é bom para a humanidade, e continuo a desejá-lo, mantenho as minhas ilusões.»

AGENDA



**Comboio Especial Em festa para a Festa**

**6.ª-feira – 4 Setembro**

- Porto/Gaia 11.00 h – 4000\$
- Espinho 11.15 h – 3600\$
- Aveiro 11.50 h – 3100\$
- Coimbra B 12.15 h – 2500\$
- Entroncamento 13.30 h – 1500\$
- Santarém 13.45 h – 1500\$

**Regresso**

Domingo – 6 de Setembro  
23 h – Quinta da Princesa

Para mais informações, dirige-te a qualquer activista da JCP ou aos Centros de Trabalho do PCP



**JCP Juventude Comunista Portuguesa**

**Construção do Pavilhão de Bragança Festa do Avante 98**

Domingo, 23 de Agosto, Quinta da Atalaia

08.00 h. – Jornada de Trabalho, Construção do Pavilhão da DORBA

12.30 h. – Convívio de naturais e amigos do Distrito de Bragança (Sardinhada assada e Produtos da Região)

*Participa. Traz outro amigo também!*

**15 de Agosto**

Iniciativa de afirmação da Festa do Avante nas Festas da Amora

**Concentração**  
21.30 horas

Espaço da JCP nas Festas da Amora

**ALCOCHETE – Festas do Barrete Verde**

Sábado  
15 de Agosto  
22.00 horas

Baile com o agrupamento "Los Cromáticos"

No espaço do PCP, junto ao CT  
Exposição política • Venda de EP

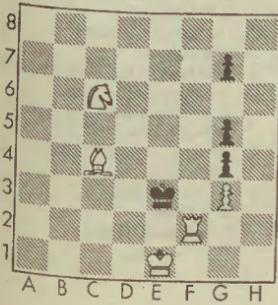


**Há trabalho na Atalaia!**

**XADREZ**

DCLXIX – 13 DE AGOSTO DE 1998  
PROPOSIÇÃO Nº 1998X32

Por: Wolfgang Pauly  
«Deutsche Wochenschach» - 1905  
Pr.: [4]: Ps. g4, g5, g7-R63  
Br.: [5]: Pg3-C6-Bc4-TY2-R61



Mate em 4 [quatro] lances  
\*\*\*

SOLUÇÃO DO Nº 1998X32 [W. P.]

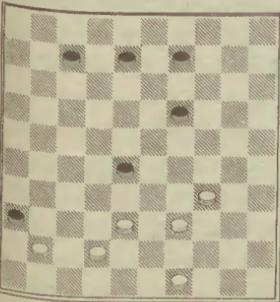
1. Tf8!, R64; 2. R62, g6; 3. B7, R5; 4. Bd5 #  
1. ... g6; 2. Tf1, R64; 3. Rf2, R5; 4. R63 #

A. de M. M.

**DAMAS**

DCLXIX – 13 DE AGOSTO DE 1998  
PROPOSIÇÃO Nº 1998D32

Por: Maurice Nicholas [F.]  
«La Marseillaise», F. 18.VII.1964  
Pr.: [6]: 7-8-9-19-28-36  
Br.: [6]: 34-38-39-41-42-49



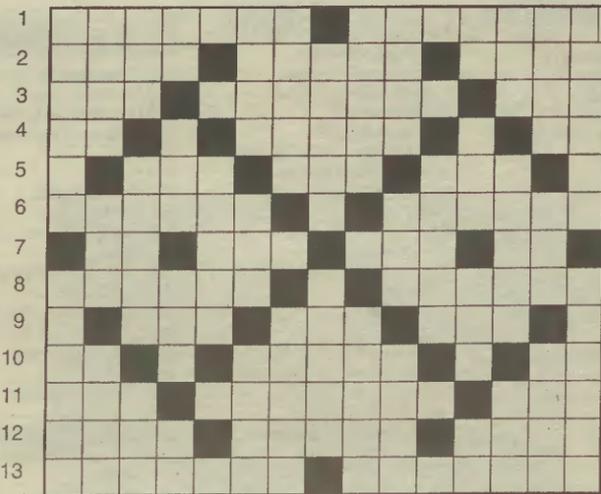
Branças jogam e ganham  
\*\*\*

SOLUÇÃO DO Nº 1998D32 [M.N.]

1. 42-37!, (36x47=D); 2. 37-32, (47x44);  
3. 32x1=D, (44-35\*); 4. 1-29+  
2. ... (47x50); 3. 32x1=D, (50-?); 4. 49-44 e  
5. 1-9+  
2. ... (47x40); 3. 32x1=D, (40-35); 4. 39-34+  
2. ... (47x45); 3. 32x1=D+  
A. de M. M.

**PALAVRAS CRUZADAS**

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



**HORIZONTAIS:** 1 – Antiga composição musical para instrumentos de tecla (pl.); antigo cavaleiro armado de lança e adaga (pl.). 2 – Lavrou; sugar o leite materno; uso corrente. 3 – Chefe etíope; mamífero da fam. dos camelídeos, de origem asiática, de grande porte, ruminante, com duas corcovas dorsais (pl.); rim (ant.). 4 – Alumínio (s.q.); o fundo do crivo ou da peneira (pl.); flota musical. 5 – Letra grega (pl.); nota musical (pl.); suavidade (fig.). 6 – Poema dramático ou lírico originário da Itália, cantado com acompanhamento de orquestra (pl.); emboscada preparada para acometer ou atrair alguém. 7 – O mais (ant.); pêlo de certos animais (pl.); maior, quinhentos e um romanos. 8 – Lugar de contendas (pl.); contundir. 9 – Isolados; comparece; catedrais. 10 – Antiga nota dó; prudências (fig.); a polícia nazi. 11 – Fluido aeriforme; passagem estreita entre montanhas (pl.); textualmente. 12 – Formam em alas; curar; fêmea do lobo. 13 – Frondosas; esmagaram.

**VERTICAIS:** 1 – Mentalmente desequilibrado (fig.); dar ou tomar de aluguer. 2 – Verbal; parceiro; tabuinha que se comprime por meio de ligaduras de encontro a alguma parte do corpo lesada ou fracturada para a manter imóvel. 3 – Mealheiro (prov.); revestimento externo de muitos animais, constituído, tipicamente, nos vertebrados, por epiderme e derme (pl.); o tio americano. 4 – Ouro (s.q.); regressar; laços apertados; pedra de moinho. 5 – Compartimento principal de uma casa (pl.). 6 – Estimar muito; saudáveis; tosquia. 7 – Agulhas de pinheiro; povoação de categoria inferior a cidade (pl.). 8 – O m.q. conteira (bot.); resolver. 9 – O macho adulto da galinha doméstica (pl.); misturar com iodo. 10 – Enguia; na companhia de; mulher de Abraão. 11 – Peça metálica para regular a pontaria, nas armas de fogo (pl.). 12 – Preposição; substância açucarada que as abelhas e outros insectos preparam com o suco das flores e que depositam nos alvéolos dos seus favos; massa gelatinosa obtida a partir das chamadas soluções coloidais; nota musical. 13 – Deus dos raios e do trovão, filho de Odín; flancos; ribeira portuguesa. 14 – Vereador; claridade solar; concha interna do choco. 15 – Confusão (fig.); traçam.

**SOLUÇÃO:**  
HORIZONTAIS: 1 - Tocatas; gúncas; 2 - Arcou; manar; moda; 3 - Rãs; carneiros; 4 - Al; raios; 5 - Lit; lhos; 6 - Oprens; cidade; 7 - Al; lhas; mont; 8 - Arana; 9 - Sós; vni; 10 - U; 11 - Cds; coladas; sic; 12 - Al; lhas; mont; 13 - Rãs; carneiros; 14 - Vereador; claridade solar; concha interna do choco. 15 - Confusão (fig.); traçam.

■ Mário Castrim

**PONTOS NATURAIS**

**Sonetos à Flor dos Dias**

À volta das palavras

Justiça? A hora é de lutar por ela.  
Liberdade? Está certo, mas de quem?  
Alegria? O futuro soa bem.  
Solidão? Nu e dentro da farpela.

Infância? O sonho é só de reavê-la.  
Arte? O real que está em armazém.  
Portugal? Quando o masculino é mãe.  
Povo? Tirar os olhos da gamela.

Mar? Afinal, o infinito é isto.  
Cristo? Negarmos trinta vezes Cristo.  
Lua? Somente quando o Sol lhe deu.

Camões? É já bastante esta razão.  
Cravos? De papel não, de papel não.  
Pergunta agora tu. O verso é teu.

**A grande ilusão**

A crise asiática é uma chatice.  
Onde é que tudo isto vai parar?  
Olha, o Japão... Enfim, só de falar no assunto... Pode ser uma tolice.

não nego, mas já houve alguém que [disse] que... Não, pá, o Japão não vai mudar assim. Hiroxima não esquece. Um esgar de ódio, com óculos. Como se sorrisse

o iene não cai. Se cai, é porque vai ao dólar atarracar-se. E o dólar cai estoirra, explode... Um cogumelo vem

ele, pronto, ou uma coisa equivalente. E quando a URSS se foi houve até [gente] que pensou que talvez fosse pra bem...

**Na CIP depois do jantar**

«Aumentar os salários? Eu concordo. Em cinco, em dez, até vinte. É para já. Uma varinha de condão – e pá!, tudo feliz e contentinho a bordo.

A realidade é que não está de acordo. Deixar a inflação à solta? Ná! A economia não é um «toma lá» dos deuses. Bah!, a contenção,

[recordo, é que na economia marca pontos!

Falou. Tem um ar beatífico na crista do seu terceiro havano de dez contos.

– lh, ih! – comento eu depois de ler – o soneto tresanda a neo-realista Pois tem. Mas o que é que eu posso [fazer?]

## TELEVISÃO



**Não desfazendo, o melhor da TV passa agora pelo desporto - da Volta, que já aí está, ao Atletismo, com o Campeonato da Europa a começar na próxima semana, até aos torneios particulares de futebol que vão sendo transmitidos**

## Sábado, 15

## RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil  
12.00 Automobilismo  
- GP da Hungria (Treinos)  
13.00 Jornal da Tarde  
13.35 Top +  
14.30 Volta a Portugal  
16.00 Simpsons  
16.35 O Último Reduto da Natureza  
17.15 Conan, o Guerreiro  
18.10 Há Horas Felizes  
20.00 Telejornal  
20.50 Cais do Oriente  
21.05 Nós, os Ricos  
21.40 Em Nome da Justiça  
22.40 86-60-86  
23.20 24 Horas  
00.15 Um Homem, Duas Mulheres  
(de Rafael Eisenman, EUA/1993, com Billy Zane, Joan Severance. Erótico)

## RTP 2

10.00 Missa  
11.00 Caminhos  
11.30 A Costela de Adão  
(de George Cukor, EUA/1949, com Spencer Tracy, Katharine Hepburn, Judy Holiday, Tom Ewell. Ver Destaque)  
13.10 Faenas  
13.35 Música Maestro - Música do Séc. XX  
14.25 Zoom  
15.15 Esta É a Minha Casa  
16.00 Desporto 2  
18.30 Ruby Wax entrevista...  
20.30 Tenchi Muyo  
21.05 Onda Curta  
(Realizado por Norman McLaren - Curtas-Metragens do período 1949/1946)  
22.00 Jornal 2  
22.35 O Lugar da História  
23.30 Para Além das Nuvens  
(de Michelangelo Antonioni e Wim Wenders. It.-Fr.-Alem./1995, com Inês Sastre, Kim Rossi-Stuart, Sophie Marceau, John Malkovich, Fanny Ardant. Ver Destaque)  
22.35 O Puto  
(de Stephen Frears, Gr.Br./1993, com Tina Kellegher, Colm Meaney, Ruth McCabe, Colm O'Byrne. Ver Destaque)  
00.15 A Ciência do Sexo

## SIC

08.00 Bueréré  
12.00 Malucos do Riso  
12.30 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.30 Fátima Lopes  
16.30 Vidas Cruzadas  
17.40 Corpo Dourado  
18.50 Era Uma Vez  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
21.30 Torre de Babel  
22.30 A Última Chance  
23.40 Tess D'Urbervilles  
01.10 Último Jornal  
01.45 Flash  
03.15 Vibrações

## TVI

10.00 Animação  
13.30 Contra-Ataque  
15.00 Feedback  
15.40 Os Julgamentos de Rosie O'Neill  
16.35 Competente e Descarada  
17.00 Danielle Steel - O Milagre da Vida  
(EUA/1996 com Bess Armstrong, Scott Baio, Gabrielle Sarteris. Drama)  
19.00 Aventuras no Pacífico  
20.00 Flipper  
21.00 Directo XXI  
22.00 O Espírito de James  
(de Lee Grant, EUA/1994, com Marlo Thomas, Peter Strauss, Frances Sternhagen. Drama)  
24.00 A Verdade dos Factos  
(de Richard Eyre, Gr.Br./1983, com Jonathan Pryce, Tim Curry, Rosemary Harris. Ver Destaque)

## Domingo, 16

## RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil  
12.30 Jornal da Tarde  
12.55 Fórmula 1 - GP da Hungria  
14.55 Volta a Portugal  
17.05 Made in Portugal  
18.20 Casa Cheia  
18.55 Jet 7  
20.00 Telejornal  
20.50 Cais do Oriente  
21.05 Assalto à Televisão  
22.40 Millenium  
23.40 24 Horas  
00.20 Diário da Volta  
00.55 Limites do Terror

## RTP 2

10.00 Novos Horizontes  
10.30 70 x 7  
10.55 Missa  
11.50 O Reino dos Leões  
12.40 Grandes Romances do Séc. XX  
13.30 Jornal d'África  
14.00 Desporto 2  
19.30 Bom Bordo  
20.00 Artes e Letras - «Crumb» (2ª parte)  
21.05 Rhodés, o Poderoso  
22.00 Jornal 2  
22.30 Horizontes da Memória  
23.00 Teatro: «Dido e Eneias»  
01.15 Vidas do Século: «Stalin/Hitler - Ligações Perigosas»

## SIC

08.30 Bueréré  
11.55 BBC - Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 O Micro-Herói  
(de Joe Dante, EUA/1987, com Dennis Quaid, Martin Short, Meg Ryan, Kevin McCarthy. Comédia/Fantasia)  
15.40 A Ilha Misteriosa  
16.50 Stargate  
18.00 Dois Amigos, Dois Destinos (Longa-Metragem)  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 Camilo na Prisão  
21.20 Ficheiros Clínicos  
22.20 Wild Bill  
(de Walter Hill, EUA/1995, com Jeff Bridges, Ellen Barkin, John Hurt, Diane Lane, David Arquette, Keith Carradine. «Western»)  
00.30 Último Jornal  
01.00 Trovão Azul

## TVI

10.00 Animação  
10.30 Novos Ventos  
11.00 Missa  
13.00 Portugal Português  
14.00 Geo: Os Olhos do Mundo - Nos Himalaias  
15.10 Hospital Universitário  
16.30 Competente e Descarada  
17.00 Rivals de Sempre  
(de Charles Haid, EUA/1993, com Graham Greene, Hope Lange, Ed Begley. Telefilme/Comédia Dramática)  
19.00 A Lenda de Guilherme Tell  
20.00 Flipper  
21.00 Directo XXI  
22.00 Causa Justa  
23.00 Gene Mortal  
(de Larry Shaw, EUA/1994, com Joanna Kerns, Gregory Harrison, Robert Englund. Terror)  
01.00 A Magia do Cinema

## TVI

10.10 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.15 Lágrimas de Mulher  
15.00 Maria José  
15.50 Caminhos Cruzados  
16.45 Animação  
18.10 A Bela e o Monstro  
19.00 Nightman  
20.00 As Novas Aventuras do Super Homem  
21.00 Directo XXI  
22.00 Os Soldados da Justiça  
23.00 Dúvida Cruel  
00.50 Seinfeld

## Quinta, 13

## RTP 1

08.00 Infantil  
10.35 A Banqueira do Povo  
11.20 Malha de Intrigas  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Perdidos de Amor  
14.25 Volta a Portugal  
16.05 O Selvagem da Califórnia  
(de Steve Rash, EUA/1993, com Paul Shore, Carla Gugino, Lane Smith, Cindy Pickett. Comédia)  
18.00 Chiquititas  
19.00 País País  
19.35 Diário da Volta  
20.00 Telejornal  
20.45 Cais do Oriente  
21.00 As Lições do Tonecas  
21.35 Terra Mãe  
22.35 Reportagem - Sahara Ocidental  
23.40 24 Horas  
00.45 Tensão na Ilha  
(de Paul Donovan, Can./1992, com Maury Chaykin, Paul Gross, Denise Virieux, Henry Czerny. Comédia)

## RTP 2

10.00 Espaço Expo'98  
15.00 Informação Gestual  
15.30 O Caminho das Estrelas  
16.25 Super Esquadra  
17.20 Musical - Gabriel, o Pensador  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Um, Dó, Li, Tá  
19.30 Fudge  
20.05 O Fantasma Escritor  
20.30 Tudo em Família  
21.00 Portugalmente  
21.25 Murphy Brown  
22.00 Jornal 2  
22.35 O Miúdo  
(de Maurice Pialat, Fr./1995, com Gérard Depardieu, Géraldine Pailhas, Antoine Pialat, Dominique Rocheteau. Ver Destaque)  
00.15 Space Shuttle

## SIC

08.00 Bueréré  
12.00 Malucos do Riso  
12.30 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.30 Fátima Lopes  
16.30 Vidas Cruzadas  
17.40 Corpo Dourado  
18.50 Era Uma Vez  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
21.30 Torre de Babel  
22.30 A Última Chance  
23.40 Tess D'Urbervilles  
01.10 Último Jornal  
01.45 Flash  
03.15 Vibrações

## TVI

10.10 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Lágrimas de Mulher  
15.05 Maria José  
15.50 Caminhos Cruzados  
16.45 Animação  
18.10 A Bela e o Monstro  
19.00 Nightman  
20.00 As Novas Aventuras do Super Homem  
21.00 Directo XXI  
22.00 Meia Noite e Um  
23.00 O Abismo  
(de Peter Yates, EUA/1977, com Robert Shaw, Jacqueline Bisset, Nick Nolte, Louis Gossett, Jr. Aventuras)  
01.30 Seinfeld  
02.00 Ponto Final

## Sexta, 14

## RTP 1

08.00 Infantil  
10.35 A Banqueira do Povo  
11.20 Malha de Intrigas  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Perdidos de Amor  
14.25 Volta a Portugal  
16.05 Selva, Mulheres e Macacos  
(de Gerald Thomas, Gr.Br./1970, com Sidney James, Frankie Howard, Charles Hawtrey. Comédia)  
17.35 Chiquititas  
19.00 País País  
19.35 Diário da Volta  
20.00 Telejornal  
20.45 Cais do Oriente  
21.10 Terra Mãe  
22.00 Jogos sem Fronteiras  
23.45 24 Horas  
00.45 Máquinas  
01.20 Curso de 1999 - O Silenciador  
(de Spiro Razatos, EUA/1994, com Sarah Mitchell, Nick Cassavetes. «Thriller»)

## RTP 2

10.00 Espaço Expo'98  
15.00 Informação Gestual  
15.30 O Caminho das Estrelas  
16.25 Super Esquadra  
17.20 Musical - Especial Voz da Guitarra  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Um, Dó, Li, Tá  
19.30 Fudge  
20.05 O Fantasma Escritor  
20.30 Tudo em Família  
21.00 Portugalmente  
21.35 O Riso ao Poder  
22.00 Jornal 2  
22.35 O Puto  
(de Stephen Frears, Gr.Br./1993, com Tina Kellegher, Colm Meaney, Ruth McCabe, Colm O'Byrne. Ver Destaque)  
00.05 Ternuras e Arrufos

## SIC

08.00 Bueréré  
11.30 Imagens Reais  
12.00 Malucos do Riso  
12.30 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.30 Fátima Lopes  
16.30 Vidas Cruzadas  
17.40 Corpo Dourado  
18.50 Era Uma Vez  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Bom Baía  
22.40 Torre de Babel  
23.40 O Anjo da Guarda  
(de Richard W. Munchkin, EUA/1993, com Cynthia Rothrock, Daniel McVicar, Lydie Denier. «Thriller»)  
01.30 O Pequeno Patrão  
(de Andrew Scheinman, EUA/1994, com Jason Robards, Timothy Busfield, Luke Edwards. Drama/Desporto)  
03.30 Último Jornal

## TVI

10.10 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Lágrimas de Mulher  
15.05 Maria José  
15.50 Caminhos Cruzados  
16.45 Animação  
18.10 A Bela e o Monstro  
19.00 Nightman  
20.00 As Novas Aventuras do Super Homem  
21.00 Directo XXI  
22.00 As Teias da Mafía  
23.00 A Esquadra de Brooklyn  
24.00 Intimidade Violada  
(de James A. Contner, EUA/1996, com Michelle Green, William R. Moses. Drama)  
02.00 Seinfeld  
02.30 Ponto Final

## Quarta, 19

## RTP 1

08.00 Infantil  
10.35 A Banqueira do Povo  
11.20 Malha de Intrigas  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Perdidos de Amor  
14.25 Volta a Portugal  
16.05 Tall Tale - Uma Aventura Inacreditável  
(de Jeremiah Checkick, EUA/1995, com Patrick Swaze, Oliver Platt, Roger Aaron Brown, «Western»/Aventuras/Fantasia)  
18.00 Chiquititas  
19.00 País País  
19.35 Diário da Volta  
20.00 Telejornal  
20.45 Cais do Oriente  
21.00 TV Verdade  
21.35 Terra Mãe  
22.35 Tudo Bons Rapazes  
(de Martin Scorsese, EUA/1990, com Robert De Niro, Ray Liotta, Joe Pesci, Lorraine Bracco, Paul Sorvino. Ver Destaque)  
01.10 24 Horas  
02.15 Tennessee Buck e os Salteadores da Tribo Perdida  
(de David Keith, EUA/1988, com David Keith, Kathy Shower, Brant van Hoffman. Aventuras)

## RTP 2

10.00 Espaço Expo'98  
15.00 Informação Gestual  
15.30 O Caminho das Estrelas  
16.25 Atletismo - Campeonato da Europa  
17.55 Futebol: Portugal-Moçambique  
19.45 Fudge  
20.25 Tudo em Família  
21.00 Portugalmente  
21.35 Remate  
22.00 Jornal 2  
22.35 Barba Azul  
(de Edgar G. Ulmer, EUA/1944, com John Carradine, Jean Parker, Nils Asther, Ludwig Stossel. Ver Destaque)  
23.55 Tourada - Corrida TV

## SIC

08.00 Bueréré  
12.00 Malucos do Riso  
12.30 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.30 Fátima Lopes  
16.30 Vidas Cruzadas  
17.40 Corpo Dourado  
18.50 Era Uma Vez  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Torre de Babel  
22.00 Furor  
23.15 Casos de Polícia  
00.20 Último Jornal  
00.55 Conversas Secretas  
02.25 Vibrações

## TVI

10.10 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.15 Lágrimas de Mulher  
15.00 Maria José  
15.50 Caminhos Cruzados  
16.45 Animação  
17.40 A Bela e o Monstro  
18.40 Nightman  
19.30 Futebol - Jogo da Liga Inglesa  
21.30 Directo XXI  
22.30 Mesma Casa, Outras Noites  
(de Warren Leight, EUA/1993, com Matthew Broderick, Annabella Sciorra, Kevin Anderson. Comédia Romântica)  
00.35 Seinfeld  
01.10 Lanterna Mágica  
01.40 Ponto Final

## Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

## SIC

08.00 Bueréré  
12.00 Malucos do Riso  
12.30 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.30 Fátima Lopes  
16.30 Vidas Cruzadas  
17.40 Corpo Dourado  
18.50 Era Uma Vez  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Imagens Reais  
22.00 Torre de Babel  
23.20 O Estripador  
(de Phil Sears, EUA/1991, com Mike Norris, Timothy Bottoms, Robert F. Lyons. Terror)  
01.20 Último Jornal  
01.55 Extraordinário  
03.25 Vibrações

## TVI

10.10 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.15 Lágrimas de Mulher  
15.00 Maria José  
15.50 Caminhos Cruzados  
16.45 Animação  
18.10 A Bela e o Monstro  
19.00 Nightman  
20.00 As Novas Aventuras do Super Homem  
21.00 Directo XXI  
22.00 Casos de Arquivo  
23.00 Dúvida Cruel  
01.00 Seinfeld  
01.30 Ponto Final

## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...

## O Miúdo

(Quinta, 22.40, RTP2)

«Gérard vive com Sophie e têm um filho de cinco anos de idade chamado Antoine. Trata-se de uma união algo instável já que Gérard é por natureza um homem inseguro e instável. Acaba por sair de casa e muda-se para o apartamento de Micheline, a sua ex-mulher, que fica furiosa quando ele leva, uma noite, uma amiga para casa. Entretanto Sophie começa a viver com Jeannot, o que leva Gérard a um estado de ciúmes, não pela mulher mas pela afeição do filho ao novo homem de Sophie. A morte do pai de Gérard volta a juntar Gérard a Sophie e a Antoine na província, numa espécie de viagem nostálgica ao passado. Mas, de regresso a Paris, Sophie observa Gérard e Antoine e não sabe se é a alegria ou a melancolia que a faz chorar.» Incluído no ciclo «Miúdos no Cinema» e com argumento assim descrito em traços gerais pela RTP, diz-



Katherine Hepburn e Spencer Tracy, o par imperdível de «A Costela de Adão», obra-prima de George Cukor

-se que se trata de um excelente filme do cineasta francês Maurice Pialat, fruto de memórias, reflexões e experiências pessoais.

## O Puto

(Sexta, 22.40, RTP2)

Como sempre aconteceu com os filmes em que Stephen Frears escolhe para personagens trabalhadores e gente simples do povo, com uma sabedoria sem limites e uma generosidade a toda a prova, este filme, *O Puto*, no qual ele aproveita um argumento de Roddy Doyle a partir de um seu romance homónimo, tem uma história de grande calor humano, passada numa pequena comunidade irlandesa onde toda a gente se conhece. O fulcro da questão é que a filha mais velha (20 anos) da abundante prole do casal Curley aparece grávida e se recusa a revelar o nome do pai do «puto», aliás um homem de meia idade, já casado. Quando tudo isto se descobre, levanta-se um grande sarilho e toda a gente começa a falar no caso... Com Tina Kellegher e Colm Meany, eis um filme delicioso, também a descobrir.

## A Costela de Adão

(Sábado, 10.30, RTP2)

Um casal de advogados (ele de acusação, ela de defesa) acabam por ver-se de ambos os lados da barricada durante o julgamento em tribunal de um caso de tentativa de assassinato. Durante todo o processo, eles transportam para casa a rivalidade da sua vida profissional, com as discussões e conflitos que se adivinham. Ora este simples pano de fundo, consubstanciado num argumento muito bem escrito por Ruth Gordon e Garson Kanin, é ainda melhor posto em cena por um realizador como George Cukor, que tão bem sabe exprimir, em cinema, o jogo de sedução entre o homem e a mulher. Uma comédia sofisticada, prodigiosamente interpretada por Katherine Hepburn e Spencer Tracy em grande forma e que se ainda não tiver sido vista (coisa difícil, aliás) não se pode perder, por nada deste mundo.

## Para Além das Nuvens

(Sábado, 23.30, RTP2)

O episódio que está na base deste filme fala por si. O grande mestre do Cinema Michelangelo Antonioni, grave-

mente atingido pela doença (um acidente vascular que o impedia de se exprimir de forma compreensível) desejava concretizar para o grande ecrã um grande sonho que há muito alimentava: a adaptação de uma colectânea de contos da sua autoria intitulada *Quel Bowling sul Tevere*. É então que o realizador alemão Wim Wenders, que grandemente o admirava, se ofereceu para lhe dar apoio nesta empresa, realizando o prólogo e o epílogo do filme e funcionando como seu braço direito na concretização do restante filme. São quatro contos, a descobrir, nesta estreia cinematográfica na televisão portuguesa.

## A Verdade dos Factos

(Sábado, 24.00, TVI)

Com argumento situado durante a guerra das Malvinas, *A Verdade dos Factos*, ao mesmo tempo que centra as suas atenções sobre as relações de crescente atracção e envolvimento amoroso entre um jornalista e uma documentarista da BBC, revela-nos um pano de fundo essencial: a hipocrisia dos comportamentos sociais, dos preconceitos morais e da ética política em pleno consulado da *Dama de Ferro*. Com Jonathan Price, Tim Curry e Rosemary Harris.

## Van Gogh

(Segunda, 22.40, RTP2)

Realizado por um dos mais destacados cineastas europeus contemporâneos - Maurice Pialat - *Van Gogh* debruça-se sobre os últimos tempos de vida do grande pintor, quando ele regressa a Auver-sur-Oise em 1890. São estes os tempos em que se aproxima o seu grande e definitivo confronto com os problemas que interiormente o atormentam, constituindo o filme como que um estudo da sua angústia, solidão e desespero. Uma brilhante interpretação de Jacques Dutronc no papel de *Van Gogh*.



Jonathan Price, intérprete principal de «A Verdade dos Factos», um filme de Richard Eyre

## Tudo Bons Rapazes

(Quarta, 22.35, RTP1)

O que mais impressiona neste filme de Scorsese, cuja história se desenrola no meio do crime organizado de Brooklyn, não é tanto a verosimilhança (que já nos é familiar) das personagens criadas por Robert de Niro, Joe Pesci ou Ray Liotta mas a impressionante destreza com que o cineasta cria uma peça narrativa que se diria saída do mais brilhante jornalismo, em meio



Ray Liotta, Robert De Niro, Paul Sorvino e Joe Pesci, um quarteto de intérpretes de luxo no filme de Martin Scorsese «Tudo Bons Rapazes»

de um intenso drama ficcional! Com efeito, o filme é como que a consagração triunfal da arte de bem filmar - e, como tal, a par do realismo da caracterização psicológica dos conflitos e dos seus protagonistas, é esse o seu maior trunfo. Sem esquecer a fotografia de Michael Ballhaus ou a montagem de Thelma Schoonmaker.

## Barba Azul

(Quarta, 22.40, RTP2)

É numa atmosfera mórbida habilmente criada pelo cineasta Edgar G. Ulmer que este filme nos conta a célebre história do misterioso criminoso que tinha por péssimo hábito estrangular jovens raparigas em Paris. Uma brilhante criação de John Carradine.

## CABO &amp; SATÉLITE

## Renoir na

## TV francesa

Não é de perder esta semana (se é que o leitor ainda não a conhece) a projecção pela TV 5 de «*Le Déjeuner sur l'Herbe*», essa maravilhosa obra do cineasta francês Jean Renoir (na foto).

Um filme que, segundo dizia um outro realizador e crítico, Jean Doniol-Valcroze, se revela «espantoso de fresca, de juventude, de vida, de cores, de talento e de um "charme" poderoso que arrasta sem custo a nossa adesão». É preciso reconhecer-se, contudo, que este hino panteísta à Natureza e contra a Ciência resulta porventura demasiado simplista e nele transparecem fraquezas que prejudicam a credibilidade do filme. (Quinta, TV 5, das 19.00 às 20.30)



TV5  
A TÉLÉVISION  
INTERNATIONALE

## Grandes pianistas

Já não é a primeira vez que são transmitidos no mesmo *Muzzik* - mas para quem os perdeu é imprescindível o seu visionamento. Trata-se de vários documentários dedicados a dois mestres do piano já desaparecidos: Glenn Gould (música clássica)

e Bill Evans (Jazz). Uma noite de grande música, a não perder. (Sábado, Muzzik, das 20.00 às 22.20)



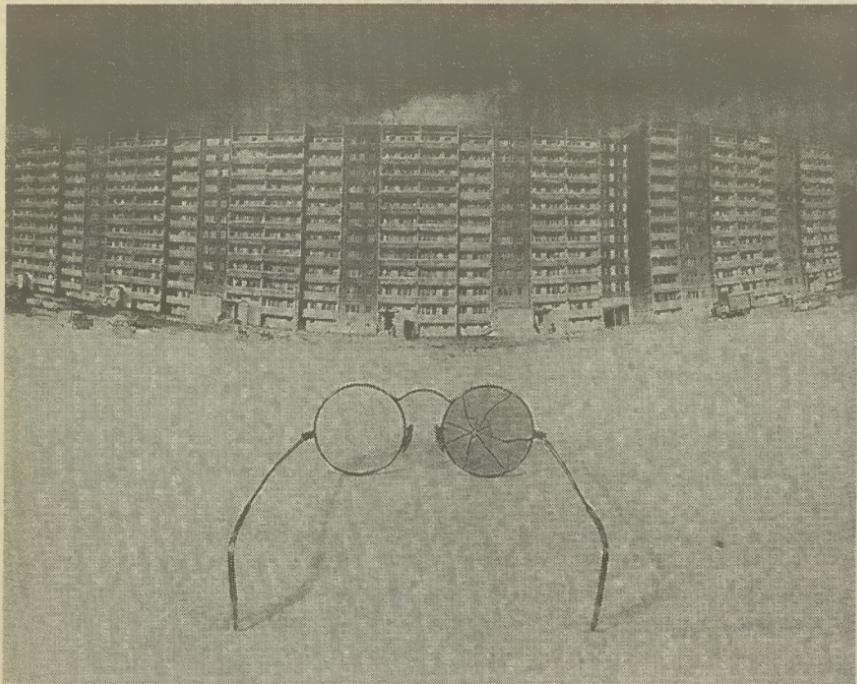
## Lugares Míticos

É este o título de uma excelente série regularmente transmitida por *La Cinquième*, canal que funciona nos períodos da manhã e da tarde, anteriores ao arranque as 19 horas do canal *Arte*. Esta semana, as câmaras deslocam-se a *Stonehenge*, na Inglaterra, local onde existe uma estranha formação de pesadas rochas e pedras, um mistério que subsiste após anos e anos de estudos e investigações. (Sexta, La 5, das 16.35 às 17.00)

## Music Planet

Nesta série musical, que agora está também de regresso ao *Arte* e na qual já têm sido transmitidos excelentes documentários sobre grandes nomes da música, o lugar está reservado logo a seguir para a cantora de jazz *Dee Dee Bridgewater*, com grande fama sobretudo na Europa e em particular em Paris e cuja carreira é abordada neste documentário. (Sábado, Arte, das 22.30 às 23.25)





## Duas campanhas nas TV's

Vários dias passados sobre a manchete talvez ainda não «assassina» mas duvidosamente inocente do «Público», o «pivot» do Jornal da Tarde (RTP1) saiu-se com esta: «... com a regionalização, Trás-os-Montes seria uma das regiões mais pobres da Europa.» Assim mesmo: «seria», sem sequer a condescendência de um «será» que pelo menos havia de situar-se numa expectativa do cumprimento da Constituição. É claro que a informação era mentirosa, aliás reproduzindo a mentira inventada pelo «Público» sob

a farisaica protecção de umas aspas que depois a Rádio e a TV omitiram ao fazerem-se eco da artimanha. O que naquela altura me surpreendeu é que a RTP, a do serviço público, ainda estivesse a usar a aldrabice tantos dias depois do seu lançamento nos *media* e do aclaramento, aliás discreto, produzido a propósito pelo Primeiro-Ministro.

Proseguiu o «pivot» esclarecendo que, apesar do que a regionalização iria fazer a Trás-os-Montes, as gentes de lá não se importavam porque já estão habituados à pobreza, à marginalização, ao esquecimento. E o Jornal da Tarde dava exemplos. Assim reforçava a eficácia da informação que dera porque isto de umas imagens enfeitam muito uma impostura, dão-lhe um incomparável sabor a autenticidade. Por mim, olhei aquilo e logo me lembrei de imagens que vira na madrugada daquele mesmo dia, na SIC: uns sujeitos fardados de soviéticos a manipularem mapas de esmagamento e subversão da Europa em imagens *technicolor* supostamente referentes aos anos 20. Nem eram com o feio intuito de nos enganarem, longe disso, era só para nos explicarem melhor as coisas, não sei se estão a ver.

### «Reavaliações» e outras estórias

Tratava-se de mais um telefilme dos muitos que «reavaliam» (palavra que, com este mesmo sentido, colhi eu no próprio programa) a História do nosso século, designadamente a da União Soviética. Por mim, não sei se as TV's portuguesas estão ou não já lançadas numa campanha clandestina contra a regionalização, embora casos como o acima descrito me sugiram que sim, mas não tenho a menor dúvida de que prossegue em velocidade de cruzeiro a velha campanha contra a União Soviética, sem atenção nenhuma pelas reiteradas certidões de óbito emitidas. A figura de

Estaline tem sido o pretexto mais usado para o efeito, mas é claro que o homem não lhes chega para alvo, e por isso passaram já a Lenine, que se esforçam muito por «reavaliar» também, e assim vão por aí fora até ao bombardeio de todas as formas de comunismo ou de verdadeiro socialismo.

### TVISTO

■ Correia da Fonseca

É sabido que uma das estratégias mais frequentes é a de invocarem a falsíssima e infame simetria entre nazismo e comunismo, por vezes apoiada na não menos falsa simetria entre Estaline e

Hitler. Assim foi também desta vez. Lá voltou a estafada invocação do pacto germano-soviético de Agosto de 39, completada com a ocultação do que todos os historiadores minimamente sérios, incluindo norte-americanos, sabem e reconhecem: que Estaline assinou esse pacto contra vontade e obrigado pela política ocidental, o que está documentadíssimo. Mas este telefilme fez mais e meteu-se com Lenine, contra quem reeditou a velha calúnia de ser agente alemão por ter feito o que era preciso para retirar o seu país da Primeira Guerra Mundial.

A acusação de «traição» contra Lenine lembrou-me, guardadas as devidas distâncias, a acusação de «traição» disparada contra Mário Soares pelos nazifascistas portugueses a propósito da guerra colonial. Lenine sabia que a guerra russa de 14-17 era uma guerra do czar, não era uma guerra do povo. Soares sabia que a guerra colonial era uma guerra do fascismo, não era uma guerra dos portugueses. Lenine expatriou-se, lutou contra a guerra de facto anti-russa, aceitou auxílios que convergiam com os interesses do seu povo. Mário Soares fez o mesmo relativamente a uma guerra que desonrava e arruinava o país. A acusação lançada contra Lenine desmascara, de facto, os acusadores.

A permanente campanha contra a URSS, Lenine e o comunismo vai sem dúvida prosseguir. Quanto à campanha circunstancial contra a regionalização (aliás, embrulhada numa embalagem de anticomunismo primário que seria uma vergonha em qualquer parte do mundo onde vergonha cívica houvesse), parece-me que está a dar nas TV's os primeiros passos. Falo, entenda-se, da campanha que não se assume como tal, e por isso é mais eficaz e também mais abjecta. Já li que o grande patronato está contra o «sim»; é natural; o centralismo facilita-lhe a vida, permite-lhe «economias de escala» quanto a pressões de ordem diversa. Vamos ver. Tratando-se de televisão, a expressão é para ser entendida mesmo em sentido literal.

## Timor

A recente ronda de negociações entre Lisboa e Jacarta sobre Timor-Leste ter-se-á saldado, segundo a Comunicação Social, num momento de progresso das posições defendidas por quantos, repudiando a anexação indonésia, se batem pela libertação e independência do povo maubere. Um momento de progresso, alteração qualitativa, reforço da esperança em soluções justas e não diferidas para o tempo de nunca mais. As declarações do Governo e da maioria dos dirigentes timorenses hesitaram entre a exultação e o sentido de medida, a prudência, a lucidez de quem sublinha o facto de se estar, quiçá, e apenas, no início de uma longa jornada.

Entretanto, Habbibie surgiu na RTP. Não por acaso, é óbvio. No decurso de uma entrevista em que expendeu concepções e argumentos moldados na gelatina do politicamente correcto, empenhou-se sobretudo em fazer passar um apelo ao *pragmatismo*, delineando a seu jeito os painéis da realidade actual e a irreversibilidade da integração, só flexibilizável por um estatuto de autonomia especial que não comporte a autodeterminação em época alguma do futuro. Como se lhe coubesse, simples senhor de passagem num país que arde no fogo das convulsões, fixar os termos da eternidade por haver! O seu discurso contém, menos na substância do que na forma, elementos distintos do de Suharto? Emergem sinais de abertura onde era a opacidade e o arreganho feroz? Será cedo, sem dúvida, para levar a sério indicadores tão à mercê da conjuntura, determinados pela crescente contestação interna a um regime que pratica o terror e o genocídio, se compraz na autocracia e na corrupção, continua à deriva

numa economia de bancarrota. Só uma lógica de convivência poderia considerar dignas de crédito as vénias à democracia e aos direitos humanos por parte de quem sempre esteve em consonância com o ditador deposto – nas opções de política nacional e externa, exercendo a repressão e a falácia como método. Dirão alguns que as circunstâncias obrigam os homens do poder, não raro, a mudar de aviso, sob pressão dos movimentos populares e do instinto de sobrevivência. Lembrarão, entre vários, Gorbachev, tragado pela

História. A atenção aos dados novos e às metamorfoses em que se inserem não implica, porém, quaisquer beneplácitos ou desmesuras de expectativa.

Os avanços negociais que até ao presente se registam são poucos, aliás. Embora não despendidos. Portugal dispõe hoje de uma situação favorável como nunca. Os passos com vista à realização dos objectivos a que se acha vinculado disfrutam do apoio de uma parte significativa da comunidade das nações, inscrevem-se no âmbito das resoluções do Conselho de Segurança, acolhem as aspirações profundas da resistência, beneficiam da fragilização do contentor asiático. Mas subsistem dificuldades, riscos, emboscadas. Ali Alatas, imagem-fóssil de quem se senta no outro lado do diálogo em curso, não augura desenvolvimentos lineares. Nem um desfecho a curto prazo.

Tal como acentuou o Conselho de Estado, respeitando a Constituição da República e elementares paradigmas de honradez, nenhum entendimento é viável à custa de princípios que exigem Timor independente. Assim, sejam quais forem as próximas sequências, perfilam-se árdios embates entre diplomacias até que se atinja a única meta à margem do embuste ou da capitulação. Para os interesses que representamos, a «solução internacionalmente aceitável» constante dos documentos da ONU não poderá confundir-se com o reconhecimento, mesmo edulcorado, de uma ocupação que generalizou a violência e a morte, a tragédia e o horror. Não poderá confinar-se a uma carta de alforria mitigada. Não poderá, nas águas *pragmáticas* deste ciclo pós-moderno da vida, favorecer as estrat

tégias do agressor, que apenas visa perpetuar a sua presença num território que lhe pertence. Daí que se nos imponham,

sem perda de argúcia e agilidade, uma atitude e uma prática claras. O que vale por afirmar, perante a evolução dos debates sob a égide de

Kofi Annan, que se demarca do consenso português até agora estabelecido quem propugnar um qualquer acerto a meio caminho, cedendo por exaustão, falência de convicções, coincidência ou facilismo. Há indícios disso. Recobertos, para já, com uma linguagem toda feita de proclamações redondas e subtilezas. Basta ler e ouvir certos comentários...

### ANACRÓNICAS

■ Manuel de Melo



## ESCAPARATE

## RÁDIO

Concertos  
«Promenade»  
em Londres

Com a canícula a apertar, nada melhor às vezes do que ficar por casa, estendendo o corpo à frescura de uma ventoinha. E, já agora, não chegando a abrir a televisão e, antes, ligando o rádio. Por exemplo, neste próximos dias, há coisas importantes para ouvir como os célebres «Concertos Promenade» todos os anos realizados em Agosto no Royal Albert Hall de Londres. A RDP/



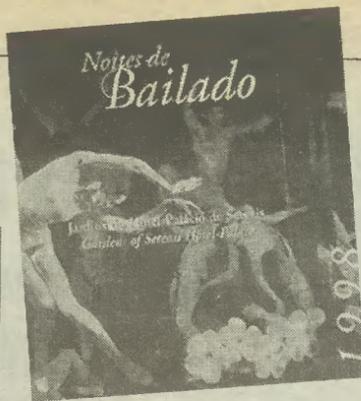
Benjamin Britten (1913-1976)

/Antena 2, no âmbito das transmissões em diferido que está a realizar da edição de 97 deste evento, apresenta no dia 18, às 21.30, os famosos Coro e Orquestra da Idade do Iluminismo, sob a direcção de Mark Elder, em obras de Beethoven (Aberura «Mamensfeier»), Mendelssohn (a cantata «A Primeira Noite de Walpurgis») e Berlioz (a sinfonia «Haroldo em Itália») e no dia 19, desta vez às 21 horas, a Orquestra Sinfónica da BBC, sob a direcção de Oliver Knussen, em obras de autores ingleses e norte-americanos, como E. Carter, B. Britten, R. C. Seeger ou Aaron Copland.

## Bailado no Festival de Sintra

Incluído no já conceituado Festival de Música de Sintra, este ano na sua 33ª edição, começam esta semana as já tradicionais Noites de Bailado, com espectáculos a realizar sempre às 21.45 nos magníficos Jardins do Hotel-Palácio de Seteais.

O primeiro espectáculo é já na próxima sexta-feira, 14, com a participação do Ballet Espanhol Antonio Marquez e um programa do qual constarão «Reencuentros», com música de Emilio de Diego e coreografia de José Granero, «El Sombrero de Tres Picos», com música de Manuel de Falla e coreografia de Antonio Ruiz, e «Zapateado de Sarasate», com música de Jose Luiz Greco e coreografia de Jose Granero. O programa será repetido na íntegra no sábado, 15. Uma semana mais tarde, a 21 e 22, será a vez do Ballet Stanislavsky (Rússia) apresentar «Evening Dances», com música de Franz Schubert e coreografia de Tom Schilling, «Pas-de-Deux», com música de Johann Sebastian Bach e coreografia de D. Briantzev, que também



coreografa «Espectro de Baile», com música de F. Chopin. Ainda este mês, nas noites de 28 e 29, a companhia francesa Ballet du Théâtre du Capitole (Toulouse) apresentará «In and Out», com música de Laurie Anderson e Nina Hagen e coreografia de Hans Van Manen, «Prodigal Son», uma coreografia de George Balanchine para

a música de S. Prokofiev, e, finalmente, «Scotch Symphony», com música de F. Mendelssohn e coreografia de G. Balanchine. Finalmente, as «Noites de Bailado» do Festival de Sintra terminarão já no primeiro fim-de-semana de Setembro com a actuação da Companhia de Bailado da Deutsche Oper am Rhein (Dusseldorf, Alemanha).

## EXPOSIÇÕES

Ainda a Dança,  
através  
da Fotografia

Continua patente ao público, até 21 de Dezembro, no Foyer do Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém uma exposição de fotografia intitulada «Corpo Expresso o Corpo», da autoria de Jorge Gonçalves e integrada na programação do Centro de Espectáculos, portanto aberta nos dias e horários em que se realizam espectáculos no CCB. Segundo afirma o próprio autor em texto de apresentação da



«Sábado 2», de Paulo Ribeiro (1995)

exposição, ela abrange «espectáculos realizados por vários coreógrafos nacionais e estrangeiros, apresentados em Portugal desde 1984 até à actualidade. Esta mostra não é um fim, apenas uma parte de um percurso, cuja ideia principal é a constituição de um arquivo de imagens e documentação sobre a dança contemporânea.

(...) A imagem daí resultante constitui com frequência algo de diferente do imaginado pelo coreógrafo e observado pelo público, apenas permitido pela técnica fotográfica e aí que reside

a magia e a força da «captação do momento».

## Pintura em Mora

Promovida pela Câmara Municipal de Mora, realiza-se, até 23 do corrente, na Galeria da Casa da Cultura desta cidade, uma exposição de Pintura da autoria de Alexandre Moura Lopes, um artista plástico nascido em Lisboa em 1972 e que já tem participado em inúmeras exposições colectivas e individuais no Barreiro, Almada, Borba, Sesimbra ou Lisboa.



«Self(ish) Portrait», de João Fiadeiro (1995)

Horário: dias de semana das 9 às 13, das 14 às 17 e das 20 às 22 horas; sábados das 15 às 18 e das 20 às 22 horas e domingos das 15 às 18 horas.

## OUTRAS MÚSICAS

Presença do México  
na Expo'98

A propósito das comemorações oficiais do Dia Nacional do México na próxima sexta-feira 14 (ou com elas coincidindo), realizam-se por todo o recinto da exposição mundial vários espectáculos com a participação de artistas daquele país. Os visitantes da Expo poderão assim contactar com a música tradicional mexicana assistindo a um espectáculo pelo grupo Mariachi 2000, no palco móvel, às 17 horas; a uma Noite de Gala com o cantor Ramón Vargas em que ouviremos áreas de ópera e canções mexicanas no Auditório Jules Verne, às 19 horas; ao espectáculo intitulado «Música Maestro», impregnado de sons nostálgicos, no Palco 4, às 22 horas; à actuação da cantora popular Eugénia León, às 22 horas, na Praça Sony; e a duas noites de música de dança, com mambo pela Orquestra de Perez Prado, a partir da 1 hora da manhã, na sexta-feira, no Palco Promenade, e com repetição à mesma hora, sábado 15, na Praça Sony. Nos dias seguintes, será ainda tempo para ouvir Gustavo Rivero Weber ou Eblen Macari.



## MÚSICA

## Jazz em Loulé

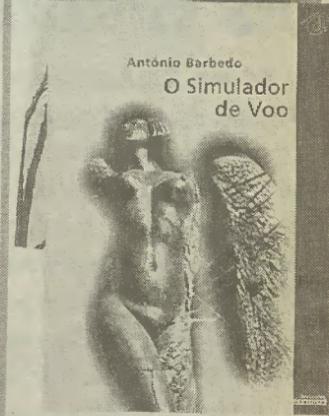
Com direcção artística de Zé Eduardo e numa realização da Casa da Cultura de Loulé prossegue, na próxima sexta-feira, em Loulé, o IV Festival Internacional de Loulé/98 que, desde 24 de Julho passado, vem animando a Cerca do Convento Espírito Santo naquela cidade. Neste concerto, actua na primeira parte o Quinteto de Tuniko Goulart com um repertório de fusão brasileira. Na segunda parte, o destaque vai para a



actuação de um grupo importante no Jazz contemporâneo europeu: o trio constituído pelo clarinetista e multi-instrumentista Louis Sclavis, pelo contrabaixista Henry Texier e pelo baterista Aldo Roma-

no que, como justamente informa o programa, «mais do que a simples adição de três fortes personalidades do Jazz e das músicas improvisadas, é o encontro de três mestres da interactividade».

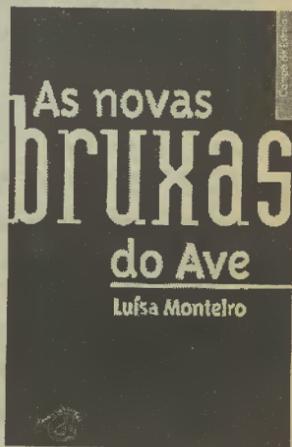
## LIVROS



## Dois instantes...

E continuamos hoje com poesia. Em dois... instantes de Leitura, a colecção da Campo das Letras que regularmente publica a palavra poética de alguns dos melhores autores portugueses. Desta vez, a palavra a Albano Martins, com *O Espaço Partilhado* que em prosa e em verso escreve coloquialmente, como se se dirigisse ao leitor, preenchendo estes instantes com memórias e observações - dizendo melhor, olhares e reflexões sobre o mundo que cerca o escritor e rodeia cada um de nós. Aves e plantas, que é como quem diz voos e alturas. E mar.

Em outro instante, outro poeta. António Barbedo escreve *O Simulador de Voo*, convidando o leitor a acompanhar através dos trezentos versos deste livro a realidade simulada? - de uma personagem não tão ficcionada como isso, mas muito provavelmente avistada por meio dos *media* - um anúncio de jornal, um filme, um telefone, uma montra, imagem trivial que se justapõe à imagem que está aí e não usamos dar por ela.



## ... e uma estreia

Ainda na Campo das Letras, desta vez uma estreia. Em colecção própria para estas primeiras escritas. A de Luísa Monteiro que lança aqui um romance, *As Novas Bruxas do Ave*. Não nos enganemos, porém, sobre o título, que é a própria autora a explicar. «Bruxas (aquelas que outrora eram queimadas nas fogueiras) também significa borboletas de coloração sombria, em regra nocturnas. Há quem, por isso, chame borboletas às prostitutas. Ao longo da minha vida», escreve Luísa Monteiro, que também é jornalista, «conheci muitas prostitutas que diziam querer voar. Como não tinham asas, algumas acolheram-se em ninhos espalhados pela cidade dos pássaros. Uma cidade que, curiosamente, se localiza no coração de uma região chamada Ave.»

## ATALHE DE FOICE

### As bruxas

A Madeira não é um jardim, nem tão-pouco é do Jardim. Mas às vezes até parece ambas as coisas. Aos olhares dos visitantes distraídos, ofuscados pelo barulho das luzes dos centros de diversão e enredados pela perícia dos roteiros turísticos, a Madeira assemelha-se àquelas casas bonitas de vermas terríveis de habitar, porque quase tudo é fachada - os tapetes escondem soalhos carunchosos, os quadros tapam as brechas da parede, as toalhas de linho disfarçam a mobília decrepita.

Quase um quarto de século depois do 25 de Abril, a Madeira do bilhete postal servida aos turistas não passa de realidade virtual que se desvanece mal se abandona a «baixa» cosmopolita. Quem se atreve a subir as íngremes encostas do Funchal ou se aventura nas ruas pitorescas de Câmara de Lobos, por exemplo, logo descobre a crueza das condições de vida a que está submetida uma população que continua a ostentar dramáticos índices de analfabetismo e de pobreza, terreno fértil para a degradação, a promiscuidade, a subserviência, a marginalidade.

Esta é a realidade que o presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, prefere ignorar, e que detesta que alguém denuncie. Qual mordomo desleixado atreito a esconder o lixo debaixo do tapete, Jardim fica furibundo quando lhe põem a descoberto as misérias da ilha. Dá murros na mesa, estrebucha, estala o verniz e decreta ameaças que julga terríveis. Foi o que sucedeu esta semana. De tão perturbado, até se esqueceu da habitual destrinça entre partido e poder, e com a prepotência do costume fez publicar um comunicado do PSD/Madeira em que «esclarece, transparentemente, que qualquer iniciativa que apareça apoiada no Partido Comunista será considerada, por qualquer entidade, no último escalão de prioridades». E tudo isso por quê? Porque o deputado Edgar Silva, da CDU, anda a mostrar os problemas resultantes da falta de saneamento básico e a mobilizar as populações para exigirem a resolução desta questão.

Jardim desatinou. Que os esgotos corram a céu aberto e as pessoas vivam no meio da porcaria, sem um mínimo de condições de higiene, é coisa de somenos. O que não se pode, de todo em todo, é permitir que os comunistas questionem os luxos governamentais e mobilizem as gentes para a satisfação de necessidades básicas. Isso mesmo é dito no já citado comunicado partidário, onde se acusa o PCP de persistir na «agitação para desestabilizar a Madeira, uma vez que tem os socialistas controlados e infiltrados», de inventar «reivindicações» e inflacionar «exigências fazendo crer que alguém obterá qualquer resultado através disso e por via dos comunistas».

Feito o aviso à navegação, fica a garantia de que nenhuma «entidade» dará ouvidos a iniciativas apoiadas pelos comunistas. Nem que seja para fazer os esgotos, que de facto não existem por incúria das tais «entidades» do PSD regional. A paranóia de Jardim com os comunistas faz lembrar a história das bruxas: o homem bem quer não acreditar neles, mas lá que existem, existem.

■ Anabela Fino

## ÚLTIMAS

# O desfalque na Expo

## Comentário de Vítor Dias

Em declaração à imprensa, Vítor Dias afirmou que o PCP exige o total esclarecimento em torno do desfalque da Expo.

«O desfalque ocorrido na EXPO (falar de “irregularidades” é excessivamente brando) representa um acontecimento de inegável gravidade pelo que o PCP compartilha naturalmente da justa exigência de um completo apuramento da verdade e total identificação de responsabilidades», diz Vítor Dias, membro da Comissão Política do PCP, em comentário à imprensa, terça-feira passada.

«Vai ser muito importante que, com a maior urgência possível, se saiba quanto tempo mediou entre o começo do des-

falque e a sua descoberta e que seja divulgada a forma como o desfalque foi conseguido com vista a apurar se na EXPO vigoravam ou não as regras e procedimentos que normalmente se instituem com vista a pelo menos dificultar situações como a ocorrida», sublinha o dirigente comunista.

Em relação a este problema, conclui Vítor Dias, «certamente que se imporão diversos esclarecimentos públicos sobre as relações e a articulação da Parque EXPO com a empresa criada para os negócios imobiliários na zona».



Expo tem também um reverso da medalha

## Mensagem do PCP pela morte de Jivkov

Por motivo da morte de Todor Jivkov, o Secretariado do CC do Partido Comunista Português enviou à Direcção do Partido Socialista Búlgaro a mensagem que transcrevemos.

«Queridos camaradas,

«Tendo tomado conhecimento do falecimento de Todor Jivkov, corajoso combatente antifascista e dirigente comunista destacado que na Bulgária socialista desempenhou as mais altas funções no Partido e no Estado, contribuindo para estreitar as relações de amizade entre o povo Português e o povo Búlgaro, transmitimo-vos e a sua família as sentidas condolências dos comunistas portugueses.»

No próximo sábado, dia 15

## Guardas e vigilantes da Natureza em greve

Os guardas e vigilantes da Natureza na dependência do Ministério do Ambiente vão estar em greve no próximo sábado, dia 15, por um período de 24 horas, como forma de protesto contra o facto de o Conselho de Secretários de Estado não ter aprovado, antes do seu período de férias, o diploma legal que unifica e reestrutura as suas carreiras profissionais.

O anúncio foi feito pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública em comunicado onde assinala que esta forma de luta só foi adoptada após ter tomado conhecimento de que o projecto do referido diploma havia sido agendado para Setembro, apesar de o mesmo se encontrar na posse do Conselho de Secretários de Estado desde 27 de Julho.

Uma tal atitude, no entender daquela estrutura sindical, revela por parte do Governo “uma manifesta falta de sensibilidade para contribuir para a resolução de um conflito laboral que se arrasta há mais de dois anos”, suscitando simultaneamente o legítimo receio de que “outros adiamentos e pretextos” possam vir a ocorrer no futuro.

Iniciado em 15 de Junho, com uma concentração nacional junto à residência oficial do Primeiro-Ministro, este processo de luta dos guardas e vigilantes da Natureza, recorde-se, visa obter não apenas a referida unificação das duas carreiras como também a valorização do seu estatuto remuneratório, o aumento do suplemento de risco, a melhoria do regime de aposentação, a atribuição de uniformes e equipamento adequado às suas funções e formação profissional.

## Valongo do Vouga Trabalhadores em luta pelo pagamento do salário

Os trabalhadores da empresa têxtil A.P.Vidal & Filhos Lda., de Valongo do Vouga, Águeda, estão em luta. Os patrões decidiram enviar os seus 150 trabalhadores para férias, sem lhes pagar os salários de Julho nem o subsídio de férias.

Face à situação criada, os trabalhadores desta empresa cumpriram, na passada semana, três dias de greve. Um protesto que surgiu como a resposta imediata, quando foram informados pelo gerente de que eram mandados todos de férias, mas que só receberiam o salário de Julho em meados de Agosto, e o subsídio de férias não se sabe quando será pago.

Entretanto, e após vários contactos com o gerente, os trabalhadores apresentaram uma contraproposta com vista à resolução do problema, que consistia genericamente no pagamento do mês de Julho e 50% do subsídio de férias em 7 de Agosto, o mês de Agosto em 15 de Setembro e os restantes 50% do subsídio no final de Setembro.

A resposta do patrão, algures de Espanha, foi «uma resposta desumana, fria, imoral e irresponsável» - como se afirma em nota de imprensa do Sindicato dos Trabalhadores

do Sector Têxtil de Aveiro - «traduzida nestes termos: “não tenho dinheiro para pagar subsídio de férias, e já que fizeram greve, o mês de Julho não será pago no dia 12 de Agosto”». Uma resposta que levou a um protesto público nas ruas de Valongo do Vouga, tendo os trabalhadores dirigido-se a casa dos sócios maioritários da empresa.

Entretanto, apareceram na empresa funcionários da EDP para cortarem a energia por falta de pagamento.

Neste quadro, os trabalhadores decidiram apresentar-se na empresa ontem, quarta-feira, para reclamar, no mínimo, o pagamento do mês de Julho.

Se tal pretensão não for satisfeita, deslocar-se-ão de novo a casa dos patrões em manifestação de protesto e denúncia pública.

Em comunicado entretanto distribuído à imprensa, o Sindicato Têxtil de Aveiro manifesta a sua solidariedade com os trabalhadores da António Pereira Vidal & Filhos.



22598